



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM ADMINISTRAÇÃO

THIAGO MATHEUS DE PAULA SOUSA

**VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA E O USO DE ESTRATÉGIAS DE
ENFRENTAMENTO POR CONSUMIDORES EM ESTADO DE POBREZA**

FORTALEZA – CEARÁ

2021

THIAGO MATHEUS DE PAULA SOUSA

VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA E O USO DE ESTRATÉGIAS DE
ENFRENTAMENTO POR CONSUMIDORES EM ESTADO DE POBREZA

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Acadêmico em Administração do Programa de Pós-Graduação em Administração do Centro de Estudos Sociais Aplicados, da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Administração. Área de concentração: Gestão e Estudos Organizacionais.

Orientadora: Prof^a. Dra. Verónica Lidia Peñalosa Fuentes

FORTALEZA – CEARÁ

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Estadual do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Sousa, Thiago Matheus de Paula.

Vulnerabilidade socioeconômica e o uso de estratégias de enfrentamento por consumidores em estado de pobreza [recurso eletrônico] / Thiago Matheus de Paula Sousa. - 2021.

129 f. : il.

Dissertação (MESTRADO ACADÊMICO) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Curso de Programa de Pós-graduação Em Administração - Mestrado, Fortaleza, 2021.

Orientação: Prof.^a Pós-Dra. I. Título.

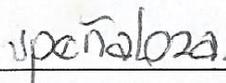
THIAGO MATHEUS DE PAULA SOUSA

VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA E O USO DE ESTRATÉGIAS DE
ENFRENTAMENTO POR CONSUMIDORES EM ESTADO DE POBREZA

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Administração do Programa de Pós-Graduação em Administração do Centro de Estudos Sociais Aplicados, da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Administração. Área de Concentração: Gestão e Estudos Organizacionais.

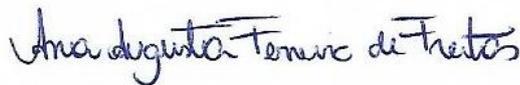
Aprovado em: 06/05/2021

BANCA EXAMINADORA



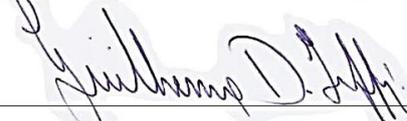
Prof^ª. Dra. Verónica Lidia Peñaloza Fuentes (Orientadora)

Universidade Estadual do Ceará - UECE



Prof^ª. Dra. Ana Augusta Ferreira de Freitas

Universidade Estadual do Ceará – UECE



Prof. Dr. Guilherme Diniz Irffi

Universidade Federal do Ceará – UFC

AGRADECIMENTOS

O caminho acadêmico é um trilhar laborioso, que, por demais dificultoso, mostra-se no fim enquanto um ciclo virtuoso de sabedoria para um pesquisador. Todavia, esse trilhar não decorre somente de esforços individuais. Há uma quantidade infindável de pessoas que durante esse processo foram de extrema importância para consagração de um trabalho de dois anos de pesquisa. Dessa maneira, gostaria de expressar meus agradecimentos, ainda que de modo singelo, àqueles que me ajudaram sobremaneira durante esse processo.

Primeiramente, agradeço a Deus, por sua imensa benevolência e por ter me dado essa oportunidade em meu caminho. Em segundo, à minha família que esteve sempre ao meu lado me apoiando em todos os momentos. Mais especificamente aos meus pais, Paula e Raimundo, pois sem seus esforços de apoio para que eu seguisse minha jornada educacional eu não teria alcançado tal conquista. Aos meus irmãos mais velhos, Felipe e Caio, por todo suporte e ajuda dados nesse trilhar acadêmico, os quais sempre tive como inspiração. Ao meu irmão mais novo, Vinícius, que sempre me alegra e se faz presente com suas excentricidades. Por fim, à integrante mais nova da casa, a minha prima Luana, que com sua sapiência soube identificar que me retirando de minha zona de conforto era uma forma para que eu pudesse observar a vida a partir de outros ângulos.

Em seguida, gostaria de agradecer aos meus amigos, que por todo esse período estiveram e se fizeram presente. De maneira especial, gostaria de agradecer aos mais recentes que encontrei no mestrado: ao Felipe Roberto, que, além de ser uma grata surpresa da vida, sempre me apoiou e contribuiu com suas ajudas essenciais nos trabalhos acadêmicos; à Lara Maia, que com sua positividade e sua ajuda crucial com as entrevistas me permitiu enfrentar esse caminho deste o início do mestrado.

Do mesmo modo, gostaria de prestar meus agradecimentos à minha orientadora, Verónica Peñaloza, por ter acreditado e apostado na ideia de tratar sobre um tema incomum no campo da Administração. Aos demais professores da banca, Ana Augusta e Guilherme Irffi, cujas contribuições engrandeceram ainda mais o presente trabalho.

Por último, mas não menos importante, gostaria de expressar minha gratidão aos ex-presidentes Lula e Dilma, cujas políticas sociais de acesso e garantia de direitos deram a oportunidade para que um filho de uma dona de casa e de um marceneiro pudesse sonhar e ter esperanças de que as desigualdades podem sim ser extinguidas.

“Yo muy serio voy remando
Muy adentro sonrío
Creo que he visto una luz
Al otro lado del río”

(Jorge Drexler)

RESUMO

A pobreza é um fenômeno complexo, a qual demanda um tratamento multidimensional, transdisciplinar e interrelacional. Ambientes marcados pela privação de necessidades básicas impossibilitam que as pessoas atinjam um maior controle sobre suas decisões de consumo, o que resulta na formação de estados de vulnerabilidade. Entretanto, circunstâncias sociomateriais de escassez não tolhem por completo a capacidade de agência dos indivíduos, os quais empregam distintas estratégias para superação de suas vulnerabilidades. A partir disso, o objetivo geral deste trabalho consiste em verificar as manifestações da pobreza (restrições absolutas e relativas) que antecedem o contexto de vulnerabilidade e, em seguida, investigar como os consumidores em situação de escassez sociomaterial implementam estratégias para enfrentarem suas vulnerabilidades experienciadas. Para o alcance de tais objetivos, o percurso metodológico adotado foi dividido em duas etapas sequenciais e distintas. Na primeira etapa empreendeu-se um estudo quantitativo com intuito de verificar a influência de restrições de ordem absoluta e relativas sobre a vulnerabilidade do consumidor. A segunda etapa, por sua vez, transcorreu a partir de estudo qualitativo com consumidores em condições de pobreza da cidade de Fortaleza, cujo intuito foi compreender o conjunto de privações vivenciados pelos consumidores e investigar as estratégias de enfrentamento utilizadas por estes diante de suas vulnerabilidades sofridas. Como resultado da primeira etapa, constatou-se que o acesso restrito a condições mínimas básicas ofertadas pelas sociedades e a autopercepção dos consumidores acerca de suas privações agem como barreiras ao alcance de maiores níveis de bem-estar e reprimem o pleno exercício do nível de empoderamento do consumidor. Em seguida, a partir das entrevistas com os consumidores, os achados da pesquisa revelam que os indivíduos em condições de pobreza não assumem um papel passivo de consumidores vulneráveis. Ao contrário, os indivíduos incorporam durante suas decisões de compras diversas estratégias de enfrentamento emocionais e comportamentais, as quais, além de gerarem um certo nível de empoderamento, evidenciam uma resiliência conquistada por estes. Destarte, as estratégias de enfrentamento são formas encontradas pelos consumidores com intuito de exercer algum controle sobre suas vidas, cuja utilização em contextos de escassez sociomateriais pode se configurar como alternativas viáveis de fomento da agência individual e promoção de bem-estar.

Palavras-chave: Pobreza. Vulnerabilidade do consumidor. Estratégias de enfrentamento. Condição de agência.

ABSTRACT

Poverty is a complex phenomenon, which demands a multidimensional, transdisciplinary, and interrelation approach. Environments marked by basic needs deprivation restrain people to achieve greater control over their consumption decisions, resulting in the formation of states of vulnerability. However, socio-material circumstances of scarcity do not completely constrain individuals' agency capacity, who employ different strategies to overcome their vulnerabilities. Drawing on these perspectives, the general objective of this work is to verify the manifestations of poverty (absolute and relative restrictions) that precede the context of vulnerability, investigating how consumers in socio-material scarcity condition implement strategies to face their experienced vulnerabilities. To achieve these goals, the methodological design was divided into two sequential and distinct steps. In the first stage, a quantitative study was undertaken in order to verify the influence of absolute and relative restrictions on consumer vulnerability. In the second stage, a qualitative study with consumers in poverty in the city of Fortaleza was carried out in order to understand the set of deprivations experienced by consumers and investigate the coping strategies used by them given their vulnerabilities. The findings reveal that restricted access to basic minimum conditions as barriers to achieving higher levels of well-being. Similarly, these deprivations constrain the full exercise of consumers' empowerment. However, individuals living in poverty do not assume a passive role as vulnerable consumers. Individuals incorporate, during their purchasing decisions, several emotional and behavioral coping strategies, which, in addition to generating a certain level of empowerment, show a resilience achieved by them. Thus, consumers apply coping strategies to exert some control over their lives, whose use in contexts of socio-material scarcity can be configured as viable alternatives for developing individual agency and promoting well-being.

Keywords: Poverty. Consumer vulnerability. Coping strategies. Agency condition.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Representação das temáticas de estudo de acordo com o modo de enfrentamento da pobreza e do aspecto da agência individual.....	28
Figura 2 –	Etapas de Investigação da Pesquisa.....	44
Figura 3 –	Modelo empírico-teórico proposto para investigação.....	54
Figura 4 –	Modelo de mediação proposto para investigação.....	55
Figura 5 –	Diagrama Quantil-Quantil das variáveis empregadas no estudo.....	58
Figura 6 –	Satisfação com a vida nas regiões da América Latina, com um ajuste quadrático de 95% do intervalo de confiança.....	62
Figura 7 –	Empoderamento do consumidor nas regiões da América Latina, com um ajuste quadrático de 95% do intervalo de confiança.....	63
Figura 8 –	Resultado do Modelo de Mediação.....	67
Figura 9 –	Etapas de inclusão e critérios de exclusão para selecionar o conjunto final de artigos para Revisão Sistemática.....	120
Quadro 1 –	Informação dos entrevistados.....	47
Quadro 2 –	Variáveis da pesquisa.....	49
Tabela 1 –	Resultado da AFE para o construto Consumo Adequado.....	60
Tabela 2 –	Média, desvio padrão e correlação das variáveis do estudo.....	61
Tabela 3 –	Resultado do modelo multinível para Satisfação com a Vida.....	65

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	REFERENCIAL TEÓRICO	18
2.1	Vulnerabilidade do consumidor	18
2.2	Trajectoria da discussão das abordagens da pobreza.....	22
2.2.1	Abordagem absoluta da pobreza.....	23
2.2.2	Abordagem relativa da pobreza	24
2.3	Abordagem das capacidades de Amartya Sen para análise da pobreza	25
2.4	Estudos da pobreza na Administração	31
2.4.1	Quadrante 1.....	33
2.4.2	Quadrante 2.....	35
2.4.3	Quadrante 3.....	36
2.4.4	Quadrante 4.....	37
2.4.5	Síntese.....	38
2.5	Estratégias de enfrentamento às vulnerabilidades	40
2.5.1	Estratégias de enfrentamento focadas na emoção	42
2.5.2	Estratégias de enfrentamento focadas no comportamento.....	44
2.5.3	Estratégias de enfrentamento focadas na emoção e no comportamento.....	46
3	DESENHO METODOLÓGICO	48
3.1	Universo e amostra da pesquisa	49
3.1.1	Universo da amostra do estudo quantitativo.....	50
3.1.2	<i>Corpus</i> de pesquisa e descrição espaço-temporal do estudo qualitativa	50
3.2	Coleta de dados	52
3.2.1	Coleta de dados do estudo quantitativo e instrumentalização das variáveis	52
3.2.2	Coleta de dados do estudo qualitativo	56
3.3	Técnica de análise de dados	57
3.3.1	Técnica de análise de dados do estudo quantitativo	57

3.3.2	Técnica de análise de dados do estudo qualitativo	60
4.	ANÁLISE DOS RESULTADOS – ETAPA QUANTITATIVA	61
4.1	Pré-análise dos dados	61
4.1.1	Valores Omissos	61
4.1.2	Normalidade dos dados.....	61
4.1.3	Análise Fatorial Exploratória.....	63
4.2	Estatística Descritiva	64
4.3	Modelo de análise Multinível.....	68
4.4	Modelo de Mediação.....	71
4.5	Discussão Geral dos Achados	72
5.	ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO – ETAPA QUALITATIVA	76
5.1	Privações Sentidas	78
5.2	Sonhos de Consumo e Valorações	86
5.3	Estratégias de Enfrentamento à Pobreza	91
5.3.1	Estratégias Emocionais	92
<i>5.3.1.1</i>	<i>Religião</i>	<i>92</i>
<i>5.3.1.2</i>	<i>Comparação social</i>	<i>94</i>
5.3.2	Estratégias Comportamentais	96
<i>5.3.2.1</i>	<i>Gestão do Consumo Familiar</i>	<i>98</i>
<i>5.3.2.2</i>	<i>Hierarquização e preferências de consumo</i>	<i>102</i>
<i>5.3.2.3</i>	<i>Reorganização das Finanças</i>	<i>104</i>
<i>5.3.2.4</i>	<i>Engajamento em uma “vida simples”.....</i>	<i>107</i>
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	110
	REFERÊNCIAS.....	114
	APÊNDICE A – METODOLOGIA DA REVISÃO SISTEMÁTICA	127

1 INTRODUÇÃO

A pobreza é um fenômeno complexo, cuja configuração multidimensional abrange as diversas privações e restrições sofridas pelos indivíduos, as quais variam desde aspectos materiais a elementos de ordem cultural e social (SEN, 2013; NARAYAN, 2002). A persistência de condições sociomateriais de escassez em diferentes instâncias, como baixo nível de renda, habitações em condições subnormais, dificuldade a acesso à saúde, educação, entre outros fatores, é uma realidade recorrente para inúmeras pessoas nas diferentes regiões do mundo (DAVIS, 2015).

Em um contexto global, estima-se que cerca de 800 milhões de pessoas no mundo se encontram abaixo da linha da pobreza, ou seja, ganham menos de \$1,90 por dia; no entanto, quando tratados em seus termos relativos, metade da população mundial encontra-se na pobreza, com renda abaixo de \$ 5,5 por dia (WORLD BANK, 2018). Da mesma forma, a condição de pobreza ainda é mais grave quando considerado o conjunto de restrições sociais (falta de acesso à educação, saúde e bens de consumo básicos), a qual acomete gravemente cerca de 1,3 bilhão de pessoas somente em países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento (OPHI, 2019).

Apesar da severidade desse problema, o interesse de pesquisadores do campo das ciências da Administração encontrou-se durante muito tempo limitado a abordagens que privilegiavam consumidores mais abastados ou que não sofriam os efeitos de restrições de oportunidade de acesso a bens e serviços (HILL; MARTIN; CHAPLIN, 2012; CHAKRAVARTI, 2006; PINTO, 2009). Sob este mesmo prisma, teóricos do marketing tradicionalmente abordaram o fenômeno do consumo tomando como foco a burguesia e a aristocracia, marginalizando consumidores menos abastados por estes se encontrarem sob o signo da carência material ou mesmo por serem identificados como irracionais (HEMAIS et al., 2014; KLEIN; HILL, 2008; MULLLAINATHAN; SHAFIR, 2016).

No entanto, os estudos acerca da pobreza tornaram-se um campo de pesquisa emergente nas últimas duas décadas. A partir dos trabalhos de Hammond e Prahalad (2004) e de Prahalad (2005), despontou-se uma nova compreensão acerca dos indivíduos no segmento inferior da pirâmide econômica, alinhando seus discursos às novas demandas sociais: o engajamento de atores de mercados aos objetivos de desenvolvimento do milênio desenvolvidos pela United Nations Development Programme (UNDP) (LEVY; LUEDICKE, 2013; SRIDHARAN; BARRINGTON; SAUNDERS, 2017). Nessa perspectiva, as iniciativas de estudo no campo da pobreza voltam-se, sobretudo, à superação desse fenômeno a partir de

intervenções que vão ao cerne da vulnerabilidade do consumidor, abordando, para isso, soluções que perpassam abordagens mercadológicas à obtenção de resultados transformadores para esses consumidores por intermédio de práticas e estratégias de consumo (PRAHALAD, 2005; MICK et al., 2012; BLOCKER et al. 2013).

Ainda assim, é relevante notar que as consequências socioeconômicas decorrentes da pandemia de COVID-19 serão um forte revés às conquistas socioeconômicas das últimas décadas, cujos níveis de pobreza mundiais agravar-se-ão consideravelmente em todo mundo (AHMED et al., 2020). De acordo com Summer, Hoy e Ortiz-Juarez (2020), as repercussões socioeconômicas dessa pandemia levarão à 30 anos de regresso nas políticas de combate à pobreza. Em termos numéricos, considera-se que cerca de meio bilhão de pessoas possam retornar à pobreza (SUMMER; HOY; ORTIZ-JUAREZ, 2020). Em grande medida, isso decorre do fechamento massivo do número de postos de trabalhos nas economias, os quais podem chegar a 25 milhões de empregos formais (IOL, 2020). Com agravo, o impacto da pandemia pode ser ainda maior em sociedades em desenvolvimento, cujas estruturas de mercado dessas economias são formadas sobretudo por um setor informal significativo (IOL, 2020; SUMMER; HOY; ORTIZ-JUAREZ, 2020).

Devido ao aumento do nível de desemprego e da queda da renda das famílias, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) (2020) alertam para uma grave crise alimentar nos países latino-americanos, cuja reincidência de cerca de 16 milhões de pessoas na extrema pobreza implicaria em um aumento significativo nos níveis de fome e de insegurança alimentar. Em um contexto nacional, a FAO (2020) estima que o Brasil retorne ao mapa da fome mundial, com a presença de cerca de 43 milhões pessoas em situação de desnutrição ou insegurança alimentar.

Nesse sentido, apesar de caracterizar-se, por ora, enquanto um evento situacional, a qual deixa toda uma sociedade em condição de vulnerabilidade (VISWANATHAN et al., 2020), a crise pandêmica decorrente do COVID-19 realça ainda mais a identificação de problemas sistêmicos sofridos por diversas populações, como desigualdade de renda, dificuldade de acesso à saúde, educação, recursos básicos, entre outros (AHMED et al., 2020). Da mesma forma, choques macrosociais dessa natureza evidenciam a maior suscetibilidade de determinados grupos sociais, cujas consequências socioeconômicas de uma grave crise somam-se a um profundo desemprego socioinstitucional (VISWANATHAN et al., 2020; AHMED et al., 2020).

Dessa forma, consumidores em condição de pobreza, por defrontarem-se com ambientes profundamente marcados pela múltipla exposição a estressores cumulativo de diversos matizes, encontram-se em um estado de vulnerabilidade global ou estrutural (HILL; SHARMA, 2020; HILL; MARTIN, 2012). De acordo com Hill e Sharma (2020), isso decorre do fato de que um ambiente de severas restrições sociais de ordem absoluta e relativa limitam sobremaneira os seus recursos e mecanismos de controle disponíveis para consumidores pobres enfrentarem tais circunstâncias.

Nessa linha teórica a perspectiva de uma visão multidimensional de pobreza proporcionada pela Abordagem das Capacitações de Sen (2013) possibilita uma compreensão mais abrangente das implicações da pobreza sobre o consumidor, assim como pode beneficiar o campo de estudo das vulnerabilidades (BERG, 2015). Perpassando uma visão unidimensional focada tão somente na privação material ou escassez monetária, a abordagem multidimensional da pobreza proposta por Sen (2013) entende esse fenômeno como a negação das oportunidades a cada indivíduo para a expansão de suas capacidades, para o aumento de suas liberdades e, subsequentemente, da melhoria de seu padrão de vida.

Sob essa ótica, a análise transfere-se da escassez material, *per si*, para a escassez de oportunidades, isto é, a liberdade dos agentes de efetuar seus funcionamentos, o qual traduz-se nos conjuntos de ações que permitem a escolha dos tipos de vida desejados pelas pessoas (SEN, 1985; 2013). Desse modo, um entendimento mais holístico desse fenômeno permite compreender os diferentes modos sobre os quais o ambiente de restrições e privações sociais podem impactar a vida dos indivíduos, de modo que se reduz o padrão de vida, a condição de agência e o empoderamento do consumidor (SEN, 1985; BERG, 2015; SAATCIOGLU; CORUS, 2014).

Destarte, a situação de vulnerabilidade, para além de um fator de perdas econômicas, tem sido discutido enquanto um estado no qual o consumidor não possui a capacidade e a liberdade de exercer as escolhas que valorizam (ZAIDI, 2014), assim como de executar seus funcionamentos de modo adequado no mercado (HILL; SHARMA, 2020). De outro modo, ambientes sociais marcados pela privação de necessidades básicas bloqueiam o exercício das competências individuais de maneira a impossibilitar que as pessoas atinjam um maior controle sobre decisões pessoais (SEN, 2013).

O contexto de pobreza, enquanto um estado de vulnerabilidade global do consumidor, modula as práticas de consumo no âmbito das escolhas no mercado (BANEJEE; DUFLO, 2012; SHAH, MULLANINATHAN, SAFIR, 2012). A exemplo disso, estudos têm buscado demonstrar como situações de escassez materiais impelem consumidores

recorrentemente, em termos utilitários, em tomadas de decisões não ótimas para si, variando desde a maior tendência em consubstanciar desejos no presente (BANERJEE; DUFLO, 2007, 2012) até a negligência em tarefas importantes para focar-se em escolhas urgentes (SHAH; MULLAINATHAN; SHAFIR, 2012; MULLLAINATHAN; SHAFIR, 2016).

Embora a relevância desses recursos na formação das vulnerabilidades dos consumidores, poucos estudos no campo do comportamento do consumidor têm buscado discutir os diferentes níveis de privações manifestados em um contexto macrossocial na formação das vulnerabilidades individuais (MARTIN; HILL; 2011; HILL; MARTIN; CHAPLIN, 2012; HILL; MARTIN, 2012). De acordo com Hill, Martin e Chaplin (2012), restrições sociais de ordem absoluta, como o acesso restrito a bens e serviços essenciais, diminuem as oportunidades de consumo aos indivíduos, afetando as relações de consumo e satisfação com a vida dos consumidores. De modo complementar, Martin e Hill (2011) observam que contextos relativos de privação, como a inadequação de consumo, reduzem importantes mecanismos psicológicos de controle, como a autonomia, os quais impedem que consumidores realizem as melhores decisões no mercado (MARTIN; HILL, 2011).

No entanto, ao focar em contextos nacionais, as análises que buscam a comparação das realidades sociais podem não considerar por completo as subjetividades e as particularidades relacionadas à complexidade do fenômeno da pobreza (NARAYAN, 2002; CHAKRAVARTI, 2006). A configuração da pobreza transcende singularidades econômicas de uma região, variando de acordo com os contextos socio-históricos e culturais de uma determinada realidade territorial. Mesmo dentro de um ambiente macrossocial de um país, a pobreza pode se apresentar de modo bastante heterogênea (NARAYAN, 2002; PEREDO; MONTGOMERY; MCLEAN, 2018).

Não obstante as circunstâncias sociomateriais de escassez, essas condições, todavia, não tolhem por completo a capacidade de agência dos indivíduos (SILVA et al., 2016; CIDADE; SILVA; XIMENES, 2016). Os consumidores pobres constantemente buscam mecanismos e estratégias para se protegerem das consequências decorrentes de suas restrições de consumo (HILL, 1991; HAMILTON, 2012). Nessa perspectiva, tem sido observado na literatura que o uso de determinadas estratégias de enfrentamento para lidar com o estresse e o sofrimento com os qual vivem (HAMILTON; CATTERALL, 2008; SAATCIOGLU; CORUS, 2016; VISWANATHAN et al., 2020).

De acordo com Hill e Sharma (2020), as estratégias de enfrentamento emergem enquanto reações naturais dos consumidores às vulnerabilidades sofridas, ajudando-os a regularem situações emocionais e comportamentais em virtude de sua condição de

vulnerabilidade no mercado. Todavia, quando observados a abordagem teórica desses estudos, observa-se que a maioria das investigações no campo do comportamento do consumidor acerca das estratégias no âmbito da pobreza centram-se apenas em sua funcionalidade de gerar maior autoestima ou bem-estar (KARANIKA; HOGG, 2015; HAMILTON; CATTERALL, 2008). Esses estudos, por sua vez, não exploram o valor intrínseco que essas estratégias podem desempenhar aos consumidores, cujo valor de sua existência extrapola o próprio resultado alcançado. Ao invés de entendê-las enquanto mecanismos inteiramente instrumentais, este estudo visa explorar as estratégias enquanto manifestações do exercício da condição de agência pelo indivíduo (MURRAY; ALI, 2017).

Ademais, apesar dessas estratégias serem extensamente estudadas no campo da psicologia social (WADSWORTH, 2012; SILVA et al., 2016), ainda são poucos os estudos no campo do comportamento que buscam entender essas estratégias dentro do contexto da pobreza (GHANEM; NADIA; YACOUT, 2017; HAMILTON; CATTERALL, 2008). Em grande medida os estudos na Administração encontram-se restritos a contextos de economias desenvolvidas, sendo insípidas pesquisas empíricas em contextos de vazios institucionais como em economias emergentes (KLEIN; HILL, 2008; GHANEM; NADIA; YACOUT, 2017).

Tais características revelam a pertinência de uma abordagem em um contexto nacional, pois, a despeito da representatividade numérica de pessoas vivendo em condições de escassez no Brasil, poucos estudos na área do comportamento do consumidor têm buscado investigar esse fenômeno de modo adequado no país (PINTO, 2009; HEMAIS et al., 2014). A proposta do trabalho torna-se ainda mais relevante ao se considerar que as estratégias empregadas pelos consumidores variam de acordo com o contexto em que estes se encontram, sendo tanto maior em virtude das circunstâncias de desamparo socioinstitucional (NARAYAN, 2002), da existência de crises macrossociais (VISWANATHAN et al., 2020) ou mesmo da compreensão do consumidor de seu nível de privações percebidas (HILL; SHARMA, 2020).

Nessa perspectiva, o enfoque dessa investigação encontra-se na necessidade de estudar a pobreza desde a perspectiva da Abordagem das Capacitações de Sen (2013), na iniciativa de lançar luz aos significados das experiências vivenciadas pelos consumidores em contextos de escassez sociomateriais. Dessa maneira, faz-se necessário compreender o entrelaçamento que o conceito de pobreza apresenta nos diferentes âmbitos sociais, buscando revelar o papel desempenhado pelas estratégias nessa relação, uma vez que estas refletem atos de agência que influenciam a capacidade de agência do indivíduo de exercer algum controle sobre suas vidas e de se adaptarem às realidades sociais com as quais se encontram (HILL; SHARMA, 2020; KARANIKA; HOGG, 2016; HILL; STEPHENS, 1997).

Neste sentido, este trabalho busca avançar em tal perspectiva ao considerar manifestações latentes da pobreza, como a ocorrência de restrições absolutas e relativas, enquanto um fenômeno antecedente das vulnerabilidades. Todavia, não basta apenas compreender os antecedentes às vulnerabilidades dos consumidores, é necessário identificar as consequências destes para, além de compreender os seus efeitos, interligá-las às respostas resilientes e/ou adaptativas dos consumidores (HILL; SHARMA, 2020; BACKER; GENTRY; RITTENBURG, 2005). Desse modo, pressupõe-se que os consumidores, em virtude de suas condições de vulnerabilidade, implementam um conjunto de respostas e iniciativas de enfrentamento para superação de seus problemas.

Portanto, o objetivo geral deste trabalho consiste em verificar as manifestações da pobreza (restrições absolutas e relativas) que antecedem o contexto de vulnerabilidade e, em seguida, investigar como os consumidores em situação de escassez sociomaterial implementam estratégias para enfrentarem suas vulnerabilidades experienciadas. Para tanto, foram propostos dois estudos complementares para a realização do presente trabalho.

Inicialmente, desenvolveu-se um estudo quantitativo a partir de dados secundários como forma de verificar as manifestações da pobreza (restrições absolutas e relativas) que antecedem o contexto de vulnerabilidade. Nesse aspecto, teve-se como objetivos específicos: i) verificar a influência das restrições de ordem absoluta no nível de vulnerabilidade do consumidor; ii) verificar a influência do consumo adequado, privações relativas, no nível de vulnerabilidade do consumidor.

Para o segundo estudo, buscou-se investigar como os consumidores em situação de escassez sociomaterial implementam estratégias para enfrentarem suas vulnerabilidades experienciadas. Nesse caso, a segunda etapa transcorreu a partir de um estudo qualitativo a partir de consumidores em condições de pobreza na cidade de Fortaleza, a qual teve como finalidade aprofundar-se nos relatos das experiências e vivências dos consumidores imersos em contexto de escassez, com intuito de descobrir mecanismos utilizados por estes para superação e alívio de seus sofrimentos. Dessa forma, os seguintes objetivos específicos foram estabelecidos: i) compreender as privações vivenciadas por consumidores em condição de escassez sociomaterial; ii) compreender os tipos de estratégias de enfrentamento utilizadas pelos consumidores diante de sua vulnerabilidade sofrida.

Em vista dos propósitos traçados, esta dissertação encontra-se dividida em cinco seções além desta introdução. Primeiramente, foi realizada uma revisão dos principais aspectos teóricos referentes ao tema tratado, sendo dissertadas as principais propriedades teóricas acerca dos estudos de vulnerabilidade do consumidor, da pobreza e das estratégias de enfrentamento.

Por conseguinte, são abordadas as descrições metodológicas da investigação, evidenciando as abordagens e técnicas de pesquisa aplicadas em cada etapa dos estudos. Quanto às análises, discutiu-se, a priori, as descobertas realizadas na primeira etapa do trabalho, expondo o contexto da pobreza no âmbito das vulnerabilidades do consumidor. Em seguida, na segunda etapa do trabalho, foi analisada em três fases: i) privações sentidas; ii) valorações e sonhos de consumo; iii) estratégias de enfrentamento à pobreza. Ao longo das análises, os resultados dos estudos são interpretados à luz da Abordagem das Capacitações, a qual possibilitou uma discussão mais abrangente acerca dos achados. Por fim, as considerações finais são apresentadas, discorrendo sobre os principais achados de cada estudo, assim como sobre as inferências teóricas realizadas a partir da articulação desses achados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção, serão abordados os principais aspectos teóricos-empíricos do trabalho. Dessa forma, apresentar-se-á uma discussão concernente à vulnerabilidade do consumidor, focando-se nos aspectos da pobreza que antecedem esse fenômeno. Em seguida, será discutido o percurso do conhecimento científico acerca da pobreza até o surgimento da Abordagem das Capacitações. Por fim, apresentar-se-ão as principais estratégias de enfrentamento utilizadas por consumidores em situação de escassez sociomaterial e as relações entre os construtos.

2.1 Vulnerabilidade do consumidor

De forma geral, a vulnerabilidade é entendida como um conceito multidimensional, a qual refere-se ao nível de suscetibilidade que expõe o indivíduo a lesões ou danos (MCLAFFERTY, 2010). No campo da Administração, o enfoque da vulnerabilidade tem sido estudado sobretudo em pesquisas de Marketing e Consumo como forma de identificar e proteger os consumidores mais frágeis das práticas de mercado (SILVA et al., 2020). Dessa forma, o termo vulnerabilidade tem sido amplamente utilizado com intuito de descrever as situações de dificuldades enfrentadas pelos consumidores a partir das interações entre os diferentes atores de mercado (BACKER; GENTRY; RITTENBURG, 2005; SILVA et al., 2020).

Ainda que os fatores associados ao surgimento das vulnerabilidades do consumidor sejam vastos (e.g. raça, gênero, estigmas sociais, desastres naturais), Hill e Sharma (2020) argumentam que ainda existe uma imprecisão acerca de sua definição. Por vezes, vulnerabilidade do consumidor é entendida como um estado de exposição de risco no qual o sujeito reduz seu nível de bem-estar em termos utilitários devido a interações econômicas no mercado (VISCONTI, 2016; SMITH; COOPER-MARTIN, 1997) ou mesmos por condições situacionais (FORD; TROTT; SIMMS, 2016; DINIZ; PEREIRA; BELLINI, 2014). Por outro lado, há estudos que focam em consumidores que realizam decisões não ótimas em virtude do conjunto de restrições e privações sociomateriais que sofrem (MARTIN; HILL, 2011; SHAH; MULLAINATHAN; SHAFIR, 2012).

Para o primeiro grupo, há a compreensão da vulnerabilidade como um fenômeno situacional, o qual decorre de um evento ou contexto específico que impossibilitam o alcance das metas de consumo individuais (FORD; TROTT; SIMMS, 2016). Neste caso, a vulnerabilidade é percebida pelo próprio sujeito como estado temporário, independentemente de

definições de outrem (BACKER; GENTRY; RITTENBURG, 2005). Em contrapartida, o segundo grupo refere-se a um estado de vulnerabilidade global ou estrutural, cujos indivíduos ou grupos sociais são identificados de forma permanente nessa situação (MARTIN; HILL, 2011). Isto é, os indivíduos estão sujeitos a danos no mercado devido à sua falta de recursos e a sua falta de controle das situações diante de circunstâncias de ordem objetiva das quais pouco ou quase nada poderem realizar (HILL; SHARMA, 2020; HILL, 2005).

Neste preâmbulo, Hill e Sharma (2020) aduzem que a visão global da vulnerabilidade do consumidor representa uma abordagem mais holística desse fenômeno. Na visão dos autores, uma vulnerabilidade global possibilita uma perspectiva integrativa ao agregar o conjunto de restrições contextuais – as experiências vividas por consumidores vulneráveis – e entraves estruturais que condicionam a agência individual, tais como os sofridos por grupos sociais marginalizados e vulneráveis à pobreza.

Dentro desse panorama, ameaças pandêmicas como o Covid-19 podem ser compreendidas como choques macrosociais que alteram a dinâmica socioespacial de uma sociedade e aprofundam ainda mais o empobrecimento das famílias (VISWANATHAN et al., 2020; AHMED et al., 2020; MCLAFFERTY, 2010). Isso decorre, sobretudo, devido ao agravamento de entraves estruturais e de vazios institucionais, os quais limitam sobremaneira as oportunidades e capacidades dos consumidores de garantirem maiores acessos e controle de seus recursos para enfrentarem esse tipo de circunstâncias (HILL; SHARMA, 2020).

Desde a perspectiva estrutural, o termo consumidor vulnerável tem sido discutido na literatura para além de um estado no qual os consumidores estão sujeitos a danos, mas enquanto uma condição na qual não se possui a capacidade de agir e a liberdade de exercer as escolhas que valorizam (ZAIDI, 2014; ADKINS; OZANNE, 2005). De outra modo, a vulnerabilidade é entendida como o aumento da probabilidade dos consumidores (a partir de seus interesses econômicos) não agirem de maneira adequado no circuito de trocas de mercado (BERG, 2015). Em complementariedade, Hill e Sharma (2020) aduzem que a incapacidade dos consumidores de exercerem suas práticas de consumo de modo adequado no mercado está vinculado à falta de recursos e da perda de controle mecanismos para prevenção a resultados indesejados.

Dessa forma, a pobreza tem sido discutida na literatura enquanto um antecedente natural das vulnerabilidades individuais (BLOCKER et al., 2013; BAKER; GENTRY; RITTENBURG, 2005; SHAH; MULLAINATHAN; SHAFIR, 2012). Quer sua manifestação absoluta – ausência material de recursos básicos –, quer sua manifestação relativa – percepção individual de seu estado de escassez –, a pobreza deprime as capacidades dos indivíduos em

exercerem seus funcionamentos, o que é determinante para construção de um estado de vulnerabilidade estrutural do consumidor (CHAKRAVARTY, 2006; HILL; MARTIN, 2012; HILL; MARTIN; CHAPLIN, 2012). De modo geral, ambientes de escassez afetam sobremaneira as práticas de consumo no âmbito das escolhas de mercado, reduzindo importantes mecanismos de controle para realização de tomadas de decisões (BANERJEE; DUFLO, 2012; SHAH; MULLAINATHAN; SAFIR, 2012).

A partir de uma discussão em cima do conceito absoluto da pobreza, Hill (2002) observa que ambientes marcados pela privação de oportunidades decorrentes do não fornecimento de produtos e serviços básicos aos indivíduos compreende a existência de um ambiente de restrição de consumo. De acordo com o autor, representa uma variável importante nesse contexto, uma vez que impede os indivíduos de agir de acordo com suas próprias necessidades e desejos. Isso se deve, sobretudo, porque ambientes de restrição de consumo, ao revelarem circunstâncias absolutas da pobreza, dificultam a capacidade dos consumidores em satisfazer suas necessidades de consumo ou de desejos de primeira ordem, pois em ambientes de restrição absoluta há maior dificuldade ao acesso a bens e serviços mais essenciais (HILL; MARTIN; CHAPLIN, 2012; HILL; GAINES, 2007; HAMILTON et al., 2014; SAATCIOGLU; CORUS, 2014).

Ademais, é válido ressaltar que a visualização da redução de canais de acesso ao consumo pode ser observada, de maneira complementar, a partir da percepção individual acerca de seu nível de consumo (HILL; SHARMA, 2020). Isto é, compreende-se que há uma inerente subjetividade e especificidade social relacionada ao conceito de pobreza, de maneira que o atendimento das necessidades não se orienta tão somente de condições mínimas para manter a existência, mas as necessidades são construídas a partir de um processo interacional do indivíduo e o seu ambiente social (PRADHAN; RAVALLION, 2000; SEN, 1985).

A existência de um estado de privação relativa, decorrente de comparações com outras pessoas, revela que a pobreza não é apenas uma condição material, mas também um estado psicológico e social (BAUMAN, 2005). Diferentemente das restrições de consumo, as quais englobam um escopo objetivo das privações, as restrições relativas, por sua vez, ilustram nuances da pobreza que são alcançadas a partir da combinação de perspectivas subjetivas acerca do padrão objetivo de consumo sobre comida, saúde, educação, roupas e moradia (PRADHAN; RAVALLION, 2000; MARTIN; HILL, 2011).

Dessa forma, o conceito de consumo adequado (HILL, 2005; FARRELL; HILL, 2018) surge como uma abordagem complementar à restrição de consumo, pois delega ao indivíduo a tarefa de avaliar quão boas são suas condições de vida ou situação socioeconômica,

ou seja, se o nível de consumo é suficiente para atender as suas necessidades individuais (PRADHAN; RAVALLION 2000). De acordo com Bauman (2005, p. 38), consumidores inadequados representariam os “novos pobres”, pois compreenderiam os indivíduos incapazes de experimentar uma “vida feliz” em virtude de não atingirem os padrões de consumo e de vida digna praticados na sociedade de consumo.

Em suma, esse construto permite verificar as impressões particulares a respeito da situação socioeconômica e de escassez percebida, sendo levado em consideração no julgamento individual tanto o ambiente social no qual está inserido como a percepção coletiva de condições de vida adequada. De acordo com Farrell e Hill (2018), o construto de consumo adequado possibilita um maior alcance das circunstâncias vivenciadas em contextos de vulnerabilidades, pois o não atendimento de um conjunto de bens e serviços mínimos necessários para satisfazer um padrão de consumo subjetivo impedem a realização pessoal e a autonomia dos consumidores.

É válido a ressalva de que, apesar de refletirem dimensões distintas da pobreza, as privações em nível absoluto e relativo apresentam uma relação de interdependência. O sentimento de inadequação não decorre senão da relação das pessoas com o mundo material que as circundam. De acordo com Pradhan e Ravallion (2000), a visão de consumo adequado tende a externalizar a percepção dos indivíduos acerca das privações absolutas na sociedade em relação a bens e serviços essenciais para a garantia de uma vida adequada, como saúde, renda e alimentação.

Destarte, considera-se que a pobreza, tanto em seu contexto absoluto de privação (restrição de consumo) quanto em seu contexto relativo de privação (consumo adequado), relaciona-se com as vulnerabilidades dos consumidores. Particularmente, compreende-se que as situações de vulnerabilidade estão conexas aos níveis de restrições dos consumidores, pois impedem as pessoas de expandirem suas capacidades individuais e, assim, alcançarem maiores recursos e controles de eventos em sua vida (SEN, 1985; HILL; SHARMA, 2020; BERG, 2015). Entender os antecedentes do estado de vulnerabilidade é de extrema importância para pesquisadores e formuladores de políticas públicas, pois possibilita uma melhor identificação dos principais grupos sociais vulneráveis.

Apesar disso, é importante reconhecer que a pobreza, assim como a vulnerabilidade, não é um conceito bem delimitado, apresentando-se de maneira multidimensional. O reconhecimento de que um indivíduo é “pobre” requer, *inter alia*, a compreensão do que define a pobreza. Não obstante, o tratamento de identificação deste fenômeno na literatura varia sobremaneira de acordo com as abordagens implementadas,

requerendo um esforço analítico de delimitação desse objeto de pesquisa. De modo a evitar qualquer confusão dos termos, as próximas seções terão como objetivo revelar os meandros da discussão que circundam o fenômeno da pobreza como passo precedente para ascender aos consequentes da vulnerabilidade. De maneira mais específica, será apresentada a trajetória do pensamento científico acerca do estudo desse fenômeno até o surgimento da Abordagem das Capacitações de Sen (2013), a qual permeará a construção interpretativa desta pesquisa.

2.2 Trajetória da discussão das abordagens da pobreza

A pobreza enquanto objeto de estudo tem sido explicada de diferentes formas ao longo do tempo. Abordagens de diversas matizes têm sido propostas no campo das ciências sociais na busca de compreender esse fenômeno, cujas análises centraram-se em discutir desde seus aspectos econômicos (WORLD BANK, 2018), a garantia de necessidades básicas ou de justiça social (RAVAIOLLON, 1994), a falta de estruturação e aporte social (SIMMEL, 1998) até a falta de liberdade e capacidade (SEN, 1985, 2013; NUSSBAUM, 2009).

A dificuldade em apresentar uma definição cabal da pobreza refere-se a sua própria constituição. Enquanto fenômeno complexo, a pobreza influencia e é influenciada ao mesmo tempo pela construção do mundo material – dos recursos tangíveis e bens de consumo – e social (YAPA, 1996), haja visto que suas particularidades e repercussões são experienciados de distintas formas pelas pessoas (NARAYAN, 2002). À vista disso, a pobreza tem sido entendida como uma construção social, pois apresenta em seu cerne questões sociais particulares às suas localidades, as quais não são estáticas, modificam-se e evoluem-se com o passar dos anos (YAPA; 1996; DAVIS, 2015; SAATCIOGLU; CORUS, 2014).

Não obstante, a limitação acerca desse debate enfrenta um problema referente à operacionalização de tais conceitos. A identificação de pobres e não-pobres está intimamente alienada às medidas para mensurar a pobreza. Em vista de tal impasse, Sen (1997, p. 164) salienta que para chegar a uma avaliação do nível de pobreza de uma comunidade um primeiro passo a se proceder é a “identificação dos pobres entre a população em geral”; em segundo, devem ser considerados as particularidades em comum – questões sociomateriais e subjetivas – aos pobres. Apesar dos múltiplos enfoques, as principais discussões sobre o tema podem ser apreendidas em duas grandes dimensões de estudo: a primeiro refere-se às abordagens que

partilham de um conceito absoluto de pobreza e a segunda centra-se em discutir seus aspectos relativos¹.

2.2.1 Abordagem absoluta da pobreza

A conceituação absoluta compreende um indivíduo pobre quando este não possui padrões mínimos para manter sua existência, cuja condição de vida é marcada pela subnutrição, analfabetismo, doenças, entre outras manifestações materiais (CODES, 2008). Nessa circunstância, elabora-se um padrão de “subsistência” mínimo universal a qual demarca o que é adequado ao indivíduo manter-se fisicamente (CRESPO; GUROVITZ, 2002) – em grande medida alienado a fatores tão somente unidimensionais: ora focados na escassez monetária ora na privação material (PEREDO; MONTGOMERY; MCLEAN, 2018).

Logo, frente a esse panorama, há uma orientação de políticas de combate à pobreza voltados à garantia de uma sobrevivência física, isto é, obter um mínimo suficiente de alimentação para manter-se bem nutrido (CRESPO; GUROVITZ, 2002). Para tanto, a compreensão das necessidades dos individuais pobres transitaria desde um certo mínimo requerido em uma esfera privada de consumo (comida, abrigo, roupas, etc.) até a oferta de serviços essenciais, como acesso à água potável, saneamento básico, saúde, educação, entre outros (CODES, 2008). Esse tipo de abordagem é extremamente utilizado em cálculos de linhas de pobreza por instituições nacionais e internacionais, adotando um valor mínimo de referência para pobreza de \$ 1,90 por dia que seriam suficientes para atender essas necessidades (WORLD BANK, 2018).

No entanto, apesar da pobreza possuir particularidades gerais – sobretudo de origem físico-materiais –, que independem da localidade, essa abordagem universal desconsidera por completo a influência do contexto socioeconômico da região na qual o indivíduo se encontra (CRESPO; GUROVITZ, 2002; NARAYAN, 2002). A configuração da pobreza transcende as singularidades puramente econômicas de uma região, variando de acordo com os contextos e apresentando-se de modo bastante heterogênea em virtude dos processos sócio-históricos e culturais constituintes de uma determinada realidade territorial (NARAYAN, 2002; PEREDO; MONTGOMERY; MCLEAN, 2018).

¹ Embora a pobreza subjetiva possa ser discutida enquanto uma terceira categoria desse fenômeno, fez-se, todavia, a escolha de tratar o seu campo subjetivo enquanto um domínio do campo relativo. Haja visto que sua definição assume ao próprio indivíduo a capacidade de definir-se pobre ou não, esse sentimento individual, todavia, é construído a partir da interação do indivíduo com o contexto social em que se encontra inserido, determinando para si o mínimo necessário para cumprir os compromissos sociais vigentes (CODES, 2008).

Ademais, as abordagens absolutas acerca da pobreza manifestam apenas o conjunto de restrições de ordem objetivas que alguns indivíduos enfrentam, não considerando, em si, fatores subjetivos intrínsecos a esse complexo fenômeno. Em grande medida, o escopo tradicional de definições do mínimo necessário para adquirir uma qualidade de vida aceitável baseiam-se em definições arbitrárias de pesquisadores ou instituições internacionais (YAPA, 1996; FARRELL; HIL, 2018). Ao modelar os indivíduos pobres tão somente à busca de um mínimo, a discussão recai ao tratamento utilitarista sobre o atendimento de um padrão de consumo material e satisfação dos desejos (SEN, 1985).

2.2.2 Abordagem relativa da pobreza

A partir dessas considerações, o conceito científico de pobreza relativa volta-se, portanto, a uma formulação mais abrangente em seu significado, considerando em sua análise o contexto estrutural e institucional da realidade social das privações sofridas pelos indivíduos. Sob a égide desse novo enfoque, a pobreza é definida a partir de uma contínua relação comparativa do indivíduo com o seu ambiente social, de maneira que este último dita o referencial de padrão de vida e necessidades mínimas adequadas à realidade social daquela localidade (SAATCIOGLU; CORUS, 2014; YURDAKUL; ATIK; DHOLAKIA, 2017; RAVAIOLLON, 1994; SEN, 1983; BAUMAN, 2005).

Desse modo, o conjunto de privações que se apresentam a cada indivíduo é relativo ao contexto social em que se vive (NARAYAN, 2002). A pobreza, portanto, passa a significar não apenas um estado de penúria, mas também o fato do indivíduo não possuir os meios necessários para desenvolver, de modo satisfatório, comportamentos e papéis socialmente esperados (CODES, 2008; CRESPO; GUROVITZ, 2002). Ademais, o entendimento relativista da pobreza permite caracterizá-la enquanto um fenômeno agregador de multifatores, criando uma concepção que repousa sobre a premissa de privações condicionadas às construções sócio-históricas do ambiente em que os indivíduos vivem (NARAYAN, 2002; SEN, 1983; 2013; RAVAIOLLON, 1994).

Em resumo, pode-se considerar que a pobreza não deve ser considerada a partir de uma perspectiva unidimensional, baseada somente em falta de renda ou insuficiência de recursos (PEREDO; MONTGOMERY; MCLEAN, 2018; SAATCIOGLU; CORUS, 2014; YURDAKUL; ATIK; DHOLAKIA, 2017). Prospecções além dessas abordagens possibilitam entender esse fenômeno como multidimensional, o qual se manifesta nos diferentes âmbitos da vida social. Nessa perspectiva, é premente tratamentos éticos e de justiça social acerca desse

fenômeno como empreendidas por Sen (2013), o qual, através da lente da Abordagem das Capacitações, amplia a compreensão da pobreza, assim como lança luz sobre novas formas de alívio desse problema.

2.3 Abordagem das capacidades de Amartya Sen para análise da pobreza

De acordo com Sen (2013), a pobreza se caracteriza enquanto um fenômeno multidimensional, pois incorpora em seu conceito as múltiplas formas de restrições e privações que um indivíduo sofre em uma sociedade. Tais restrições refletem-se desde um âmbito objetivo e material, como dificuldades de acesso a renda, educação, saúde, alimentação, vestuários, lazer, entre outras privações enfrentadas pelos indivíduos (ALKIRE; FOSTER, 2011); até elementos de ordem cultural e social, como isolamento, vergonha e humilhação (NARAYAN, 2002; YURDAKUL; ATIK; DHOLAKIA, 2017).

Como exemplo, um indivíduo que possui restrição de acesso a recursos ou serviços sociais essenciais, terá suprimida suas capacidades básicas. Por consequência, apresentará baixos níveis de autoconfiança, ou mesmo uma sensação de impotência e ausência de direitos, como a liberdade de expressão (SEN, 1985; 2013). Nesse sentido, um maior acesso a oportunidades sociais pelas pessoas pobres as possibilitaria um pleno desenvolvimento das capacidades individuais de maneira tal que lhes permitiriam atingir um maior controle sobre decisões pessoais (SEN, 2013; ALIRE; FOSTER, 2011).

A abordagem proposta por Sen (2013) surge, portanto, como uma forma de compreender a pobreza de uma maneira mais holística, integrando em sua concepção a visão as distintas privações que tolhem as capacitações básicas de um indivíduo. A partir dessa interpretação, Sen (1983; 2013) transfere a análise da pobreza como uma escassez material, *per se*, para a escassez de oportunidades. Sobre esse ponto, Codes (2008) argumenta que – haja visto a disponibilidade de alimentos e bens essenciais serem decorrentes de uma série de fatores econômicos e legais – a simples disponibilidade de recursos básicos não assegura que determinados grupos, sobretudo os mais vulneráveis, tenham capacidade de adquiri-los. Isto é, a associação de abundância e opulência econômica – quer pelo fornecimento de bens de consumo, quer pelas concessões de maiores escolhas aos mais pobres (HAMMOND; PRAHALAD, 2004) – não os tornam capacitados de obtê-los continuamente (CODES, 2008)

Portanto, este enfoque contrasta, *inter alia*, com a limitação sistêmica proporcionada pela concepção da pobreza monetária. Como um dos pontos essenciais da abordagem das capacitações, Sen (2013) afirma que a perspectiva monetária deve ser analisada

como um instrumento que potencializa a pobreza, mas não como sua causa primordial. Dessa forma, a abordagem das capacitações busca melhorar o entendimento da natureza e das causas da pobreza, desviando o seu foco dos meios (como a baixa renda) “para os fins que as pessoas têm razão para buscar e, correspondentemente, para as liberdades de poder alcançar esses fins” (SEN, 2013, p. 123).

Não obstante, a presença do indivíduo dentro de um sistema de trocas presente em uma economia de mercado não exime a importância da renda na análise da pobreza, uma vez que se compreende que o dinheiro é um elemento necessário – porém não suficiente – para garantia da autonomia e do empoderamento individual (REGO; PINZANI, 2014). Do mesmo modo, a simples garantia de uma renda mais elevada não pode ser entendido como aumento nas capacidades individuais ou redução das privações percebidas, embora sejam altamente correlacionados (CRESPO; GUROVI, 2002; ANSARI; MUNIR; GREGG, 2012). Tal posição revela o segundo ponto abordado pela teoria de senniana, o qual aduz que o aumento de recursos pessoais – assim como da renda pessoal – não devem ser entendidos como fins últimos do bem-estar individual, mas como meios para o alcance da liberdade.

Além de se opor a uma noção de pobreza estritamente monetária, a abordagem das capacitações de Sen (2013; 1999) também se contrapõe à perspectiva utilitarista da teoria ética e de justiça dominantes. De acordo com o autor, a base informacional utilizada por teorias tradicionais para avaliar o bem-estar se importariam apenas com o somatório da utilidade dos estados das coisas, isto é, restringir-se-ia apenas aos níveis utilitários alcançados pelo consumo de bens ou recursos. Adicionalmente, tais abordagens “welfaristas”² (SEN, 1999, p. 54) levam em consideração em sua análise do bem-estar apenas as escolhas individuais, o seu estado de felicidade e a satisfação dos desejos.

Todavia, em virtude de o bem-estar pessoal refletir um estado mental e, portanto, um ponto de vista subjetivo, tais abordagens utilitaristas recaem em uma problemática de comparações arbitrárias entre os indivíduos. Ao assumir uma “métrica interpessoal da satisfação dos desejos” a partir do consumo material para todos os indivíduos, desconsidera-se as consequências que o conjunto de privações vivenciadas pelos mais pobres pode ocasionar (SEN, 1985, p. 191).

Um indivíduo em contínuo estado de privação pode ver tolhida sua capacidade de escolha e ação em virtude da inexistência de oportunidades sociais (REGO, PINZANI, 2014).

² De acordo com Sen (1999; 2013) o “welferismo” reflete a concepção de que os únicos elementos com valor intrínseco e com relevância para avaliação dos estados são as utilidades individuais, sem considerar, por conseguinte, a própria fruição dos direitos e liberdades em seus juízos.

Condições de escassez material limitam significativamente o escopo dos desejos individuais, de maneira que suas escolhas estejam atreladas à sua situação social, criando um sentimento de contentamento em relação às privações sofridas (HAMILTON et al, 2014; REGO, PINZANI, 2014; NARAYAN, 2002). Dessa forma, a condição de pobreza é um estado capaz de modelar substancialmente as experiências pessoais, pois como observa Sen (2013, p. 89, grifo do autor):

Concentrar-se apenas em características mentais (como prazer, felicidade ou desejos) pode ser particularmente restritivo quando são feitas comparações *interpessoais* de bem-estar e privações. [...] Os destituídos tendem a conformar-se com sua privação pela pura necessidade de sobrevivência e podem, em consequência, não ter coragem de exigir alguma mudança radical, chegando mesmo a ajustar seus desejos e expectativas àquilo que sem nenhuma ambição consideram exequível. A medida mental do prazer ou do desejo é maleável demais para constituir-se um guia confiável para privação e desvantagem.

Por conseguinte, ao procurar mensurar o padrão de vida, deve-se estar atento para a própria vida e não para a posse de mercadorias. Tal perspectiva reflete o terceiro ponto apresentado por Sen, na qual a noção de bem-estar encontra-se no cerne de sua teoria (CODES, 2008; ANSARI; MUNIR; GREGG, 2012). Desse modo, Sen (2013) argumenta que o bem-estar deve ser entendido a partir das liberdades substantivas dos sujeitos de escolherem uma vida que possuem razão de valorizar. Sob essa ótica, a análise do bem-estar – e por consequência da pobreza – transfere-se da conquista material para a liberdade dos sujeitos efetuarem seus funcionamentos (*functionings*) (SEN, 1985; 1999; VITA, 1999).

Tais funcionamentos traduzem-se nos conjuntos de ações e práticas que permitem a escolha dos tipos de vida desejados pelas pessoas, o qual é um pilar fundamental na constituição na Abordagem das Capacitações. Logo, são elementos constitutivos de seus “estados” pessoais, referindo-se às diversas combinações de “ser” e “fazer” que os indivíduos podem – e possuem razões para valorizá-las – escolher para sua vida (SEN, 1999; KERSTENETZKY, 2000). Desse modo, Sen (1985) observa que os funcionamentos compreendem o exercício de práticas que garantam os estados de existência dos indivíduos (alimentar-se, ler e ter boa saúde) até o exercício de sua função social dentro de uma sociedade (exercer sua cidadania e não sofrer humilhação em decorrência de sua condição social).

Entretanto, para o alcance de determinados funcionamentos um conjunto complexo de condições e oportunidades sociais devem ser satisfeitos. Neste caso, a presença de um leque mais amplo de opções para o indivíduo realizar seus funcionamentos reflete – além da sua condição social – maiores níveis de liberdade e, por conseguinte, de bem-estar (REGO; PINZANI, 2014; ANSARI; MUNIR; GREGG, 2012). Nesse contexto, revela-se a importância

de se considerar a liberdade e a agência individual para o entendimento de seu bem-estar e para o alcance de seus funcionamentos.

Dentro da obra de Sen (1985), a agência refere-se ao controle e ao poder que a pessoa exerce em busca de realizar suas escolhas. Para construção do nível de agência dos indivíduos, o autor, todavia, salienta para o exercício das vantagens pessoais – liberdades substantivas e oportunidades sociais que a pessoa tem (SEN, 1999, p. 63). Como ponto de partida para compreender como se desenvolve a dinâmica entre esses dois construtos, Sen (1985; 1999) observa que, a partir da vantagem pessoal, o ser humano é constituído em duas dimensões distintas: o aspecto de bem-estar e o aspecto da condição de agente.

Nessa perspectiva, a condição de bem-estar abrange as realizações e oportunidades individuais em relação ao contexto das vantagens pessoais (SEN, 1999). Comum em abordagens utilitaristas, os êxitos de uma pessoa são identificados em termos da maximização de seu bem-estar (SEN, 1985; VITA, 1999). Em contrapartida, a condição de agência leva em consideração a condição de vida valorizada pela pessoa, em termos das convicções e valores éticos e morais do próprio agente (SEN, 1999; 1985). Logo, enfatiza-se a capacidade do indivíduo em agir em prol de objetivos de acordo com aquilo que considera importante, o qual encontra-se intrinsecamente relacionado com o nível de bem-estar do indivíduo (VITA, 1999; KERSTENETZKY, 2000).

Embora sejam termos interdependentes, o aspecto de agência é um termo mais abrangente que a condição de bem-estar. O exercício do sujeito de sua condição de agente não necessariamente volta-se exclusivamente à garantia de maiores níveis de bem-estar, podendo, pelo contrário, a partir de seus valores e objetivos defendidos agir de forma a reduzir o seu bem-estar (SEN, 1985; VITA, 1999). Diante disso, a distinção entre essas duas condições não corresponde uma ideia de passividade ou ação do indivíduo, mas a condição de agência volta sua percepção ao entendimento de como o sujeito faz a ação (SEN, 1999)

Da mesma forma, é importante ressaltar que abordagens utilitaristas não fazem distinções entre os dois aspectos. Ao assumirem um comportamento auto interessado por parte dos sujeitos, essas abordagens instrumentalizam a condição de agência do indivíduo para se orientarem exclusivamente à busca de bem-estar por intermédio de um maior consumo (SEN, 1985; VITA, 1999). Tal distinção proposta por Sen (1999) possibilita, portanto, perpassar o tratamento instrumental concebido pelo utilitarismo aos direitos e à liberdade, e constitui uma avaliação a partir das liberdades substantivas dos indivíduos.

A partir dessa compreensão, a característica central do bem-estar seria, destarte, a capacidade de se alcançar distintos funcionamentos (SEN, 1985; 2013). Assim, Sen (2013)

compõe o segundo pilar para compreensão da Abordagem das Capacitações, concluindo que tal habilidade de alcançar e exercer seus funcionamentos comporia as capacidades (*capabilities*). Com intuito de tornar inteligível tal distinção, o autor exemplifica tal conceito a partir da comparação de dois indivíduos em condições semelhantes de funcionamentos, mas com capacidades distintas:

Por exemplo, uma pessoa abastada que faz jejum pode ter a mesma realização de funcionamento quanto a comer ou nutrir-se que uma pessoa destituída, forçada a passar fome extrema, mas a primeira pessoa possui um “conjunto capacitário” diferente da segunda (a primeira *pode* escolher comer bem e ser bem nutrida de um modo impossível para a segunda) (SEN, 2013, p.105).

Desse modo, as capacidades representam as chances e as oportunidades de o indivíduo exercer de modo desejado seus funcionamentos. De outra forma, enquanto o funcionamento representa uma conquista, as capacitações podem ser compreendidas como habilidade de conquistar (ANSARI; MUNIR; GREEG, 2012). Logo, a capacitação apresentada por uma pessoa é reflexo de sua liberdade substantiva, de realizar combinações alternativas de seus funcionamentos e, por conseguinte, de escolher uma vida considerada adequada para si (VITA, 1999; REGO; PINZANI, 2014; SEN, 2013).

Como resultado, ao se analisar a partir da lente da Abordagem das Capacitações de Sen (2013), o entendimento da pobreza é requalificado para constituição de um estado de privação das capacidades básicas. Tal perspectiva desvia, portanto, sua análise dos meios, isto é, dos aspectos materiais que tradicionalmente caracterizam a pobreza (como escassez pecuniária, fome etc.), para incapacidade do indivíduo de executar seus funcionamentos básicos (como estar bem nutrido, ter moradia, trabalho, saúde etc.) e alcançar seus objetivos desejados.

Do mesmo modo, a reconceituação da pobreza proposta por Sen (2013) transfigura a discussão acerca da solução da problemática da pobreza, na qual o alívio traduz-se agora na expansão das capacidades dos indivíduos e não apenas de seus funcionamentos (REGO; PINZANNI, 2014; ANSARI; MUNIR; GREEG, 2012). Para além do atendimento de um mínimo – definidas por padrões monetários de linhas de pobreza –, a satisfação individual para o desenvolvimento de suas capacidades perpassa o atendimento de uma vida decente aos padrões socialmente construídos (YURDAKUL; ATIK; DHOLAKIA, 2017; SAATCIOGLU; CORUS, 2016; HAMILTON et al, 2014).

Entretanto, é necessário pontuar algumas críticas pertinentes a abordagens das capacitações de Sen (2013), haja visto a sua complexidade teórica do tratamento à pobreza e a sua respectiva imprecisão na delimitação de construtos básicos à operacionalização desta teoria

(CHIAPPERO-MARTINETTI, 2008). Em virtude de sua perspectiva multidimensional e de sua visão dependente do contexto, a teoria elencada por Sen (2013) para o estudo da pobreza decorre, por vezes, em uma carência de especificidades acerca das dimensões relevantes a serem selecionadas e avaliadas, assim como de ausência de uma formalização rigorosa de parâmetros que possibilitem a realização de comparações interpessoais que não sejam baseadas apenas no espaço das rendas (CHIAPPERO-MARTINETTI, 2008; ANSARI et al., 2012).

No que diz respeito à aplicação do quadro das capacidades individuais, alguns autores têm buscado contornar tais problemas com intuito de gerar metodologias operacionalizáveis desses construtos (ALKIRE, 2007; NUSSBAUM, 2001). Como exemplo, Nussbaum (2011), baseando-se em certas convenções internacionais e em abordagens qualitativas com indivíduo na pobreza, desenvolveu categorias básicas da conceituação dos construtos senianos de capacidades e funcionamentos. Considerando as várias áreas da vida humana nas quais as pessoas se movem e agem, Nusbaum (2011) pormenoriza uma lista de dez recursos centrais que devem ser garantidos, pelo menos em um nível mínimo, a todos os cidadãos.

Do mesmo modo, Alkire e Foster (2011), a fim de criar uma medida quantificável da pobreza, desenvolveram o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), o qual reflete o conjunto básico de bens necessários para que os indivíduos possam alcançar o desenvolvimento de suas capacidades. A metodologia das autoras considera três dimensões principais para o seu cálculo: saúde (nutrição e mortalidade infantil); educação (anos de escolaridade e frequência escolar); padrão de vida (acesso à água, saneamento, pavimento, eletricidade, gás de cozinha e bens domésticos). O IPM fornece, portanto, um retrato mais completo da pobreza do que as análises realizadas a partir de concepções monetárias, pois além de refletir a sobreposição de privações contempla os núcleos sociais que vivem em condições que não atendem às necessidades básicas (ALKIRE; FOSTER, 2011).

Sem embargo, é importante recapitular a questão contextual da abordagem seniana e a dificuldade de se elencar garantias universais aos indivíduos, pois os objetivos e os desejos manifestados destes diferenciam-se sobremaneira de acordo com o ambiente sociomaterial no qual se encontram (SEN, 1983; YURDAKUL; ATIK; DHOLAKIA, 2017; REGO, PINZANI, 2014). Em um contexto demarcado pela privação de bens essenciais, os itens para satisfazer as necessidades básicas estão intimamente ligados a questões materiais e de sobrevivência física do indivíduo; em contrapartida, em sociedades afluentes, cujo conjunto de elementos básicos encontram-se mais distribuídos, o conjunto de necessidades requeridas pelos indivíduos tornam-se mais complexos (RAVAIOLLON, 1994; SEN, 1983; NUSSBAUM, 2011).

Nesse sentido, ao invés de utilizar a abordagem das capacitações de modo metodológico, este trabalho buscou utilizar-se das contribuições de Sen (1988; 2013) enquanto um aparelho conceitual e interpretativo das realidades dos consumidores, assim como realizado em estudos anteriores (e.g. REGO; PINZANI, 2014; MAGALHÃES et al., 2011). Nesse caso, ao invés de um método a fim de construir um quadro referencial das capacidades – haja visto a dificuldade em identificá-las (CHIAPPERO-MARTINETTI, 2018) –, a abordagem das capacitações é utilizada na presente dissertação enquanto uma abordagem suplementar, a qual consiste em procedimento de comparações interpessoais no espaço das rendas, porém complementadas com considerações acerca das capacidades (SEN, 2013). Para fins práticos, o intuito é obter uma ampliação da base informacional por essa via ao possibilitar uma discussão mais geral sobre as privações sentidas (SEN, 2013; REGO; PINZANI, 2014).

2.4 Estudos da pobreza na Administração

A literatura sobre a pobreza na Administração tem sido vasta, assim como as proposições acerca de seu alívio e enfrentamento. Diversas revisões da literatura (e.g., SRIDHARAN; BARRINGTON; SAUNDERS, 2017; DEMBEK; SIVASUBRAMANIAM; CHMIELEWSK, 2020; KOLK; RIVERA-SANTOS; RUFÍN, 2014) têm buscado qualificar os principais tópicos de discussão da pobreza dentro da área da Administração.

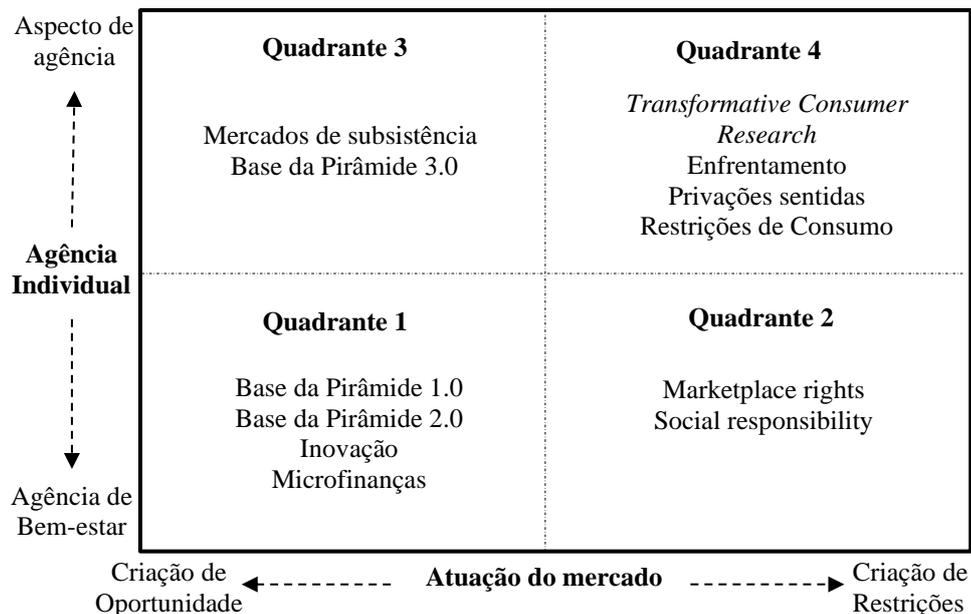
No entanto, todos esses estudos convergem ao evidenciarem uma sistemática dificuldade na conceituação da abordagem de pobreza utilizada pelos estudos no campo da Administração (DEMBEK; SIVASUBRAMANIAM; CHMIELEWSK, 2020; YURDAKUL; ATIK; DHOLAKIA, 2017). Frequentemente, condições tão somente de baixa renda são utilizadas para caracterização desse fenômeno, o que pode acarretar imprecisões ao não considerar outros aspectos latentes desse fenômeno (KOLK; RIVERA-SANTOS; RUFÍN, 2014; PEREDO; MONTGOMERY; MCLEAN, 2018). Ademais, identificar a pobreza apenas como um fator monetário pode homogeneizar populações que vivem na parte inferior da pirâmide, não considerando disparidades subjetivas existentes entre essas populações (PEREDO; MONTGOMERY; MCLEAN, 2018).

Dessa forma, buscou-se realizar um levantamento da literatura da pobreza no campo da Administração com intuito de caracterizar as diferentes abordagens utilizadas. O conhecimento de elementos de caracterização e definições utilizadas são pertinentes ao estudo do tema, pois a sua compreensão permite o entendimento das distintas formas de enfrentamento e alívio da pobreza implementadas na área. É válido a ressalva de que o processo de

levantamento do estado da arte decorreu mediante uma revisão sistemática, cuja descrição metodológica e processo de seleção dos estudos encontram-se descritas em anexo (APÊNDICE A).

Após o levantamento dos artigos, foram identificadas duas principais temáticas que compuseram a construção teórica das pesquisas selecionadas. Nesta perspectiva, ao observar os modos de enfrentamento da pobreza *vis a vis* a construção da agência individual baseada na Abordagem das Capacitações, é possível destacar diferenças e paralelos entre os estudos acerca desse fenômeno na área da Administração. De modo sintético, a Figura 1, a seguir, exhibe graficamente a relação entre duas dimensões abordadas: i) a discussão sobre a condição de agência dos indivíduos; ii) o papel do mercado nos modos de enfrentamento à pobreza presentes nos principais estudos da área. Como reflexo dessa organização, quatro agremiações foram criadas a partir da interação das duas dimensões.

Figura 1- Representação das temáticas de estudo de acordo com o modo de enfrentamento da pobreza e do aspecto da agência individual



Fonte: Elaborado pelo autor.

O eixo vertical do quadro busca distinguir os estudos a partir da perspectiva de Sen (1985; 1999) da vantagem pessoal, distinguindo as duas dimensões da agência dos indivíduos: o aspecto de bem-estar e o aspecto da condição de agente. Neste sentido, a parte inferior compreende as pesquisas que enfatizam, em maior grau, o aspecto do bem-estar. Comum em pesquisas utilitaristas, que assumem um comportamento auto interessado por parte do indivíduo, enfatiza-se interpretações acerca da satisfação dos desejos via consumo. Nesse

aspecto, o interesse avaliativo volta-se à análise da elevação do bem-estar individual e dos benefícios pessoais conquistados (SEN, 1999). Ademais, prevalecem representações do sujeito livre e autônomo, constituídas em uma esfera moral e individualista a partir de uma construção absoluta da pobreza (BONSU; POLSA, 2011; PEREDO; MONTGOMERY; MCLEAN, 2018).

De forma complementar, a parte superior concentra os estudos que levam em consideração o aspecto de agência do indivíduo, avaliando as ações individuais em termos do que se consegue fazer conforme seus planos de vida e suas valorações (SEN, 1999). Na contramão da condição de bem-estar, a parte superior tende a caracterizar visões multidimensionais da pobreza, ressaltando os modos individuais de enfrentamento a contextos de escassez sociomateriais a partir da apreciação de suas capacidades de ação.

Ato contínuo, o eixo horizontal visa discutir a distinção entre estudos centrados em uma perspectiva do enfrentamento da pobreza a partir do papel das atuações das organizações e dos atores de mercado nessa situação. Por um lado, distinguem-se os estudos que identificam no mercado a solução primária ao atendimento das necessidades dos sujeitos pobres (lado esquerdo). Em contrapartida, há aqueles que, por reconhecerem nos agentes de mercado a construção das vulnerabilidades e restrições enfrentadas pelos mais pobres, focam-se nas responsabilidades sociais e ações transformativas dos agentes como enfrentamento da pobreza (lado direito).

A partir da Figura 1, observa-se, portanto, que a interação entre o eixo vertical e o eixo horizontal criou quatro quadrantes distintos, os quais apresentam em seu interior a descrição das principais linhas temáticas de estudos acerca da pobreza no campo da Administração. Não obstante, ressalta-se que os eixos não buscam separar as divisões temáticas dos estudos em um *continuum*, apenas revelar distintas abordagens e apreensão do tema da pobreza na área da Administração. Da mesma forma, salienta-se que embora Dembek, Sivasubramaniam e Chmielewsk (2020) utilizarem a Abordagem das Capacitações para realizar uma análise similar referente aos estudos de pobreza na área de Marketing, os autores, todavia, não discutem em seu estudo o contexto do papel do aspecto da agência individual. Destarte, o exame sucinto da posição relativa de cada agremiação em relação aos dois eixos será analisado a seguir.

2.4.1 Quadrante 1

No primeiro quadrante, a abordagem de pobreza centra-se a partir da visão da organização, sobretudo o setor privado, como principal catalizador do enfrentamento à pobreza.

Sua conceituação inicial compreende que as instituições de negócios desempenham um papel crucial no alívio da pobreza (PRAHALAD, 2005; HAMMOND; PRAHALAD, 2004). Nesse sentido, para o alívio da pobreza, seria necessário o engajamento de uma entidade externa, em grande medida por empresas multinacionais, as quais ajudariam os mais pobres a melhorarem suas vidas a partir da produção e distribuição de produtos e serviços de maneiras culturalmente sensíveis, ambientalmente sustentáveis e economicamente lucrativas (HAMMOND; PRAHALAD, 2004).

Portanto, a redução da pobreza da comunidade na Base da Pirâmide (BdP) seria vista como uma consequência natural da maximização do lucro (DEMBEK; SIVASUBRAMANIAM; CHMIELEWSK, 2020). Nesse aspecto, encontram-se nesse quadrante estudos focados e alinhados com a maximização de lucro das empresas e pesquisas do paradigma dominantes acerca da pobreza na área da Administração (PEREDO; MONTGOMERY; MCLEAN, 2018; LANDRUM, 2020). Representantes dessa agremiação podem ser identificados em estudos temáticos da Base da Pirâmide 1.0³ (e.g. NASCIMENTO; YU; SOBRAL, 2008; SUAREZ; CASOTTI; ALMEIDA, 2008), Base da Pirâmide 2.0 (e.g. LONDON; ANUPINDI; SHETH, 2010), pesquisas de marketing acerca do comportamento do consumidor na BdP (e.g. HEMAIS; CASOTTI; ROCHA, 2013; LIVRAMENTO; HORMEYLL; PESSÔA, 2013) e estudo de inclusão e expansão de mercado, como estudos de inovação para mercados de subsistência (e.g. KHAVUL; BRUTON, 2013) e o desenvolvimento de microfinanças (e.g. CHOWDHURY; WILLMOTT, 2019).

Em continuidade ao tratamento da agremiação, para compreender o aspecto da condição de agência do indivíduo, faz-se necessário entender primeiro a construção da pobreza identificada nesses estudos. Concebendo o estado de pobreza enquanto uma carência ou um déficit (ANSARI, MUNIR, GREGG, 2012; KOLK; RIVERA-SANTOS; RUFÍN, 2014), as ações desenvolvidas de enfrentamento encontram-se voltadas, sobretudo, em proposições de

³ Importa saber que os estudos dentro da Base da Pirâmide não se constituem de modo homogêneo ao longo dos anos. Desde o trabalho seminal de Hammond e Prahalad (2004) acerca da BdP, reconhece-se a existência de três fases distintas aos estudos da BdP. A primeira fase (BdP 1.0), refere-se à orientação dos estudos acerca da viabilidade da expansão de negócios em países em desenvolvimento e a visão do pobre apenas como consumidor (DEMBEK; SIVASUBRAMANIAM; CHMIELEWSK, 2020). Em seguida, a segunda fase (BdP 2.0) modificou a abordagem inicial da BdP 1.0 de identificar o agente da base da pirâmide apenas como consumidor para a identificação deste como produtor também, em que a ótica dos estudos vai além da esfera do consumo (KOLK; RIVERA-SANTOS; RUFÍN, 2014). Por último, a BdP (3.0) surgiu a partir da necessidade de abordagens menos tradicionais de análise da pobreza, mudando o conceitual de atuação das empresas nas fases 1 e 2 da BdP. Ao passo que nas duas primeiras etapas, as empresas possuem um destaque significativo para o processo de desenvolvimento, a partir da BdP 3.0 ganha-se destaque para soluções singulares de redução da pobreza para a compreensão de como ecossistemas de inovação mais amplos e o engajamento por meio de redes de parceria intersetorial (CAÑEQUE; HART, 2015).

intervenções baseadas na contenção do sujeito, isto é, o pobre é incumbido de um papel de consumidor, negando sua individualidade e seu papel social na construção de sua realidade (PEREDO; MONTGOMERY; MCLEAN, 2018; BONSU, POLSA, 2011; LANDRUM, 2020). Ao constituírem os mais pobres como livres e autônomos a partir de um comportamento auto interessado, as saídas implementadas visam a transformação desses sujeitos – à imagem das expectativas do mercado ocidental – em ávidos consumidores ou empreendedores (PEREDO; MONTGOMERY; MCLEAN, 2018; LANDRUM, 2020; BONSU; POLSA, 2011; KOLK; RIVERA-SANTOS; RUFÍN, 2014).

Portanto, parece que tais abordagens seguem uma conquista de maior bem-estar a partir de uma realização pessoal alcançada pelo consumo de bens materiais e pela maior oportunidade de escolha no mercado. Dessa forma, ao identificarem nos indivíduos que vivem na pobreza elevada autonomia e um comportamento tão somente utilitário, tais estudos discutem o alívio da pobreza a partir da expansão dos funcionamentos dos pobres, ignorando, quase por completo, a questão da expansão das capacidades individuais (ANSARI, MUNIR, GREGG, 2012).

2.4.2 Quadrante 2

No segundo quadrante, encontram-se correntes teóricas desenvolvidas a partir da década de 1980 com a globalização dos mercados, cuja resolução da problemática da pobreza foi tratada a partir do modo da organização dos mercados (SRIDHARAN; BARRINGTON; SAUNDERS, 2017). Nessa perspectiva, encontram-se estudos que identificam que as práticas exercidas no mercado, por empresas ou agentes do mercado, concorrem para a vulnerabilidade de consumidores em situações desfavoráveis no sistema econômico (HILL; 2005; HILL; FELICE; AINSCOUGH, 2007) Nesse aspecto, o âmbito dessas discussões encontram-se frequentemente no domínio do Macromarketing, com pesquisas que enfatizam temáticas de responsabilidade social corporativa (RSC) (e.g. KIMMITT; MUNOZ, 2018), exclusão de mercado (e.g. HILL; DHANDA, 2004) e comércio justo (e.g. ELMES, 2018).

Destarte, uma forma de entender o modo de enfrentamento da pobreza por esses estudos estaria, de acordo com Sridharan, Barrington e Saunders (2017), pelo alívio do mal-estar e a redução das restrições ocasionados pelos principais atores de mercado aos consumidores vulneráveis. Nesse sentido, tais atitudes dependeriam de importantes atores dos mercados (firmas, governos etc.) que, sensíveis e receptivos à causa da pobreza, seriam responsáveis por garantir uma conduta ética e responsável frente aos resultados desagradáveis

gerados por seus negócios (JENKINS, 2005; HILL; FELICE; AINSCOUGH, 2007; SRIDHARAN; BARRINGTON; SAUNDERS, 2017).

Entretanto, é importante ressaltar as divergências que os estudos do Quadrante 2 – acerca da responsabilidade social das empresas – possuem em relação às pesquisas do Quadrante 1, praticadas pela BdP (DEMBEK; SIVASUBRAMANIAM; CHMIELEWSK, 2020). Enquanto para o primeiro argumentos de "responsabilidade" e "justiça" formam as premissas teóricas fundamentais dessa literatura acerca da pobreza, para o segundo, por seu turno, as iniciativas privadas encontram-se eximidas de questionamentos sobre a noção de responsabilidade da ação corporativa na pobreza (DEMBEK; SIVASUBRAMANIAM; CHMIELEWSK, 2020; JENKINS, 2005). Ou seja, não abordam de modo explícito o conflito entre equilibrar o lucro e o alívio da pobreza – isentando as empresas de qualquer responsabilidade social na constituição de seus negócios na pobreza.

Do mesmo modo, há de se aclarar que tais abordagens encontram maior consonância com o aspecto de bem-estar de uma pessoa. Como observado por Sen (1999, p. 76), “o aspecto do bem-estar é particularmente relevante na avaliação de questões distributivas (incluindo diagnósticos de injustiça econômica)”. Logo, esses estudos temáticos buscam avaliar as desigualdades – o que impede cada pessoa alcançar em termos de suas vantagens individuais – que arruinam o bem-estar dos mais pobres e os sujeitam a um tratamento desigual (HILL; FELICE; AINSCOUGH, 2007).

2.4.3 Quadrante 3

No terceiro quadrante, centram-se estudos que identificam na atuação direta de determinados atores do mercado, sobretudo setores privados, para solução do problema da pobreza. Porém, distintamente da abordagem tradicionais da BdP, há uma maior busca pela compreensão das particularidades vivenciadas na pobreza, com um maior exame das oportunidades dos indivíduos de alcançarem seus objetivos. Como principais representantes, estudos da Base da Pirâmide 3.0 (e.g. PEREDO; MCLEAN, 2013; CHATTERJEE; GUPTA; UPADHYAY, 2018) e acerca de mercados de subsistência (e.g. VISWANATHAN et al., 2014; NARAYAN, 2014) podem ser identificados como principais representantes dessa agremiação.

O movimento da BdP 3.0 – surgido em grande medida devido às críticas recebidas pela abordagem inicial da BdP 1.0 (CAÑEQUE; HART, 2015) – buscou-se modificar a interação a qual era estabelecida pela abordagem anterior, introduzindo novas perspectivas e direcionamentos de atuação ao enfrentamento da pobreza. Da mesma maneira, o entendimento

de mercado de subsistência busca enfatizar as diversas práticas nos contextos de mercado formal e informal entre os pobres (SRIDHARAN; BARRINGTON; SAUNDERS, 2017; LANDRUM, 2020). Nessa perspectiva, procura-se primeiramente entender como as pessoas organizam os mercados na base da pirâmide, ressaltando abordagens bottom-up, isto é, o processo de enfrentamento decorre de modelos coletados em instâncias mais básicas de um sistema até ascender a camadas mais complexas da organização social (VISWANATHAN et al., 2009; SRIDHARAN; BARRINGTON; SAUNDERS, 2017).

Tais pesquisas buscam, portanto, modificar o entendimento tradicional da pobreza baseada na renda para uma compreensão matizada em sua natureza multidimensional (CAÑEQUE; HART 2015; ANSARI, MUNIR, GREGG, 2012; DEMBEK; SIVASUBRAMANIAM; CHMIELEWSK, 2020). De fato, Calton et al. (2013) observam que tal abordagem procura proporcionar um aumento da compreensão empática das situações de vida na base da pirâmide, ampliando o ambiente de atuação e assegurando um trabalho conjunto de forma eficaz.

Neste preâmbulo, é importante destacar que, embora a diferença às iniciativas tradicionais da BdP, as prerrogativas de soluções baseadas em uma maior participação dos pobres no mercado ainda permanecem marcantes (LANDRUM, 2020; DEMBEK; SIVASUBRAMANIAM; CHMIELEWSK, 2020; KOLK; RIVERA-SANTOS; RUFÍN, 2014). Apesar do foco do alívio da pobreza voltar-se agora à defesa de um desenvolvimento sustentável conjuntamente com o fomento de inovações sociais integrados aos mercados da BdP, ainda se encontra presente o papel de uma entidade externa na criação de valor mútuo com a BdP (DEMBEK; SIVASUBRAMANIAM; CHMIELEWSK, 2020; VISWANATHAN; ROSA, 2007). A criação de modelos de negócios bottom-up (e.g. DEMBEK; SIVASUBRAMANIAM; CHMIELEWSK, 2020) ou o ensino de habilidades e conhecimentos (alfabetização, por exemplo) para consumidores atuarem no mercado são exemplos dessa parceria (e.g. VISWANATHAN et al., 2009; QURESHI; SUTTER; BHATT, 2018).

2.4.4 Quadrante 4

Nesta agremiação, há um aprofundamento do posicionamento acerca das questões de justiça distributiva apresentadas no segundo quadrante, com o diferencial de buscar entender, de modo conjunto, as subjetividades e particularidades dos consumidores vulneráveis. Nesta perspectiva, esse quadrante é composto por pesquisas recentes no campo do marketing e comportamento do consumidor que se concentram principalmente na descrição da vida e na

cultura de consumo da pobreza, ressaltando pesquisas transformativas de consumo (e.g. BLOCKER et al. 2013), privações percebidas (e.g. YURDAKUL; ATIK; DHOLAKIA, 2017; SAATCIOGLU; CORUS, 2014), restrição de consumo (e.g. HILL, 2002; 2005), práticas de resistência (e.g. KLEIN; HILL, 2008; SAATCIOGLU; OZANNE 2013), cultura de consumo na pobreza (e.g. HILL, 2002; HILL; GAINES, 2007; HAMILTON et al., 2014) e estratégias de enfrentamento empregadas pelos mais pobres (e.g. ADKINS; OZANNE, 2005; HILL; STAMEY, 1990).

Como exemplo dessas iniciativas de pesquisa, o movimento da Transformative Consumer Research (TCR) reflete o crescimento de estudos acerca das práticas de consumo para aumentar o bem-estar do consumidor (MICK et al., 2012; BLOCKER et al. 2013). Dado que a pobreza desencadeia um conjunto de restrições aos consumidores, tais perspectivas de estudos focam em entender as manifestações das privações percebidas, as consequências das restrições sociais às experiências de consumo dos indivíduos e as lutas de poder para satisfazer as aspirações e necessidades de consumo (BLOCKER et al., 2013; HILL, SHARMA, 2020).

Dessa forma, o que se discute, na contramão das demais proposições, é como os sujeitos, a par de suas habilidades e vantagens pessoais, alcançam seus objetivos de vida mesmo diante das condições mais adversas. Neste caso, os mais pobres elaboram um conjunto de práticas e estratégias⁴, formais e/ou informais, que os ajudem a melhorar suas condições materiais, sociais e culturais (ADKINS; OZANNE, 2005; HILL, 1991). Neste caso, há um aprofundamento nas consequências psicológicas enfrentadas pelos sujeitos em virtude da escassez (BANERJEE; DUFLO, 2007; 2012; SHAH; MULLAINATHAN; SHAFIR, 2012), assim como um maior interesse das pesquisas com intuito de iluminar aspectos do consumo e do bem-estar do consumidor empobrecido, buscando a obtenção de resultados transformadores para esses consumidores (BLOCKER et al, 2013; KLEIN; HILL, 2008; HILL; GAINES, 2007).

2.4.5 Síntese

O recorte analítico empregado nessa revisão não visou exaurir por completo a discussão dos estudos da pobreza na área da Administração. Não obstante, esse exame permite

⁴ É necessário observar que, embora no campo do comportamento do consumidor seja comum estudos acerca das práticas e das estratégias de consumo empregadas pelos consumidores (e. g. HOLT, 1995; MICK et al., 2012), esses construtos, todavia são distintos e uma explicação acerca das diferenças de suas funcionalidades é descrito na seção posterior.

compreender o desenvolvimento dos estudos temáticos da pobreza em circunstância de sua apreensão. Tal enquadramento, mediante uma interpretação dividida em dimensões de enfrentamento da pobreza e a da agência individual, evidencia as potencialidades e as fragilidades em cada abordagem acerca da pobreza.

Assim sendo, a análise do percurso trilhado pelas discussões oferece um melhor entendimento sob quais pressupostos implícitos cada abordagem encontra-se alicerçada. As distintas imagens da pobreza revelam as diversas perspectivas sobre como esse fenômeno pode ser estudado, cuja forma de apreendê-la está intimamente alinhada à inspiração de programas e ações de alívio da pobreza de cada investigação (CODES, 2008).

Apesar disso, ainda há uma limitação nos estudos da pobreza na área da Administração por investigarem esse fenômeno tão somente por visões de privações de ordem econômica, identificando condições de baixa renda enquanto sinônimo da pobreza (YURDAKUL; ATIK; DHOLAKIA, 2017; PEREDO; MONTGOMERY; MCLEAN, 2018). Além disso, assim como salientado por Kolk, Rivera-Santos e Rufín (2014), a maior parte das pesquisas levantadas nessa seção encontram-se desconexas de teorias explicativas da pobreza mais avançadas, como as fomentadas na área do desenvolvimento econômico (e.g. BANERJEE; DUFLO, 2012; SEN, 2013; NUSSBAUM, 2011)

O estudo da pobreza, por caracterizar-se como um fenômeno complexo, demanda, destarte, um tratamento multidimensional, transdisciplinar e interrelacional. Seguindo essa concepção, a demarcação científica seguida para formalização do presente trabalho busca fugir ao paradigma vigente dentro dos estudos de pobreza na área da Administração, expressos, sobretudo, por pesquisas acerca da Base da Pirâmide. Por conseguinte, é necessário que se perscrutem atributos que ultrapassem explicações monetarista acerca da compreensão da pobreza, atingindo dimensões intrínsecas ao próprio consumidor.

Nesse contexto, compreende-se que o uso da perspectiva multidimensional da Abordagem das Capacitações de Sen (2013) possibilita um ganho interpretativo significativo para discussões sobre o tema. Ao mover-se a uma abordagem mais geral, concentrando-se nas liberdades para se alcançar um estilo de vida valorizadas pelos indivíduos, a compreensão desenvolvida por Sen (2013) confere uma maior amplitude de análise, pois o interesse utilitarista acerca do bem-estar reduz-se, sobretudo, a ganhos materiais, olvidando-se de motivações subjacentes relevantes ao tema, como a condição de agência ou a questão da fruição das liberdades individuais (SEN, 1999; 1985; 1988).

Destarte, por entender que o presente estudo pretende analisar as manifestações pobreza que antecedem o contexto de vulnerabilidade e investigar como consumidores em

situação de escassez sociomaterial implementam estratégias para enfrentarem suas vulnerabilidades experienciadas, essa pesquisa insere-se, de uma melhor forma, dentro do âmbito do Quadrante 4 – analisado na seção anterior. Neste caso, assume-se a importância das restrições sociais na construção das vulnerabilidades individuais, assim como a relevância de compreender o nível de agência do indivíduo para avaliar suas capacidades de ação frente às privações enfrentadas.

2.5 Estratégias de enfrentamento às vulnerabilidades

O construto das estratégias de enfrentamento (*coping strategy*) é um termo que surgiu no campo da psicologia social e reflete os esforços cognitivos e comportamentais empregados pelas pessoas para lidarem com circunstâncias estressantes (FOLKMAN; LAZARUS, 1980; LAZARUS; FOLKMAN, 1984). As estratégias constituem-se como um processo interativo contínuo entre o indivíduo e o ambiente social em que se encontra, de modo que sua função é administrar uma situação estressora, ao invés de controlá-la por completo (SILVA et al., 2016; DUHACHEK, 2005). Nesse sentido, o objetivo final das estratégias dos indivíduos visa o alívio do estresse, do sofrimento e um aumento do nível de bem-estar individual (HAMILTON, CATTERALL, 2008; HAMILTON, 2012).

É importante reconhecer que as estratégias de enfrentamento se diferenciam em relação às práticas de consumo em virtude de sua função e sua forma de utilização pelos consumidores. Enquanto as práticas de consumo refletem as habilidades incorporadas que as pessoas exercem em suas atividades de consumo cotidianas (HOLT, 1995), as estratégias de enfrentamento, de acordo com Folkman e Lazarus (1980), traduzem-se em um conjunto de técnicas e procedimentos coordenados usados para atender certos objetivos específicos. Embora Mick et al. (2012) evidenciam que as práticas de consumo também podem ser aplicadas aos estudos de bem-estar do consumidor, as estratégias não compreendem um comportamento rotinizado, manifestando-se somente em presença de um estímulo externo, isto é, constituem-se enquanto reações a eventos ou situações específicas na vida dos indivíduos (LAZARUS; FOLKMAN, 1984; DUHACHEK, 2005).

Ademais, os mecanismos de enfrentamento pressupõem uma noção avaliativa da situação por parte do sujeito, ou seja, este interpreta e percebe um fenômeno de acordo com seus recursos cognitivos (FOLKMAN; LAZARUS, 1980). Neste caso, o processo de enfrentamento emerge a partir de uma resposta cognitiva ou comportamental para lidar com as demandas internas ou externas decorrentes da interação do sujeito e seu contexto social. A partir

dessa perspectiva, as estratégias podem ser entendidas dentro da Abordagem das Capacitações, uma vez que evidenciam as condições de agência e da capacidade de um indivíduo executar seus distintos funcionamentos (MURRAY; ALLI, 2016). Da mesma forma, revelam-se enquanto atos de resistência e de agência que impulsionam respostas resilientes e/ou adaptativas às adversidades encontradas pelos indivíduos (HAMILTON; CATTERALL, 2008; SAATCIOGLU; CORUS, 2014; YURDAKUL; ATIK, 2016).

Destarte, dentro do contexto da Administração no campo pesquisa do comportamento do consumidor, as estratégias têm sido discutidas como reações naturais dos consumidores às vulnerabilidades sofridas (HILL; SHARMA, 2020; BACKER; GENTRY; RITTENBURG, 2005). Mais especificamente, tais mecanismos ilustram a forma dos consumidores em lidarem com discriminações e eventos negativos experienciados nos contextos de consumo (HAMILTON; CATERALL, 2005; 2008). Nesse sentido, diversos estudos têm sido propostos com intuito de compreender os esforços aplicados para lidar com a condição de desvantagem ou vulnerabilidade no mercado (VISWANATHAN et al, 2020; ADKINS; OZANNE, 2005; HILL; STEPHENS, 1997; HILL, 1991).

Logo, no contexto de pobreza, estudos têm evidenciado a variedade de estratégias e habilidades empregadas pelos consumidores pobres para ajudá-los a enfrentar as consequências negativas decorrentes de sua posição social em desvantagem nos mercados (HAMILTON; CATTERALL, 2008; KARANIKA; HOGG, 2016; YURDAKUL; ATIK, 2016). De acordo com Hill e Stephens (1997), pessoas que vivem na pobreza utilizam-se de estratégias de enfrentamento como mecanismos de proteção para compensar a escassez sociomaterial experienciada e regular situações emocionais negativas. De modo similar, Hill e Sharma (2020) aduzem que o uso de tais mecanismos pelos consumidores pobres visam garantir recursos ou exercer algum controle sobre suas vidas e de se adaptarem às realidades socioeconômicas com as quais se deparam.

Nessas circunstâncias, é válida a ressalva de que as estratégias não se configuram como um mecanismo estável ou fixo, mas como um mecanismo adaptativo ao contexto e às circunstâncias vivenciadas pelo indivíduo (DUHACHEK, 2005; LAZARUS; FOLKMAN, 1984). Neste caso, adoção de estratégias estabelece-se de acordo com o contexto de ação e de oportunidades sociais dos consumidores. Logo, seu uso será tanto maior em virtude das circunstâncias de desamparo socioinstitucional (NARAYAN, 2002), da existência de crises macrossociais (VISWANATHAN et al., 2020) ou mesmo da compreensão do consumidor de seu nível de privações percebidas (HILL; SHARMA, 2020).

A partir da explanação da dinâmica de uso e suas implicações, é necessário, de antemão, destacar que a literatura de Marketing e da Psicologia tem categorizado esse fenômeno em classes relativamente abstratas (VISWANATHAN et al., 2020). A abordagem mais usual de apreender as estratégias foi desenvolvida por Lazarus e Folkman (1984), os quais a partir de uma perspectiva cognitivista classificaram as estratégias de acordo com suas funções, focadas na emoção ou no problema.

Estratégias de enfrentamento focadas na emoção referem-se aos esforços empreendidos pelos indivíduos na regulação de seu estado emocional ou da redução de seu nível de estresse decorrente de evento específico (FOLKMAN; LAZARUS, 1980). Em contrapartida, estratégias focadas no problema concentra-se na mudança da situação que dá origem ao estresse, isto é, a ação é direcionada ao problema na tentativa de mudá-lo ou dirimir suas consequências (FOLKMAN; LAZARUS, 1980).

No campo do comportamento do consumidor, Hill e Stephens (1997) adaptaram a estrutura dicotômica de Lazarus e Folkman (1984) de modo a compreender os modos enfrentamento do consumidor, sendo elas focadas tanto na emoção como no comportamento. De maneira similar, essa divisão ressalta as duas principais funções do enfrentamento destacadas no modelo de Lazarus e Folkman (1984), a saber, a regulação de situações estressantes (emoção) e a alteração da relação da pessoa-ambiente que causa sofrimento (comportamento) (HAMILTON; CATTERALL, 2005).

Neste caso, o uso de cada estratégia dependerá da avaliação do consumidor de sua capacidade de mudar sua circunstância sociomaterial: para eventos entendidos como incontroláveis ou imutáveis, estratégias focadas na emoção – de resignar-se ou de aceitar de sua condição – serão empregadas; por outro lado, formas de enfrentamento focadas no problema serão empregadas em eventos avaliados como mutáveis (HAMILTON; CATTERALL, 2008; HILL; SHARMA, 2020). Buscando descrever como essas estratégias são aplicadas pelos consumidores, as próximas seções evidenciarão seu uso sob diferentes contextos.

2.5.1 Estratégias de enfrentamento focadas na emoção

Estratégias emocionais implementadas por consumidores pobres incluem em seu escopo esforços dirigidos a questões sentimentais e de aceitação de seu estado de pobreza (HILL; STEPHENS, 1997). Neste aspecto, a elaboração de planos acerca de futuros melhores são estratégias cognitivas comumente utilizadas por consumidores pobres para fantasiar realidades sociomateriais distintas para si e, assim, esquecerem o estresse associada às suas

circunstâncias de vida (HILL; STEPHENS, 1997; HILL; 2002; HAMILTON; CATERRAL, 2006a).

Em contrapartida, estudos abordam que uma forma de suportar estados de restrições de consumo é evitando ambientes e espaços sociais voltados ao consumo (HILL, 2002; HILL; GAINES, 2007). Frente a dificuldades financeiras e ausência de bens materiais, consumidores pobres privam-se de frequentar lojas e estabelecimentos comerciais para evitar qualquer desconforto com comparações com outras pessoas e desejar produtos com os quais não podem pagar (KARANIKA; HOGG, 2016).

Do mesmo modo, para lidar com esse sentimento de inadequação, consumidores envolvem-se em comparações sociais descendentes, isto é, uma estratégia de distanciamento na qual os consumidores comparam-se com pessoas em condições socioeconômicas mais graves como forma de reduzir as insatisfações com suas situações financeiras (HILL, 1991; HAMILTON; CATTERALL, 2005; CASTILHOS, 2007). Enquanto uma forma de autopreservação, Hill e Stephens (1997) observam que o engajamento dos indivíduos em tais comparações reflete a uma fuga aos estigmas sociais associados à pobreza, de maneira que a busca por uma distinção em relação aos seus pares atua como forma de preservação da autoestima.

De modo complementar, Hamilton e Caterrall (2006b) observam que a estratégia de distanciamento é uma forma encontrada pelo consumidor como forma de minimizar a exposição de sua imagem para, assim, evitar a humilhação e a vergonha de ser visto como pobre. De acordo com as autoras, os consumidores internalizam ideologias da sociedade consumo – como desejos materiais e a aquisição de bens de ordem superior (HILL; MARTIN, 2012) – e empregam determinadas práticas de consumo de modo a evitar a estigmatização e atenuar as ameaças à identidade social do indivíduo. Assim sendo, os consumidores em condição de escassez, com intuito de mascarar o estigma social de ser pobre, priorizam o consumo de bens que exteriorizam um status e uma imagem social em comparação com seus pares (HAMILTON, 2012; HAMILTON; CATERRAL, 2006a; 2006b).

Apesar disso, a literatura também observa que alguns consumidores, ao conformarem-se às percepções de comportamento de consumo socialmente aceitável, podem não resistir aos estigmas sociais, levando-os à assunção de um estado de inanição e aceitação de suas circunstâncias (HILL; SHARMA, 2020; HAMILTON; CATERALL, 2005). Logo, a fim de evitar o sofrimento causado devido às circunstâncias de escassez sociomaterial, os indivíduos pobres renunciam às esperanças acerca de um futuro melhor, acomodando-se

geralmente em uma aceitação fatalista de sua sina (REGO; PINZANI, 2014; HAMILTON et al., 2014).

Conforme Cidade, Silva e Ximenes (2016), o fatalismo configura-se como uma alternativa para sobreviver a uma realidade adversa. Neste caso, há a compreensão de que pouco ou quase nada pode realizar diante de circunstâncias de ordem objetiva sobre a qual não se possui controle (REGO; PINZANI, 2014; CIDADE; SILVA; XIMENES, 2016). Dessa maneira, esses elementos caracterizam uma cultura de resignação da pobreza, na qual os indivíduos renunciam a sonhar acerca de uma condição de vida melhor para evitar o sofrimento advindo do fracasso de tal sonho (REGO; PINZANI, 2014, p. 195).

2.5.2 Estratégias de enfrentamento focadas no comportamento

Estratégias focadas no comportamento buscam refletir, em geral, modificações nos hábitos e práticas de consumo dos consumidores para enfrentar as restrições e privações de oportunidade de consumo (HILL, 2002; HILL; GAINES, 2007). De modo prático, os mecanismos empregados pelos consumidores costumam evidenciar as habilidades individuais em lidar com sua situação de desvantagem no mercado. Assim sendo, as práticas de barganhar na hora das compras, comparar os preços de produtos e buscar descontos em lojas revelam a variedade de estratégias de consumo implementadas (HAMILTON, 2009; HAMILTON; CATTERALL, 2008; KARANIKA; HOGG, 2016; TACH; AMORIM, 2015; GERHARD et al., 2017).

A gestão do consumo familiar é outra forma de se lidar com a escassez financeira. Em grande medida, a redução do consumo de bens para comprar apenas o necessário é tido como uma forma de lidar com a escassez recorrente (HILL; STEPHENS, 1997; HAMILTON; CATTERALL, 2006c; HAMILTON; 2009). Do mesmo modo, a estocagem de produtos é percebida como modo de lidar com as flutuações sazonais dos preços (GENTRY; HUBBARD, 2004). De acordo com Viswanathan et al. (2020), essas práticas de consumo são de extrema importância para enfrentar, sobretudo, choques financeiros advindos de crises macrossociais.

Segundo Rego e Pinzani (2014, p. 206) um comportamento mais austero em relação ao consumo refere-se à existência de uma “moralidade das despesas” domésticas. De acordo com os autores, o uso do dinheiro, sobretudo, é direcionado primordialmente para compra de alimentos para família ou compra de material escolar às crianças. Esse comportamento é de igual modo identificado por Castilhos, Fonseca e Baccareco (2017), os quais, a partir de uma

pesquisa com consumidores de baixa renda no Brasil, observa que as famílias, a fim de evitar gastos com bens desnecessários, constroem uma hierarquia de produtos preferenciais e mais importantes para alocação do seu dinheiro.

Apesar disso, Hamilton e Catterall (2006a) observam que esse comportamento austero encontra-se circunscrito apenas às compras de bens considerados de necessidade básicas. De acordo com as autoras, os consumidores reduzem as despesas intrafamiliares de modo a dar sustentação à aquisição de bens de ordem superior. Assim sendo, a hierarquização dos gastos familiares segue, por outro lado, um padrão de visibilidade, na qual o consumo conspícuo é priorizado em comparação à compra de bens pessoais e privados, como alimentação e bens domésticos (HAMILTON; CATTERALL, 2006b). Em grande medida, essa estruturação das despesas reflete a vontade dos consumidores em passar uma imagem distanciada da pobreza e de participar de uma cultura de consumo (HILL; STEPHENS, 1997; HAMILTON; CATTERALL, 2006a; 2006b).

Ato contínuo, a reorganização das finanças pessoais é outro mecanismo empregado para superação da escassez. Em grande medida, os consumidores buscam aumentar as suas receitas pessoais recorrendo a ganhos de renda em trabalhos formais (como cuidar de criança, limpador, reciclagem) ou informais (como prostituição ou venda de drogas) (HILL; STEPHEANS, 1997; HILL; STAMEY, 1990). De maneira complementar, Hamilton e Catterall (2006c) observam que consumidores de baixa renda para lidarem com restrições financeiras muitas vezes vendiam alguns de seus bens para aumentar seus recursos. Ademais, a tentativa de economizar dinheiro até o final do mês é outra estratégia recorrente citada na literatura (HILL; STEPHENS, 1997).

Por fim, é válido a ressalva de que algumas estratégias de consumo, por vezes, podem caracterizar-se enquanto mecanismos de resistência às práticas de consumo massificadas (PENALOZA; PRICE, 1993; YURDAKUL; ATIK, 2016; LEIPÄMAA-LESKINEN; SYRJÄLÄ; LAAKSONEN, 2016). Uma literatura recente dentro do campo das estratégias de enfrentamento na pobreza tem identificado que o desligamento dos consumidores às aspirações de consumo pode ser interpretado enquanto formas de oposição à modos de consumo exacerbados (e.g. YURDAKUL; ATIK, 2016; HAMILTON; CATTERALL, 2006c; LEIPÄMAA-LESKINEN; SYRJÄLÄ; LAAKSONEN, 2016). Como forma de resistência,

De acordo com Hamilton e Catterall (2005), essas tentativas de resistência a tendências de consumo globalizados podem revelar como consumidores em situação de desvantagem utilizam-se de sua condição de agência, pois a oposição a estilos de vida mais exagerados pode lhes providenciar uma forma de controle para evitar gastos financeiros

desnecessário. Nesse ponto, é válido a ressalva discutida por Leipämaa-Leskinen, Syrjälä e Laaksonen (2016), os quais observam que a simplicidade de consumo se reflete enquanto estratégias não-voluntárias de consumo. Ou seja, ao invés de configurarem-se como práticas ideológicas ou de autoexpressão, as estratégias de consumo, por sua vez, consistiriam em forma sutis de resistência ao consumismo, pois o desapego material emerge como um entendimento de que posses materiais podem existir ou não em seus contextos de vida (LEIPÄMAA-LESKINEN; SYRJÄLÄ; LAAKSONEN, 2016; YURDAKUL; ATIK, 2016; HAMILTON; CATTERALL, 2006c).

2.5.3 Estratégias de enfrentamento focadas na emoção e no comportamento

Por último, alguns mecanismos de enfrentamento empregadas pelo consumidor podem servir tanto para a resolução de problemas quanto para fins emocionais. À vista disso, estratégias de suporte social são identificadas como importantes formas de enfrentamento à pobreza em virtude de seu papel crucial na promoção de bem-estar (YURDAKUL; ATIK, 2016; KARANIKA; HOGG, 2016). A presença de laços de reciprocidade e de confiança estabelecidos em uma coesão social em contextos de desigualdade social, por exemplo, reduzem os níveis de estresse e reações emocionais negativas, ajudando os consumidores a superarem suas restrições de consumo (HILL; STEPHENS, 1997; HAMILTON; CATTERALL, 2006c).

Enquanto focado no problema, a formação de redes comunitárias são, ademais, relevantes estratégias para fornecer proteção e garantir acesso a recursos básicos em ambientes de escassez. Conforme Silva et al. (2016), o suporte social refere-se a uma maneira coletiva que os sujeitos encontram para superar a condição de pobreza, cuja sua origem pode ser proveniente da família, da comunidade, das instituições e da religião. O apoio familiar e comunitário representa a base do apoio e do suporte social, pois, à vista da proximidade de parentes e vizinhos na vida do indivíduo, desempenham o primeiro locus de socialização, garantindo um sentimento de pertença e de ajuda para enfrentar as dificuldades (SILVA et al., 2016; KARANIKA; HOGG, 2016).

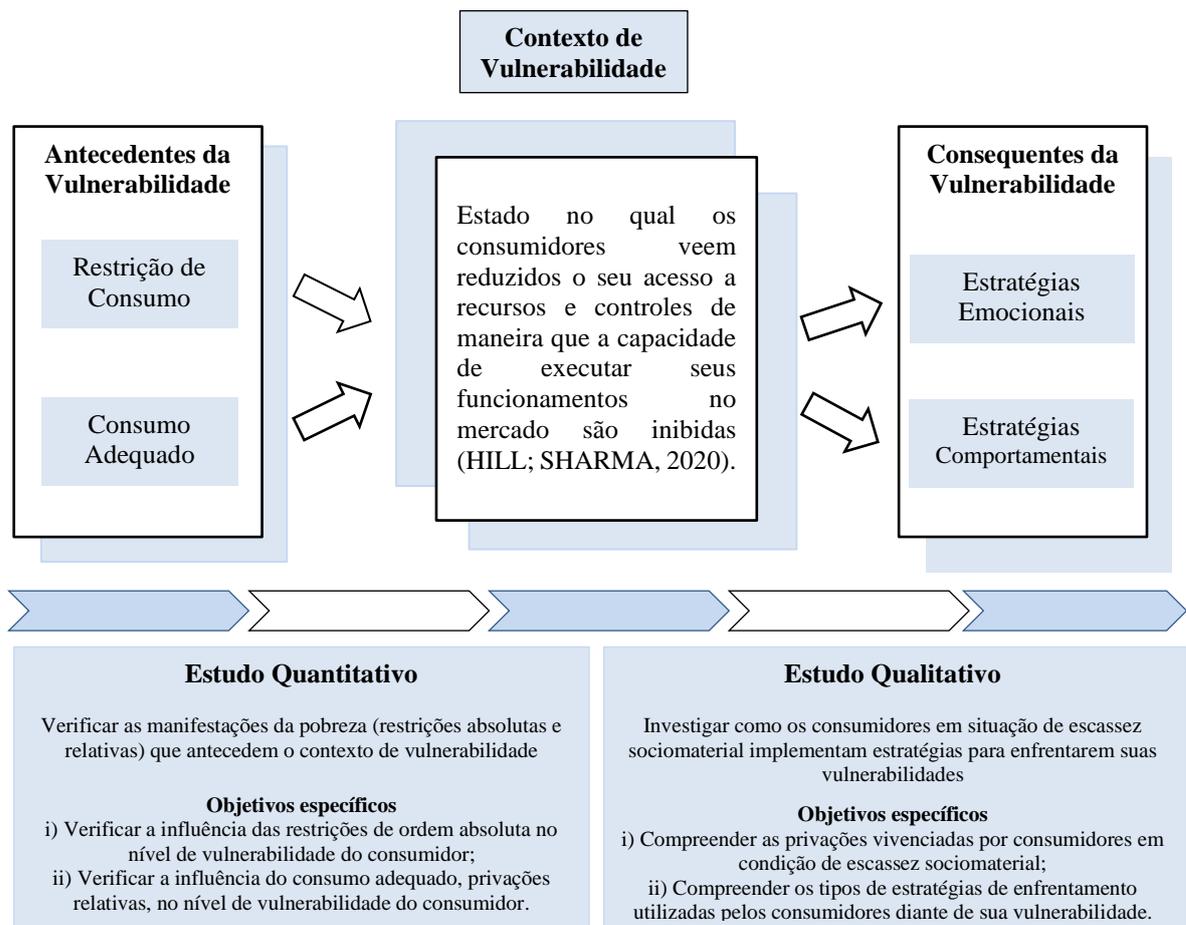
Em continuidade, o apoio institucional configura-se como um processo formalizado, cuja ajuda advém de órgão e instituições diversas, como ONGs, escolas, associações, igrejas e suporte governamental. Essa fonte de apoio estabelece o papel desempenhado pelo Estado na tentativa de fornecer garantias mínimas ao indivíduo, reconhecendo seus direitos e de assegurar um modo de vida considerado adequado para si (SILVA et al., 2016; REGO; PINZANI, 2014; HILL; STEPHENS, 1997).

Por fim, o apoio religioso desempenha um dos mais importantes papéis na vida dos consumidores pobres (HILL; 1991). O contato com grupos religiosos é especialmente significativo na pobreza, por ajudar a aliviar estresses emocionais e por fornecer uma rede social de apoio, assim como promover a auto aceitação de sua condição, o fomento de esperança e de pensamento positivo (SILVA et al., 2016; KARANIKA; HOGG, 2016). Yurdakul e Atik (2016) observam que as crenças religiosas contribuem para diferentes posturas tomadas por consumidores pobres frente às instituições de marketing, os quais variam deste um estado de aceitação e internalização da pobreza até o desenvolvimento de resistência ao estigma de ser pobre. Nesse sentido, os autores aduzem que a religião fornece recursos psicológicos aos consumidores para resolver as tensões de lidar com o seu contexto de escassez sociomaterial e o desejo de consumir.

3 DESENHO METODOLÓGICO

Nesta seção serão apresentados os procedimentos metodológicos, os quais serviram de percurso para o alcance dos objetivos perquiridos. Para tanto, as propriedades metodológicas desta pesquisa foram divididas em duas etapas, cuja representação gráfica encontra-se disposta na Figura 2, a seguir.

Figura 2 - Etapas de Investigação da Pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor.

Na primeira etapa, com a finalidade de analisar a relação entre a pobreza e os contextos de vulnerabilidades do consumidor, foi realizado um estudo de caráter exploratório, haja visto que se buscou proporcionar maior familiaridade com o fenômeno a ser estudado (VERGARA, 2000). A partir disso, empregou-se o uso de métodos de natureza quantitativa, realizada por intermédio de um estudo de corte transversal único a partir do levantamento de bases de dados secundárias. Dessa forma, o intuito dessa primeira fase foi de verificar se as restrições de ordem absoluta (restrição de consumo) e as privações de ordem relativa (consumo

adequado) conferem uma *proxy* para percepção dos níveis de vulnerabilidade global do indivíduo.

Em seguida, na segunda etapa do estudo buscou-se compreender as reações comportamentais e emocionais dos indivíduos frente às vulnerabilidades experienciadas. De modo mais específico, terá como objetivo investigar como os consumidores em situação de escassez sociomaterial implementam estratégias para enfrentarem suas vulnerabilidades. Nesse sentido, a segunda etapa teve como finalidade aprofundar-se nos relatos das experiências e vivências dos consumidores imersos em contexto de escassez, com intuito de descobrir mecanismos utilizados por estes para superação e alívio de seus sofrimentos.

Logo, nessa segunda etapa, foi empreendido um estudo de caráter descritivo, pois buscou-se expor características de um determinado fenômeno (VERGARA, 2000). Dessa maneira, empregou-se uma pesquisa de natureza qualitativa mediante uso de entrevistas em profundidade como forma de investigar e descrever as percepções individuais acerca das diferentes estratégias de enfrentamento utilizadas pelos consumidores em contextos de escassez sociomaterial.

Nesse contexto, o presente estudo utilizou-se de uma abordagem multimétodo desde sua perspectiva de complementariedade para apreender o fenômeno da pobreza em sua complexidade, a qual possui a vantagem de potencializar a quantidade de informações incorporadas ao desenho de pesquisa (PARANHOS et al., 2016). Além disso, ressalta-se que o marco teórico conceitual sob o qual a pesquisa encontra-se assentada é a da Abordagem das Capacitações de Sen (2013), cuja emprego permeou a construção interpretativa de ambas as etapas da pesquisa.

3.1 Universo e amostra da pesquisa

Os sujeitos amostrais da presente pesquisa foram constituídos de acordo com as etapas do estudo. Para a consecução dos objetivos propostos, buscou-se apreender em ambas as pesquisas consumidores em contexto de vulnerabilidade socioeconômica. Para tanto, o âmbito do universo da amostra do estudo quantitativo alicerçou-se em dados secundários de indivíduos de países latino-americanos. Para a composição do *corpus* de pesquisa da segunda etapa, os sujeitos investigados pertenciam a bairros da periferia da cidade de Fortaleza (Ceará). De modo mais específico, a descrição do universo da amostra e do *corpus* de pesquisa são descritos nas seções a seguir.

3.1.1 Universo da amostra do estudo quantitativo

Para primeira etapa, escolheu-se o contexto latino-americano para o entendimento das restrições a níveis absolutos e relativos, haja visto que em tal região concentra elevadas taxas de pobreza multidimensional, isto é, os indivíduos não possuem acesso adequado à saúde, educação e padrões de consumo básicos (OPHI, 2019). Ao todo, a América Latina concentra cerca de 39 milhões de indivíduos pobres multidimensionais (OPHI, 2019). Em complementariedade, cerca de 24 milhões de indivíduos viviam em 2018 abaixo da linha da pobreza (com menos de \$1,90 por dia) (WORLD BANK, 2018).

À vista desse universo, oito países com contextos sociais de pobreza foram selecionados para análise: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guatemala, México, Nicarágua e Peru. A escolha desses países deve-se às similitudes em seu processo de desenvolvimento sócio-histórico (PINHEIRO, 2009). Além disso, tais países apresentam altas taxas de nível de pobreza, assim como, por se encontrarem ainda em vias de desenvolvimento, contextos de vazios institucionais marcantes que se refletem na ausência da oferta por parte do Estado de bens e serviços essenciais (MARTIN; HILL, 2011).

Como exemplo, esses oito países concentram cerca de 76% de todas as pessoas em extrema pobreza que vivem na região da América Latina e do Caribe (WORLD BANK, 2018). Da mesma forma, esses países concentram cerca de 31 milhões de pessoas em condições de pobreza multidimensional, a qual representa aproximadamente 80% de toda população pobre multidimensional na América Latina (OPHI, 2019). Tais dados conferem uma representatividade considerável à amostra do estudo, uma vez que o foco da pesquisa reside sobre indivíduos em situação de pobreza.

3.1.2 *Corpus* de pesquisa e descrição espaço-temporal do estudo qualitativa

Na segunda etapa de pesquisa, em consonância com outros estudos no campo do comportamento do consumidor (e. g. HAMILTON; CATTERALL, 2008; HAMILTON; CATTERALL, 2006c), este estudo adotou uma perspectiva relativa da pobreza, definindo os consumidores em situação de escassez sociomateriais como indivíduos que não possuem recursos ou condições de alcançarem um padrão de consumo e de vida vigente na sociedade. Assim, como critério de seleção dos sujeitos investigados utilizou-se, de antemão, parâmetros econômicos relativos, assim como adotados em pesquisas com grupos sociais em situação de vulnerabilidade (HAMILTON; CATTERALL, 2008).

Como parâmetro, utilizou-se a compreensão desenvolvida pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (ATLAS, 2013), o qual define que o nível de renda considerado, em contexto nacional, para uma pessoa encontrar-se em situação de vulnerabilidade à pobreza é possuir renda familiar per capita inferior a 1/2 salário-mínimo (ATLAS, 2013). No entanto, é válida a ressalva de que esse parâmetro da renda não teve caráter de exclusão durante a seleção dos participantes. O seu uso, por seu turno, esteve associado a facilitação na identificação e elegibilidade inicial da população a ser estudada, haja visto que a noção estabelecida pelo PNUD busca evidenciar uma noção de risco social enfrentado pelos indivíduos (ATLAS, 2013).

Logo, os entrevistados da pesquisa consistiam em sujeitos pertencentes a estratos socioeconômicos mais baixos da cidade de Fortaleza (Ceará). A abrangência proporcionada pela linha desenvolvida pelo PNUD assegurou ao processo uma maior representatividade de sujeitos que se encontravam em diferentes níveis de restrições e escassez sociomateriais, cujas rendas per capitas familiares variaram entre R\$ 240,00 a um salário-mínimo. O Quadro 1, a seguir, evidencia as principais informações sociodemográficas dos entrevistados.

Quadro 1- Informação dos entrevistados

Denominação	Gênero	Idade	Nº de moradores na casa	Renda Familiar	Nível educacional	Ocupação
Entrevistado 1	Mulher	58	2	R\$ 480,00	Fundamental incompleto	Vendedora de lanches
Entrevistado 2	Homem	25	2	R\$ 1.045,00	Superior Completo	Desempregado
Entrevistado 3	Homem	24	2	R\$ 1.045,00	Ensino Médio Completo	Desempregado
Entrevistado 4	Mulher	45	2	R\$ 2.090,00	Ensino Fundamental Incompleto	Cuidadora de Idosos/Vendedora de dindim
Entrevistado 5	Mulher	21	2	R\$ 1.045,00	Ensino Superior Incompleto	Operador de Telemarketing
Entrevistado 6	Mulher	31	3	R\$ 900,00	Ensino Médio Completo	Dona de mercearia
Entrevistado 7	Mulher	56	2	R\$ 2.090,00	Ensino Médio Completo	Faxineira/Vendedora de dindim
Entrevistado 8	Homem	50	4	R\$ 2.090,00	Analfabeto	Aposentado
Entrevistado 9	Mulher	62	2	R\$ 1.200,00	Analfabeta	Dona de casa
Entrevistado 10	Homem	46	4	R\$ 1.645,00	Ensino Fundamental Incompleto	Desempregado
Entrevistado 11	Mulher	62	3	R\$ 1.045,00	Analfabeta	Dona de casa

Entrevistado 12	Mulher	51	2	R\$ 800,00	Ensino Fundamental Incompleto	Lavandeira
-----------------	--------	----	---	------------	-------------------------------	------------

Fonte: Elaborado pelo autor.

Ademais, o procedimento de seleção dos sujeitos foi efetuado pelo critério de acessibilidade a partir do consentimento prévio dos entrevistados. Para minimizar vieses de seleção e garantir uma maior diversidade no grupo de informantes (YURDAKUL; ATIK; DHOLAKIA., 2017), as entrevistas foram conduzidas em quatro bairros diferentes de Fortaleza, a saber: Itaperi, Jardim América, Jardim das Oliveiras e Conjunto Esperança. Por fim, a finalização do levantamento do *corpus* das entrevistas ocorreu quando se ficou evidente a saturação teórica, cujas falas dos entrevistados começaram a se repetir e não geravam mais informações novas às categorias temáticas encontradas (BAUER; AARTS, 2008).

3.2 Coleta de dados

A coleta de dados para o alcance dos objetivos propostos esteve sujeita à natureza da abordagem da pesquisa. Nessa perspectiva, o percurso de consecução da coleta de dados é apresentado nos tópicos a seguir.

3.2.1 Coleta de dados do estudo quantitativo e instrumentalização das variáveis

Em virtude da primeira etapa da pesquisa configurar-se como um estudo empírico cuja o exame das variáveis se deu a partir de uma lógica dedutiva, o estudo seguiu uma metodologia de corte transversal para o alcance das relações entre as variáveis perquiridas (HAIR et al., 2009). Dessa forma, os dados foram obtidos a partir das bases de dados secundários *World Value Survey* (WVS) (2020), da Oxford Poverty & Human Development Initiative (OPHI) (ALKIRE; KANAGARATNAM; SUPPA, 2020) e da United Nations Development Programme (UNDP) (2019).

De antemão, é necessário observar que a WVS consiste na aplicação de um *survey* com mais de 350 questões envolvendo variáveis de economia, política, crenças e valores em cerca de 65 países no mundo, com confiabilidade das escalas atestadas em estudos anteriores (e. g. JOHNSON; MISLIN, 2012). Além disso, o WVS é uma pesquisa social comparativa representativa realizada a cada cinco anos, produzindo 1.000 respostas completas ou mais para

cada nação. Assim, a vantagem de utilizá-lo é ter dados totalmente comparáveis em várias sociedades. Para essa pesquisa, foi utilizada a WVS 7 (HAERPFER et al. 2020), de 2017 a 2020, para dados processados em nível individual, de acordo com as unidades federativas de oito países latino-americanos: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guatemala, México, Nicarágua e Peru.

Para o segundo nível, os dados referentes às restrições das sociedades foram adquiridos a partir: da UNDP (2019), a qual fornece os dados do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de mais de 170 países; e da OPHI (ALKIRE; KANAGARATNAM, 2018; ALKIRE; KANAGARATNAM; SUPPA, 2019; ALKIRE et al., 2016), a qual consiste em uma instituição de pesquisa e política econômica que fornece cálculo de IPM para países em desenvolvimento e suas sub-regiões, com base na abordagem desenvolvida por Alkire e Santos (2010) e Alkire e Foster (2011). A partir disso, para investigar as relações propostas da pesquisa, um conjunto de variáveis dispostas no Quadro 2, a seguir, serão utilizadas para os construtos pretendidos.

Quadro 2 – Variáveis da Pesquisa

Nível 1	Variáveis de Nível Individual	Fonte
Satisfação com a Vida ¹	“Em geral, em que medida o(a) Sr.(a) está satisfeito ou insatisfeito com sua vida ultimamente? 1 = “completamente insatisfeito” e 10 = “completamente satisfeito”.	WVS (HAERPFER et al., 2020)
Consumo Adequado ²	Nos últimos 12 meses, quantas vezes você ou sua família ficaram sem comida suficiente para comer (1 = nunca; 2 = raramente; 3 = às vezes; 4 = frequentemente); Nos últimos 12 meses, com que frequência você ou sua família ficaram sem renda (1 = nunca; 2 = raramente; 3 = às vezes; 4 = frequentemente); Nos últimos 12 meses, com que frequência você ou sua família ficou sem remédios ou tratamento médico (1 = nunca; 2 = raramente; 3 = às vezes; 4 = frequentemente); Nos últimos 12 meses, com que frequência você ou sua família ficou sem um lugar seguro para se abrigar (1 = nunca; 2 = raramente; 3 = às vezes; 4 = frequentemente).	
Nível 2	Variável de Nível Regional	
Restrição de Consumo ²	Índice de pobreza multidimensional da região que varia de zero a um, onde quanto mais próximo de zero menor o nível de privação dos indivíduos. O índice usa-se da metodologia de Alkire e Foster (2011), o qual leva em consideração a falta de educação, problemas de saúde e as condições de vida.	
Empoderamento Geral ¹	Nível de Recursos Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o qual varia entre 0 e 1 e mede o nível de distribuição de recursos alcançados pelos consumidores em uma sociedade: acesso a saúde (pela expectativa de vida); acesso a ensino educacional formal (pela alfabetização); e padrão de vida ou riqueza alcançados (definidos pelo PIB per capita)	UNDP (2019)
	Nível de controle “Algumas pessoas pensam que têm total liberdade de escolha e controle total sobre suas vidas; outras pensam que o que elas fazem não tem nenhuma influência sobre o que acontece em sua vida. Por	WVS (HAERPFER et al., 2020)

favor, use essa escala, em que 1 quer dizer “nenhuma liberdade de escolha” e 10 quer dizer “total liberdade de escolha”, quanto de liberdade de escolha e controle o(a) Sr.(a) acha que tem sobre o que acontece em sua vida?”	
--	--

1: Variáveis dependentes do estudo, as quais são utilizadas como proxy das vulnerabilidades dos consumidores;
2: Variáveis independentes, sendo o Consumo Adequado a parametrização das privações relativas e a Restrição de Consumo como representante das privações absolutas.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Além disso, deve-se destacar que outras variáveis do banco de dados da WVS foram incluídas a fim de controlar a heterogeneidade individual, como características pessoais (por exemplo, idade, gênero e classe social), uma vez que consiste em uma prática comum em pesquisas com dados multinacionais (HILL; MARTIN; CHAPLIN, 2012; MARTIN; HILL, 2011). De igual modo, ressalta-se que em virtude do estudo agregar dados de diferentes bases de dados, a composição da amostra em nível individual ficou restrita apenas às regiões presentes na base de dados da OPHI (2019).

Nesse sentido, foram contabilizadas 162 regiões para os oito países selecionados. Da mesma forma, a coleta do na base de dados da OPHI consistiu em capturar a melhor representação social das unidades regionais para o WVS 7 ano (HAERPFER et al., 2020). Para Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guatemala, Nicarágua e Peru, as informações para a Restrição de Consumo foram coletadas para os respectivos anos da WVS 7, 2018 e 2019 (ALKIRE; KANAGARATNAM 2018; ALKIRE; KANAGARATNAM; SUPPA, 2019). No entanto, as informações coletadas para o México referiram-se ao ano de 2016 (ALKIRE et al., 2016), uma vez que não há dados em nível de estados para os anos mais recentes.

Como forma de parametrizar as variáveis independentes, as restrições de nível absoluto (Restrições de Consumo) referem-se ao Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) dos estados nos quais os indivíduos vivem. O uso de tal variável para compreensão das restrições de consumo sofridas pelos consumidores deve-se ao fato desse índice evidenciar as múltiplas privações que as pessoas podem enfrentar ao mesmo tempo a partir da ausência de ofertas de bens e serviços essenciais (HILL; MARTIN, 2012). Sua metodologia considera três dimensões principais para o seu cálculo: saúde (nutrição e mortalidade infantil); educação (anos de escolaridade e frequência escolar); padrão de vida (acesso à água, saneamento, pavimento, eletricidade, gás de cozinha e bens domésticos) (ALKIRE; FOSTER, 2011). O IPM fornece, portanto, um retrato mais completo da pobreza do que as análises realizadas a partir de concepções monetárias, pois além de refletir a sobreposição de privações contempla os núcleos

sociais que vivem em condições que não atendem as necessidades básicas (ALKIRE; FOSTER, 2011).

Em seguida, o Consumo Adequado refere-se ao construto desenvolvido por Hill (2005), cujo objetivo é um maior alcance das circunstâncias vivenciadas em contextos de vulnerabilidades. Para o presente trabalho, com intuito de captar o conjunto de bens e serviços mínimos necessários para satisfazer um padrão de consumo subjetivo, utilizou-se, à semelhança de Pradhan e Ravallion (2000), questões objetivas para auferir subjetivamente o nível de adequação do consumo percebido pelo indivíduo sobre comida, saúde, renda e moradia. Com intuito de analisar as propriedades do construto em questão, empreendeu-se, de antemão, uma Análise Fatorial Exploratória (AFE) (HAIR et al., 2009). Em seguida, a confiabilidade da escala verificou-se mediante a realização do Alpha de Cronbach.

Para operacionalização das variáveis dependentes, adotou-se duas etapas inicialmente. Primeiro, utilizou-se o nível de bem-estar do indivíduo, a partir de variável que mede a satisfação com a vida como avaliação das vulnerabilidades. A adoção dessa variável busca compreender, em termos utilitários, a vulnerabilidade do consumidor como um estado no qual o nível de bem-estar do sujeito é reduzido em virtude de privações sociais (VISCONTI, 2016; SMITH; COOPER-MARTIN, 1997).

Posteriormente, compreendendo as limitações de apreender as vulnerabilidades dos consumidores apenas por seus níveis de bem-estar, buscou-se operacionalizar os conceitos levantados por Hill e Sharma (2020) para definição de consumo vulnerável – enquanto redução dos níveis de controle e acesso a recursos. Nesta segunda etapa, construiu-se um nível de empoderamento geral das sociedades, à semelhança do desenvolvido por Alexander e Welzel (2011), como variável dependente. Nesse sentido, tais autores utilizam-se da definição de Kabeer (1999) acerca do empoderamento como forma de operacionalizar os domínios constituintes deste, a saber: recursos, agência e realização (*achievement*). Todavia, em vista de apenas o nível de recursos e de agência individual serem identificados por Hill e Sharma (2020) como relevantes para o contexto de vulnerabilidade do consumidor, o presente estudo focou-se apenas na consecução de recurso e controle, não atentando-se à realização dos objetivos pessoais.

Nesse caso, adaptou-se os procedimentos expostos por Alexander e Welzel (2011) para o cálculo do índice de empoderamento geral. De modo similar aos autores, o nível de recursos foi determinado pelo nível de bens essenciais disponibilizados na sociedade a partir do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (UNDP, 2019). Em contrapartida, enquanto os autores parametrizam o nível de agência em termos de participação em ativismos e movimentos

políticos, utilizou-se a compreensão da autonomia pelo indivíduo como medida para o nível de agência (WVS, 2020), pois assemelha-se mais à compreensão dado por Hill e Sharma (2020) acerca do nível de controle dos sujeitos de suas decisões e de seus rumos de vida. Logo, para criação do índice de empoderamento geral das sociedades, foi feita uma média simples para os dois domínios analisados, resultando em um índice com um mínimo possível de 0 e máximo possível de 1 (ALEXANDER; WELZEL, 2011).

3.2.2 Coleta de dados do estudo qualitativo

Guiando-se pela questão e objetivos da pesquisa, a consecução de dados da segunda etapa desta investigação foi realizada mediante entrevistas semiestruturadas em profundidade como forma de compreender as questões subjetivas envolvidas no estudo. De acordo com Gaskell (2004), as entrevistas possibilitam o alcance de informações básicas para o desenvolvimento e compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação, a qual apreende a percepção detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações em relação aos comportamentos das pessoas em seus contextos sociais específicos

Assim, ao início de cada entrevista os participantes eram informados acerca do objetivo da pesquisa e, mediante o consentimento destes, as interlocuções foram gravadas. As entrevistas ocorreram nos domicílios dos próprios entrevistados, cuja duração variou entre 40 minutos e uma hora e vinte minutos. Entendendo que exposição a temas de privações e pobreza poderiam gerar algum estorvo aos participantes, buscou-se, de antemão, criar um contexto no qual os participantes sentiam-se à vontade para comentar o seu cotidiano e, assim, revelarem suas percepções e experiências de consumo no contexto de escassez sociomaterial (D'ESPÍNDULA; FRANÇA, 2016; MAGALHÃES et al., 2011).

Não obstante, haja visto a condição pandêmica enfrentada, todas as entrevistas foram realizadas entre os meses de janeiro e fevereiro, enquanto as medidas de isolamento social mais rígidas não haviam sido aplicadas pelo Governo do Estado do Ceará a partir do Decreto Nº 33.928, de 10 de fevereiro de 2021 (CEARÁ, 2021). Ademais, entendendo os riscos aos quais participantes e pesquisador estariam envolvidos, um conjunto de medidas práticas de segurança foram empregadas de modo minimizar os riscos de contaminação, tais como: as entrevistas foram realizadas nos ambientes mais arejados da casa, de modo que fosse possível manter uma distância física de pelo menos um metro entre o pesquisador e os entrevistados; contatos físicos foram evitados e o uso de máscaras fez-se presente em todas as entrevistas.

Adotados tais protocolos, as entrevistas foram iniciadas com a obtenção de informações gerais acerca dos entrevistados (por exemplo, idade, gênero, nível educacional, ocupação, renda familiar). Após a realização dessas perguntas gerais, a investigação baseou-se em tópicos centrais de modo a viabilizar os objetivos perquiridos, baseando-se, para tanto, nas concepções da abordagem das capacitações de Sen (2013). Nesse sentido, a investigação baseou-se, primeiramente, em tópicos temáticos compreendendo o cotidiano dos entrevistados sobre as avaliações subjetivas gerais acerca de seus contextos de vida, ressaltando o entendimento dos sujeitos acerca de suas privações percebidas e seus estilos de vida valorizados. Em seguida, buscou-se identificar as circunstâncias financeiras dos entrevistados, objetivando destacar, por exemplo, assuntos acerca das fontes de renda da família e da organização das despesas. Por fim, teve-se como foco de interesse a temática das estratégias, em que se procurou levantar uma descrição acerca dos modos de enfrentamento empregadas pelos entrevistados na superação das dificuldades econômicas em seus contextos de vida e, por sua vez, identificar as consequências dessas estratégias.

O diálogo entre os participantes foi bastante abrangente, trazendo em suas narrativas uma diversidade de tópicos, compreendendo desde os contextos pessoais de escassez até as suas formas de enfrentamento a essas condições. Embora a grande variabilidade das características sociodemográficas dos informantes – tais como níveis de renda familiar per capita, nível ocupacional e educacional –, todos entrevistados relataram em suas narrativas experiências de vida relacionadas ao fenômeno da pobreza. Para o propósito desse estudo, obter uma descrição em primeira pessoa dos contextos de escassez sociomaterial foi de extrema importância para compreensão dos níveis de consumo considerado adequados pelos indivíduos, possibilitando entender as suas formas de privações sentidas (FARRELL; HILL, 2018; BLOCKER et al., 2013).

3.3 Técnica de análise de dados

De modo a viabilizar o alcance dos objetivos perquiridos, serão apresentadas nas seções a seguir as principais técnicas de análise de dados que foram utilizadas na presente investigação.

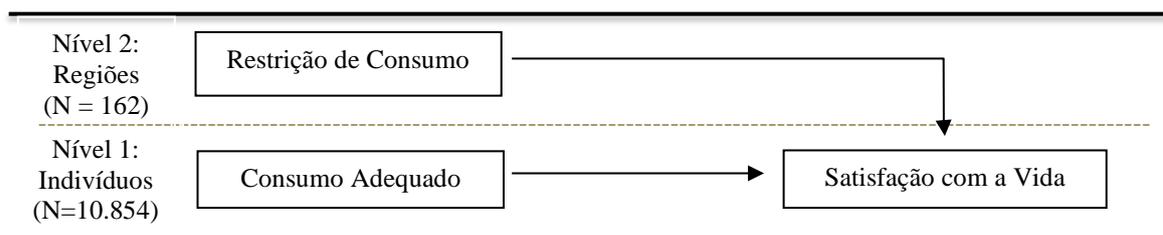
3.3.1 Técnica de análise de dados do estudo quantitativo

À vista da composição dos dados da amostra encontrar-se divididas em duas instâncias – uma a nível individual e outro a nível agregado para as regiões dos países – os modelos de análises adotados consistiram em duas etapas. Inicialmente, adotou-se uma modelagem de regressão multinível para investigar as relações propostas pelas hipóteses de pesquisa (HECK; THOMAS; TABATA, 2013). O uso do modelo de regressão multinível permite considerar a existência de estruturas hierárquicas pela presença de dados agrupados em diferentes níveis (HECK; THOMAS; TABATA, 2013; PEUGH, 2010). Dessa maneira, nesta primeira etapa a variável dependente consistiu na satisfação com a vida do indivíduo, pois em tal modelo a variável a ser explicada necessita se encontrar no nível mais baixo (PEUGH, 2010).

A pertinência do uso desse modelo de regressão frente ao modelo de regressão múltipla se deve à possibilidade de se assumir que os interceptos (isto é, a satisfação média com a vida de uma determinada região) e as inclinações (ou seja, a relação entre as variáveis explicativas e a satisfação com a vida em uma determinada unidade regional) podem diferir entre si. Nesse tipo de análise, além de considerar o intercepto e os coeficientes de inclinação como variáveis aleatórias, modelam-se diferentes níveis de variação, onde a proporção da variação da variável dependente (e.g., satisfação com a vida) está relacionada às características de Nível 1 (e.g. indivíduos) que se encontram agregados em padrões de níveis mais elevados (e.g. unidades regionais) (PEUGH, 2010; HECK; THOMAS; TABATA, 2013).

A partir disso, a Figura 3 abaixo resume o procedimento de análise das relações propostas no estudo. No Nível 1 da análise encontram-se os dados individuais obtidos a partir da WVS. No Nível 2, os indivíduos serão agregados nas unidades regionais, os quais compreendem o nível de restrição social da região. Como recomendação de análise, seguiu-se a orientação de Maas e Hox (2004; 2005), os quais orientam que, para garantir uma maior precisão dos parâmetros estimados, a amostra deve conter mais de 50 grupos no Nível 2. Por fim, ressalta-se que, para investigação das relações propostas pela presente pesquisa, utilizar-se-á o software *Statistical Package for the Social Sciences (SPSS)* versão 24.0.

Figura 3 – Modelo empírico-teórico proposto para investigação

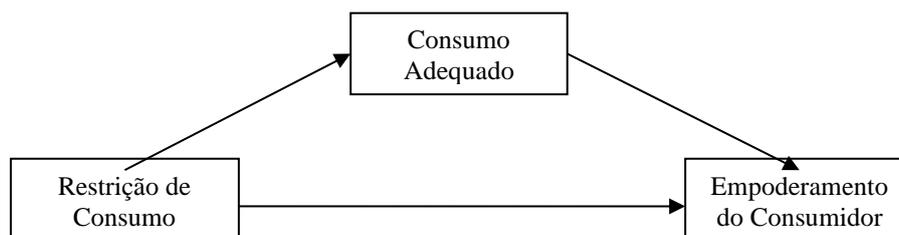


Em seguida, para a segunda etapa, buscou-se analisar a relação entre os níveis de privação absoluto, relativo e o empoderamento geral do consumidor ao nível das regiões, ou seja, assumindo como amostra apenas as 162 sociedade. Logo, para investigar as relações propostas pelas hipóteses de pesquisa, foi empregada uma análise multivariada de mediação (Modelo 4) (HAYES, 2013), efetuada com o auxílio da análise de caminhos do PROCESS (HAYES, 2017) – software *Statistical Package for the Social Sciences (SPSS)* versão 24.0.

O uso desse modelo foi empregado, pois pressupõe-se que as vulnerabilidades observadas (Restrição de Consumo) sejam um fenômeno antecedente às vulnerabilidades percebidas (Consumo Adequado), de maneira que seu inter-relacionamento também afeta o empoderamento do consumidor (PRADHAM; RAVAILLON, 2000; SEN, 1985). Entretanto, haja visto que a disposição da variável consumo adequado encontrar-se à nível individual e as demais variáveis à nível regional, será adotado o procedimento de agregação dos dados individuais à nível regional (HECK; THOMAS; TABATA, 2013). Nesse sentido, foi criada uma variável de nível de consumo adequado da região a partir da média dos valores individuais de cada unidade territorial com intuito de possibilitar o uso da técnica de regressão linear.

Dessa forma, considerando o relacionamento entre as variáveis estudadas, o teste de mediação foi realizado mediante o método *bootstrapping*, o qual possibilita a criação de intervalos de confiança inferiores e superiores de 95% para a identificação dos efeitos indiretos das variáveis (PRADO; KORELO; SILVA, 2014). Uma das vantagens do *bootstrapping* frente ao teste de Sobel deve-se ao fato do primeiro não assumir como pressuposto da análise a normalidade da distribuição dos dados (HAYES, 2013). Logo, a representação gráfica dos caminhos teóricos assumidos na presente etapa de pesquisa, encontra-se disposta na Figura 4, a seguir.

Figura 4 – Modelo de mediação proposto para investigação



Fonte: Elaborado pelo autor

3.3.2 Técnica de análise de dados do estudo qualitativo

Para análise do *corpus* das entrevistas, empregou-se a análise de conteúdo como técnica de análise de dados para a segunda etapa da pesquisa (BARDIN, 2006; MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011). Dessa maneira, objetivou-se com essa análise compreender, de modo crítico, o sentido das narrativas individuais, desde seu conteúdo manifesto ou latente até as significações explícitas ou veladas (CHIZZOTTI, 2006).

Fundamentado a partir da abordagem categorial desenvolvida por Bardin (2006), o processo de análise para auferir o significado dos dados decorreu, portanto, mediante uma perspectiva temática (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002). Neste aspecto, partir das subjetividades das narrativas dos entrevistados, buscou-se alcançar uma associação de trechos e passagens do *corpus* das entrevistas em determinadas categorias relacionadas às temáticas do estudo. Esse procedimento de redução gradual das narrativas individuais em unidades de sentido constitui o processo de codificação, a qual busca tornar operacionalizáveis os dados qualitativos (BARDIN, 2006)

Em seguida, procedeu-se para a etapa de exploração do material, dando início ao processo de codificação dos dados, identificação de unidades de registro e de unidade de contexto (BARDIN, 2006). Nesse sentido, análises profundas das entrevistas foram desenvolvidas em particular e, após apreciação de todo *corpus* da pesquisa, padrões temáticos foram identificados e relacionados à semelhança de seu conteúdo semântico, gerando a criação de três categorias temáticas principais (MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011). Por fim, a última etapa compreendeu a interpretação desses resultados a partir uma análise crítica e reflexiva dos dados emergidos do campo valendo-se para isso da abordagem das capacitações de Sen (1985; 2013).

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS – ETAPA QUANTITATIVA

4.1 Pré-análise dos dados

Buscando dar validade aos requisitos necessários para a realização dos modelos teóricos propostos, uma pré-análise dos dados foi executada tendo como base a retirada de valores omissos das bases de dados e a realização de testes de normalidade e multicolinearidade. Do mesmo modo, são apresentados os resultados dos testes da Análise Fatorial Exploratória e da confiabilidade do construto Consumo Adequado.

4.1.1 Valores Omissos

Inicialmente, em virtude da base de dados a nível regional da OPHI (2019) não apresentar valores de pobreza multidimensional para todas as regiões administrativas dos países analisados na base de dados a nível individual (WVS, 2020), a construção da amostra final ficou restrita às 162 unidades regionais dispostas na base de dados da OPHI (2019).

Em seguida, a partir da concatenação dos dados individuais junto aos dados a nível regional, foram verificados a existência de casos omissos na base de dados da WVS (2020) – cerca de 5% da amostra –, cujo procedimento adotado foi a sua remoção (HAIR et al., 2009). Assim sendo, amostra final do estudo contou com 10,854 indivíduos agregados em 162 unidades regionais, com uma média harmônica de 27 pessoas por região.

4.1.2 Normalidade dos dados

Haja visto que a regressão multinível com estimadores de Máxima Verossimilhança (ML) supõe que os erros sejam distribuídos normalmente, testes de normalidade foram conduzidos para dar suporte a esse requisito. Para tanto, foram analisadas as medidas de simetria e curtose de ambos os níveis do estudo (LEECH; BARRETT; MORGAN, 2005), assim como foram produzidos gráficos de dispersão dos resíduos a partir de diagramas quantil-quantil (*Q-Q plot*), uma vez que oferecem análises mais confiáveis para amostras de grande dimensão (MIOT, 2017).

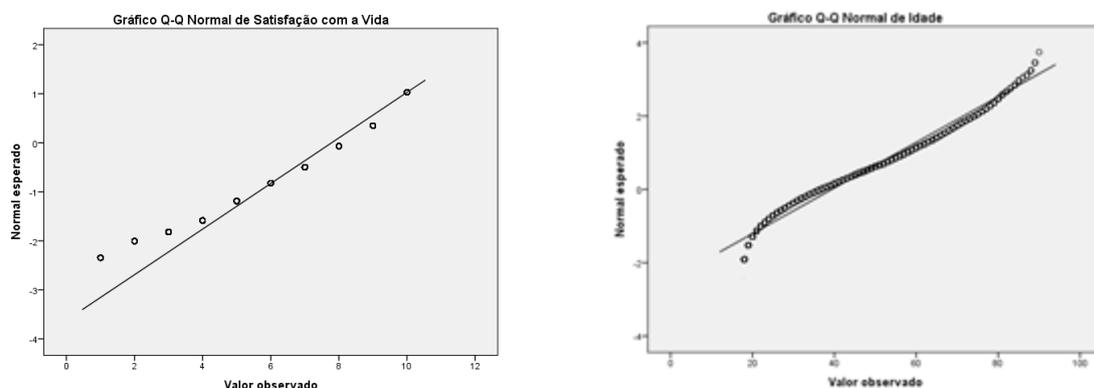
Assim sendo, para as variáveis de nível 1, todas apresentaram valores absoluto de assimetria e curtose inferiores a ± 1.0 , permitindo, assim, aceder uma faixa aceitável de normalidade dos dados para amostras em grande escala (LEECH; BARRETT; MORGAN,

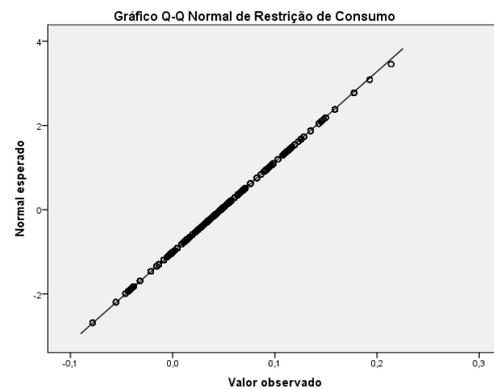
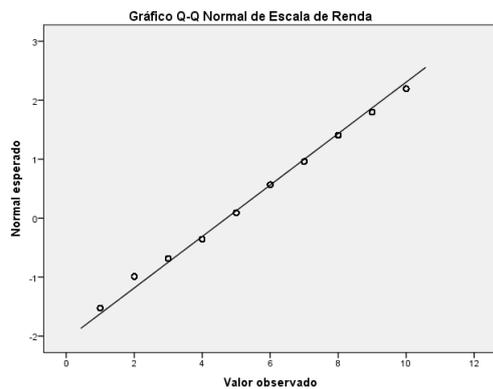
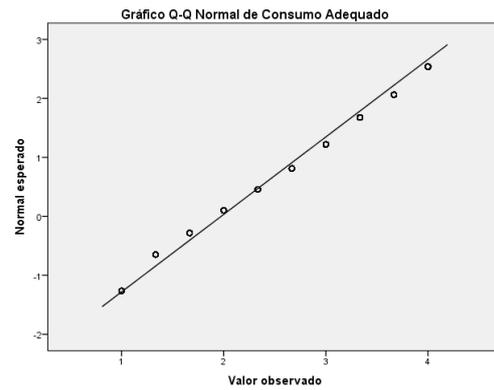
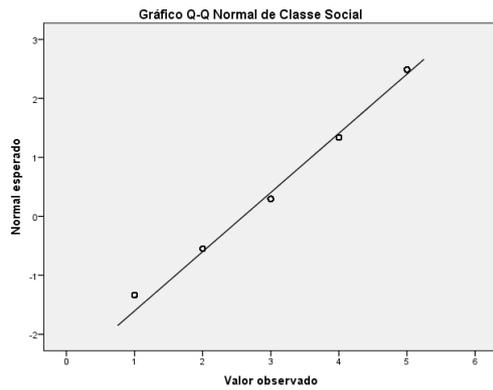
2005; FIELD, 2009). Por outro lado, a variável de restrição social apresentou valores desviantes dos intervalos considerados aceitáveis por Leech, Barrett e Morgan (2005). Para normalizá-la, foi utilizado uma transformação normal inversa baseada em ranques, a qual as observações brutas são convertidas em ranques e, em seguida, aplica-se uma transformação normal inversa dessa distribuição (ALBADA; ROBINSON, 2007; TEMPLETON, 2011). Dessa maneira, este método, ao passo que minimiza os efeitos dos outliers, mantém a taxa de erro Tipo I padrão e melhor o poder estatístico (TEMPLETON, 2011). De fato, esta transformação efetivamente normalizou a variável restrição de consumo (assimetria e curtose $< \pm 1.0$; LEECH; BARRETT; MORGAN, 2005).

Em seguida, foram geradas as representações gráficas das proporções dos dados da amostra em relação aos quantis esperados de uma distribuição normal. De antemão, ressalta-se que os gráficos de dispersão foram realizados tanto para as variáveis principais do estudo (Satisfação com a Vida, Restrição de Consumo e Consumo Adequado) como para as variáveis controle (Idade, Renda e Classe Social inseridos no modelo final. Do mesmo modo, importa saber que tais procedimentos de análises não foram realizados para a variável de Empoderamento do Consumidor, pois o modelo de mediação proposto por Hayes (2013) possui a vantagem de não requerer como pressuposto a normalidade dos dados para sua execução.

Assim sendo, as representações gráficas dos diagramas de dispersão das variáveis são apresentadas na Figura 5, a seguir. A partir dessa análise, é possível observar que variáveis de ambos os níveis não exibiram desvios significantes em sua distribuição normal, haja visto que há uma tolerância para afastamentos que ocorram nos valores mais extremos do gráfico (MIOT, 2007).

Figura 5- Diagrama Quantil-Quantil das variáveis empregadas no estudo





Fonte: Elaborado pelo autor.

4.1.3 Análise Fatorial Exploratória

Objetivando verificar a validade do construto de Consumo Adequado, uma Análise Fatorial Exploratória foi realizada com intuito de atestar a pertinência do uso da escala preconizada. Dessa maneira, os resultados da primeira tentativa de análise fatorial da variável latente revelaram-se adequados, alcançando um índice satisfatório do teste Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) (0,746) – acima de 0,5, valor mínimo tolerável – assim como um teste de esferecidade de Barlett significativa ($X^2 = 7.876,80$; $p < 0,000$) (HAIR et al., 2009).

Todavia, apesar desses bons indicadores a análise fatorial demonstrou fraquezas estruturais, com uma variância explicada do fator abaixo do valor mínimo de 60% considerado adequado para garantia de uma análise fatorial satisfatória (54,01%). Uma das explicações para esse baixo valor pode ser decorrente do valor insatisfatório da comunalidade do item de Moradia (“Nos últimos 12 meses, com que frequência você ou sua família: ficou sem um lugar seguro para se abrigar”), cuja carga ficou abaixo de 0,5 (HAIR et al., 2009). Ademais, a mesma questão apresentou uma carga fatorial inadequada, abaixo do ideal de 0,5 aduzido por Hair et al. (2009), indicando que a variável não possui potencial explicativo para o fator de Consumo

Adequado. Uma explicação para essa questão não associar-se ao construto pode estar relacionada ao fato do item de moradia não compreender a adequabilidade do local ao respondente, mas por focar-se apenas na utilidade do local enquanto um abrigo, o que ajudaria a entender a baixa variabilidade do item quando comparado aos outros itens do construto.

Por conseguinte, procedeu-se uma nova análise fatorial exploratória a partir da exclusão do item supracitado. Como resultado, a nova estrutura revelou um incremento no valor da variância explicada do fator (62,33%), alcançando índices satisfatórios advogados por Hair et al. (2009). Da mesma forma, os testes de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) (0,66) e de esfericidade de Bartlett ($\chi^2 = 5,790,4$; $p < 0,000$) apresentaram valores satisfatórios (Hair et al., 2009). Ademais, todos os itens se agruparam ao construto de Consumo Adequado desenhado, apresentando índices de comunalidades aceitáveis e cargas fatoriais elevadas, como é demonstrado na Tabela 1, a seguir.

Tabela 1 – Resultado da AFE para o construto Consumo Adequado

Itens componentes do fator: Consumo Adequado	Carga Fatorial
Nos últimos 12 meses, quantas vezes você ou sua família ficaram sem comida suficiente	0,769
Nos últimos 12 meses, com que frequência você ou sua família ficaram sem renda	0,789
Nos últimos 12 meses, com que frequência você ou sua família: ficou sem remédios ou tratamentos necessários de que você precisava	0,815
Nos últimos 12 meses, com que frequência você ou sua família: ficou sem um lugar seguro para se abrigar	-
Variância explicada	62,635
Kaiser-Meyer-Olkin (KMO)	0,669
Esfericidade de Bartlett	$X^2=5790,4$
Alpha de Cronbach	0,701

Método de extração utilizado para AFE: componentes principais.

Método de rotação utilizado para AFE: Varimax.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Dessa maneira, o construto foi formado a partir do cálculo da média das variáveis que representam a percepção individual de um consumo adequado para alimentação, renda e saúde. Por fim, para auferir a confiabilidade da escala, um teste de Alpha de Cronbach foi realizado, cujo resultado atestou um valor satisfatório para escala analisada (0,701), atestando, assim, sua confiabilidade (HAIR et al., 2009).

4.2 Estatística Descritiva

Com relação à composição dos dados do estudo, a Tabela 2 fornece as estatísticas descritivas e a matriz de correlação de todas as variáveis do estudo. A amostra final do estudo composta por 10.850 indivíduos (Nível 1) presentes em 162 regiões (Nível 2) da América Latina, cuja idade média dos respondentes foi de 39 anos, sendo 51% destes composta por mulheres. A partir dos dados, observa-se que o nível de satisfação com a vida média dos indivíduos encontrou-se elevado (7,79), assim como o nível de empoderamento do consumidor ao nível social (0,722). As classes econômicas predominantes autorreferidas foram “classe média baixa” (43,1%) e “classe média alta” (21,9%). Quanto ao construto de consumo adequado, 26% dos entrevistados declararam apresentar com alguma frequência um consumo inadequado para o atendimento de suas necessidades subjetivas referentes à alimentação, renda e saúde.

Tabela 2 – Média, desvio padrão e correlação das variáveis do estudo

Variáveis	Média	D.P	1	2	3	4	5	6	7
Nível individual (N = 10.854)									
1. Satisfação com a Vida	7,79	2,15	1,00						
2. Classe Social	2,60	,996	,086***	1,00					
3. Renda	4,71	2.29	,091***	,358***	1,00				
4. Gênero	0,49	,500	,017*	,013	,041***	1,00			
5. Idade	39,42	16.05	,013	-,137***	-,164***	,002	1,00		
6. Consumo Adequado	1,97	,760	-,188***	-,187***	-,186***	-,037***	-,011	1,00	
7. Restrição Social	0,0471	,0468	-,124***	,086***	,010	,003	-,142***	,096***	1,00
Nível Estadual (N = 162)									
1. Empoderamento do Consumidor	0,722	,0759	1,00						
2. Consumo Adequado	1,954	,2951	-,699***	1,00					
3. Restrição de Consumo	0,0471	,0468	-,279***	,298***	1,00				

* p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Fonte: Elaborado pelo autor.

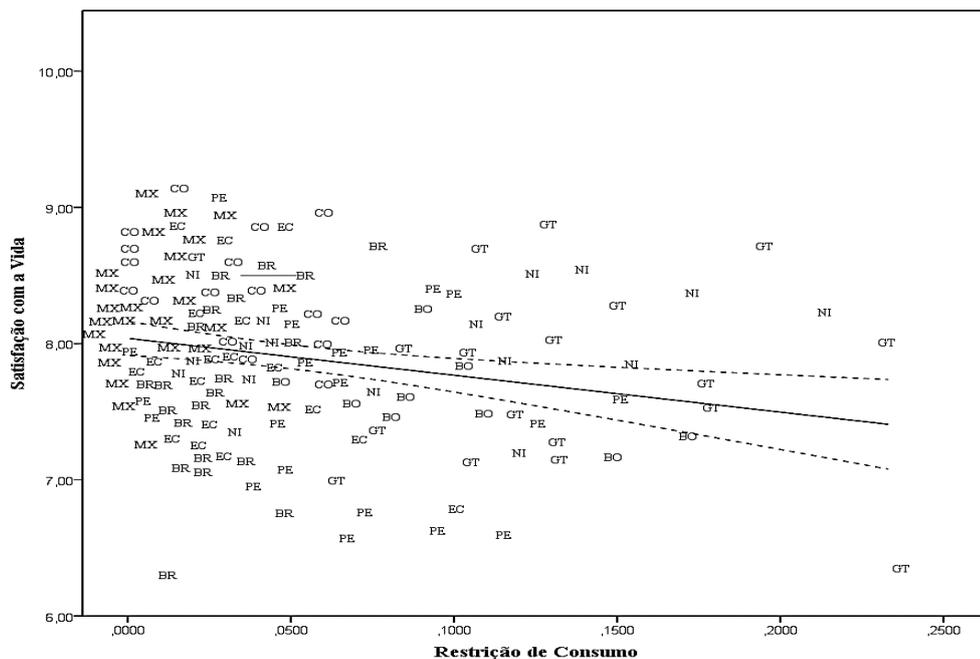
Quanto à matriz de correlação das variáveis, em virtude do estudo utilizar-se de dados multiníveis, para alcançar a correlação das variáveis de níveis cruzados seguiu-se as diretrizes de estudos anteriores (HILL; MARTIN 2012; HILL; MARTIN; CHAPLIN, 2012), cujos dados de Nível 2 são agregados a cada indivíduo por meio de uma ponderação do tamanho da amostra de cada estado. Essa abordagem, além de ser comum em estudos multiníveis com dados multinacionais (e. g. MARTIN; HILL, 2011), evita que estados com amostras maiores sejam super-representados na correlação cruzada.

Dessa forma, a partir da matriz de correlação a nível individual é possível observar associações iniciais significativas entre as variáveis pesquisadas, como a relação entre satisfação com a vida, adequação do consumo, comparação social e nível de restrição ao consumo nas sociedades. Do mesmo modo, a partir da matriz de correlação à nível estadual, o nível de empoderamento do consumidor esteve, de maneira negativa, significativamente associado ao nível de restrição de consumo e do consumo adequado da unidade regional.

Destarte, além de revelar insights sobre a relação entre as variáveis, os resultados da matriz de correlação mostram a necessidade de um exame mais aprofundado, uma vez que a regressão hierárquica fornece um teste mais conservador e um quadro mais confiável dessa relação (MARTIN; HILL 2011). Além disso, como essas correlações entre as variáveis independentes não foram extremamente altas, pode-se assumir a ausência de multicolinearidade entre as variáveis (TABACHNICK; FIDELL 2001).

No que concerne à distribuição do nível de restrição de consumo entre as unidades regionais estudadas, a Figura 6 abaixo revela a relação gráfica do nível de satisfação com a vida e do nível de privação das regiões, a partir da legenda de seus respectivos países. Como forma de analisar as diferenças de média entre os países, uma ANOVA foi realizada, cujo resultado atestou a diferença da satisfação com a vida entre os países ($F(7, 154) = 5,499, p < 0,01$).

Figura 6 – Satisfação com a vida nas regiões da América Latina, com um ajuste quadrático de 95% do intervalo de confiança

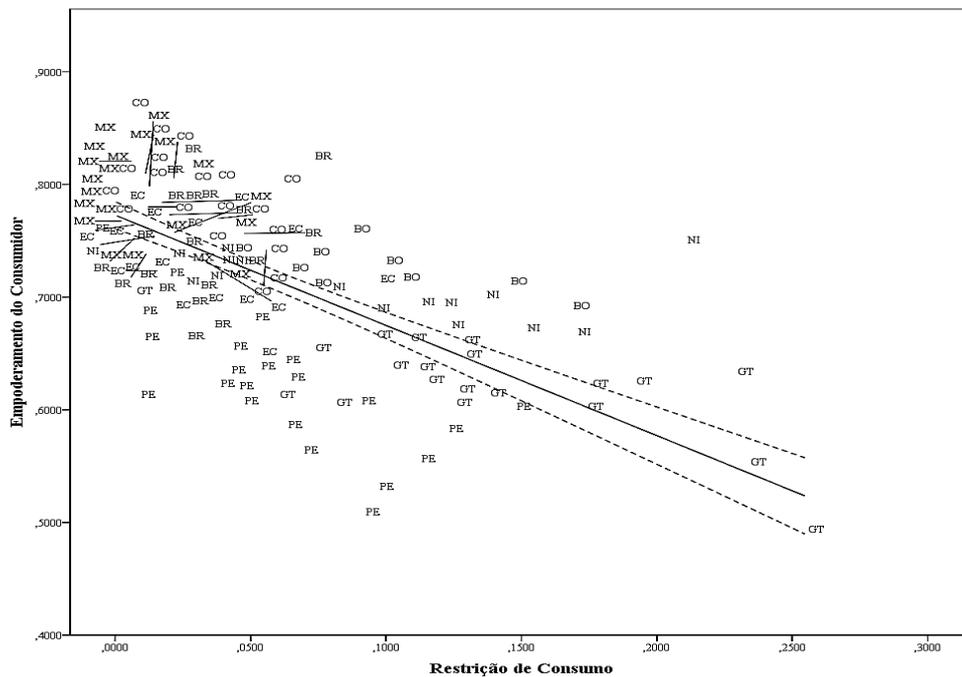


As regiões da Colômbia (8,36) e do México (8,21) apresentaram, em média, os níveis de satisfação com a vida mais elevados do que os de outros países e dispuseram de índices de restrição de consumo menores do que a média da amostra: 0,028 e 0,010, respectivamente. Em contrapartida, as regiões da Guatemala apresentaram em média o maior nível de restrição social (0,133) e menor nível de satisfação (7,58). As regiões do Brasil (BR) e do Equador (EQ) apresentaram valores similares tanto para satisfação com a vida – 7,73 e 7,78, na devida ordem – como para o índice de privação social – 0,026 e 0,28, respectivamente. Embora o relacionamento linear negativo entre a satisfação com a vida e o nível de restrição social, dois agrupamentos distintos puderam ser identificados inicialmente: a Nicarágua (NI) apresenta um nível satisfação com a vida (7,95) mais elevada do que a média dos outros países, apesar de possuir um nível de restrição acima da média da amostra (0,084); o Peru (PE), por sua vez, apresentou índices de satisfação (7,59) semelhantes às regiões da Bolívia (BO) (7,57) apesar do nível de restrição social do primeiro (0,059) ser menor do que deste último (0,097).

De modo similar à análise anterior, uma representação gráfica da distribuição das regiões de acordo com seu nível de restrição do consumo como modo de avaliar a disposição do nível de empoderamento geral do consumidor (com base no nível de recursos e de controle ofertados pelas sociedades) é expressa a partir da Figura 7 abaixo. Assim como realizado anteriormente, os testes de ANOVA atestaram a diferença do nível de empoderamento entre os países ($F(7, 161) = 57,424, p < 0,01$).

À semelhança do resultado anterior, as regiões da Colômbia (0,785) e do México (0,788) apresentaram, em média, os níveis mais elevados de empoderamento do consumidor. De igual modo, as regiões da Guatemala apresentaram o menor nível de recursos e de controle acessíveis aos seus consumidores (0,620). Ademais, os estados do Brasil e do Equador apresentaram novamente valores similares para o nível de empoderamento – 0,755 e 0,739, respectivamente –, haja visto que possuem índices de restrição de consumo similares. Ademais, dois agrupamentos distintos puderam ser identificados: a Bolívia (0,724) e Nicarágua (0,712) apresentaram um empoderamento geral mais elevada do que a média dos outros países, apesar de seus elevados níveis de restrição; o Peru, por sua vez, proporciona um nível de recursos e controle aos seus consumidores (0,622) menor do que seu nível de restrição de consumo (0,059) sugere.

Figura 7 – Empoderamento do consumidor nas regiões da América Latina, com um ajuste quadrático de 95% do intervalo de confiança



Fonte: Elaboração própria.

4.3 Modelo de análise Multinível

Antes de proceder à análise dos efeitos principais da modelagem multinível, buscou-se, *a priori*, estimar o modelo nulo, isto é, o cálculo apenas do intercepto da regressão com intuito de observar se existe variação significativa da variável dependente entre os estados. Essa etapa inicial tem por objetivo verificar se a adoção do modelo multinível é justificada (HECK; THOMAS; TABATA 2013; PEUGH 2010). Destarte, os resultados do modelo nulo dispostos na Tabela 3, a seguir, demonstraram que o intercepto de satisfação com a vida média entre as 162 unidades regionais foi significativo ($p < 0,05$), indicando que o nível de satisfação com a vida difere entre as regiões.

Em seguida, buscou-se estimar a Correlação Intraclasse (CCI) – proporção da variação explicada pela diferença entre a estrutura de grupos (PEUGH, 2010) – do modelo nulo, o qual permite identificar um efeito explicativo do modelo semelhante ao R-quadrado. Nesse sentido, o modelo nulo apresenta um CCI ($\sigma_{\mu_0}^2 / (\sigma_{\mu_0}^2 + \sigma_{\epsilon}^2)$) = $(0,034 / (0,034 + 0,969)) = 0,034$, o que significa que 3,4% da variância na satisfação com a vida pode ser explicada pelas diferenças na variável de Nível 2 (estados) (PEUGH, 2010). Embora esse valor indique a existência de uma pequena quantidade de variância entre as regiões, esse resultado é consistente

com estudos anteriores, que argumentam que, para estudos empíricos no campo das ciências sociais, o valor do CCI não tende a ser tão elevado (PEUGH, 2010; HUANG, 2018).

Apesar deste baixo ICC, foi analisado para o modelo os efeitos de design ($DEFF = 1 + (n_c - 1) * ICC$), isto é, uma medida de ajustamento da amostra a partir do número de indivíduos por clusters (n_c) e pelo índice de Correlação Intraclasse (ICC), o qual objetiva verificar se há a necessidade da avaliação dos grupos para o cálculo da regressão (PEUGH, 2010; HUANG, 2018). Como resultado, o seu valor encontrou-se acima de 1,5 ($DEFF = 1 + (27 - 1) * 0,034 = 1,90$), o que indica a necessidade de contabilizar o agrupamento e permite concluir que é útil usar multinível modelagem para evitar estimativas tendenciosas (HUANG, 2018; LAI; KWOK 2015; HUANG, 2015).

Tabela 3 – Resultado do modelo multinível para Satisfação com a Vida

Parâmetros (efeitos fixos)	Modelo nulo	Modelo 1 (efeitos principais - individual)	Modelo 2 (efeitos principais - região)
(γ_{00}) Intercepto	0,031 (2.189)**	0,058 (2.617)***	0,060 (2.721)***
(γ_{01}) Restrição Social	-	-	-0,0513 (-2.615)***
(γ_{10}) Consumo Adequado	-	-0,193 (-19,378)***	-0,192 (-19,178)***
(γ_{20}) Renda	-	0,0607 (7,744)***	0,061 (5,848)***
(γ_{30}) Classe	-	0,056 (5,246)***	0,055 (5,224)***
(γ_{40}) Idade	-	0,002 (0,232)	-0,000 (0,101)
(γ_{50}) Gênero [Mulher = 0]	-	-0,022 (-1,212)	-0,022 (-1,198)
Componentes de variância (random effects) (Wald Z)			
Variância de level 1 (σ_ε^2)	0,96973 (73,114)***	0,91697 (73,121)***	0,916708 (73,127)***
Variância de level 2 ($\sigma_{\mu 0}^2$)	0,03494 (5,144)***	0,04178 (5,611)***	.04028 (5,576)***
Sumário do modelo			
Deviance (-2*Loglikelihood)	30,629.576	30,045.122	30,038.324
Número de parâmetros estimados	3	8	9
Diferença entre deviances		596,387	6,798
Diferença entre número de parâmetros (d.f.)		5	1
Teste Qui-Quadrado		119,27**	6,798**

* $p < 0,1$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$

Fonte: Elaborado pelo autor.

Atestada a viabilidade de se utilizar a modelagem multinível, procedeu-se, como primeiro passo a análise da magnitude dos efeitos principais das variáveis de nível individual (Nível 1) sobre a satisfação com a vida, conforme apresentado no Modelo 1 da Tabela 3. De antemão, um teste da razão de verossimilhança (diferenças estatísticas do deviance) entre o Modelo Nulo e o Modelo 1 foi realizado com o objetivo de investigar se o modelo subsequente (Modelo 1) representa uma melhoria significativa em relação ao outro (Modelo Nulo), uma vez que o deviance reflete a falta de adequação entre os dados e o modelo. A diferença nas estatísticas entre os modelos ($([-2\log L_{\text{ReducedModel}}] - [-2\log L_{\text{FullModel}}]) = 596,387$) teve um valor crítico de 119,27 (uma divisão da diferença de desvio pelo número de parâmetros adicionados no modelo subsequente), que é significativo ao nível de 5% em uma distribuição Qui-quadrado ($\chi^2(6) = 12,6$; $p < 0,05$). Portanto, o Modelo 1 representou uma melhoria significativa em relação ao Modelo Nulo.

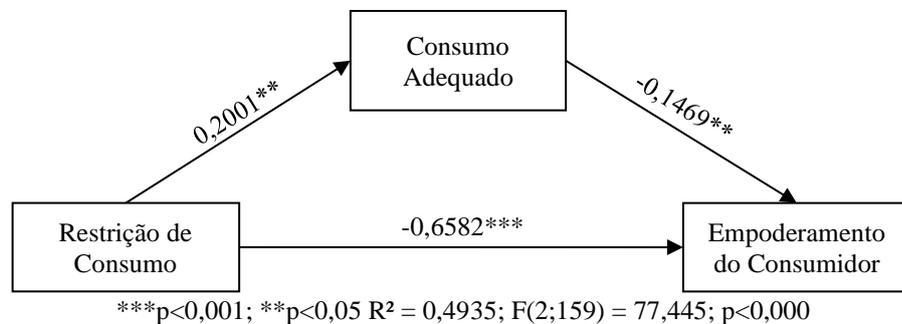
De início, ao se analisar os efeitos principais para as variáveis de controle, as variáveis de nível socioeconômico, como renda ($\gamma_{20} = 0,02$ $p < 0,05$) e classe social ($\gamma_{30} = 0,04$; $p < 0,01$), apresentaram efeitos positivos significativos sobre a variável dependente. Entretanto, tal relacionamento não foi identificado para as variáveis gênero (γ_{40}) e idade (γ_{50}), as quais, apesar de serem assinaladas como variáveis relevantes em estudos de satisfação com a vida, não apresentaram efeito significativo (HILL; MARTIN, 2012). Para a variável de consumo adequado ($\gamma_{10} = -0,193$; $p < 0,01$), os resultados atestaram a viabilidade de se considerar avaliação subjetiva de escassez dos sujeitos, cujo seu efeito reduz significativamente o nível de satisfação com a vida relatada pelos indivíduos.

Além de identificar os efeitos principais para as variáveis de nível individual, um novo modelo foi gerado de modo a comportar a variável de nível estadual, a restrição de consumo das sociedades. Nesse sentido, os resultados regressão multilevel com todas as variáveis encontram-se dispostas no Modelo 2, o qual apresentou uma diminuição de 6,79 no valor do Deviance com a adição de uma variável de interação. O teste Qui-quadrado para um grau de liberdade revela que a diferença no Deviance foi significativa ($\chi^2(1) = 3,84$; $p < 0,05$), assinalando que o Modelo 2 é uma melhoria em relação anterior. Assim, os achados da pesquisa reforçam o relacionamento das variáveis já encontradas no Modelo 1, assim como revelam que a necessidade do cômputo da restrição de consumo ($\gamma_{01} = -0,0513$; $p < 0,01$) para o entendimento do bem-estar individual, de modo que a ausência de garantias mínimas de oportunidades sociais reduz significativamente a satisfação com vida individual.

4.4 Modelo de Mediação

Após a análise das relações das restrições de consumo e do consumo adequado a partir da regressão multinível, um modelo de mediação foi protelado com intuito de verificar quais impactos essas variáveis podem apresentar na relação entre os níveis de privação e o empoderamento geral do consumidor ao nível das regiões. Assim sendo, a apresentação dos caminhos estruturais e dos efeitos diretos do modelo de mediação podem ser verificadas na Figura 8, a seguir.

Figura 8 – Resultado do Modelo de Mediação



Fonte: Elaborado pelo autor.

Inicialmente, quando analisados os pressupostos básicos para a execução do modelo de mediação, observa-se que estes foram atendidos (HAYES, 2013). Dessa maneira, de acordo com os resultados dos efeitos diretos, a variável de Restrição de Consumo ($\beta = -0,658$; $p < 0,001$) apresentou uma associação negativa estatisticamente significativa com o nível de empoderamento do consumidor, indicando que ambientes sociais com maiores níveis de restrições de consumo dificultam a capacidade dos consumidores em acessarem níveis mais elevados de recursos e de controle.

Ato contínuo, observa-se que o construto de consumo adequado apresentou um impacto negativo sobre o empoderamento do consumidor ($\beta = -0,146$; $p < 0,05$). Isso pode ser explicado por essa variável traduzir a percepção dos indivíduos acerca das privações sentidas em relação a bens e serviços essenciais para a garantia de uma vida adequada na sociedade, como saúde, renda e alimentação (PRADHAN; RAVALLION, 2000). À vista de um sentimento de inadequação decorrente do difícil acesso a um conjunto de bens e serviços mínimos, a compreensão dos consumidores acerca de privações relativas percebidas os levam, em grande medida, a experienciarem um menor nível de controle e de acesso a recursos nessas sociedades (FARREL; HILL, 2018).

Essa relação torna-se mais evidente quando observado a associação significativa entre a restrição de consumo e o consumo adequado ($\beta = 0,200$; $p < 0,05$), evidenciando que, embora a privação sentida pelo indivíduo seja identificada a partir da visão subjetiva de um consumo mínimo para o atendimento das necessidades próprias, essa conexão não decorre senão da relação das pessoas com o mundo sociomaterial que as circundam.

Ressalta-se ainda o caráter mediador do consumo adequado nesse modelo, o qual transmite o efeito da variável restrição de consumo sobre o empoderamento do consumidor. A partir dos resultados do efeito de mediação indiretos via *bootstrapping*, o qual considera em sua análise os intervalos de confiança superior e inferior (BCCI) a 95%, não foram identificados efeitos nulos ou zero dentro dos intervalos para a restrição de consumo, via o mediador consumo adequado ($\beta = -0,029$; $SE = 0,017$; 95% CI [-0,0743; -0,0053]), atestando, assim, a validade do caráter mediador da variável (HAYES, 2013).

4.5 Discussão Geral dos Achados

Em continuidade à estudos anteriores acerca da relação entre pobreza e vulnerabilidade do consumidor no campo das ciências da Administração (e. g., HILL; MARTIN 2012; HILL, MARTIN; CHAPLIN 2012), este estudo abordou um quadro mais amplo dos diferentes efeitos da pobreza, avaliando seus efeitos sobre os estados de bem-estar individual (VISCONTI, 2016; SMITH; COOPER-MARTIN, 1997) e sobre o nível de empoderamento do consumidor a partir de seus níveis de controle e acesso a recursos (HILL; SHARMA, 20200). Para tanto, o uso inicial do método multinível permitiu evidenciar, além dos atributos individuais, como a dimensão relativa, a partir do consumo adequado, e a dimensão absoluta do ambiente de restrição social.

A princípio, o estudo concentrou-se em analisar o impacto de ambientes de restrição de consumo a nível regional, cujas privações sofridas pelos indivíduos calculadas pelo Índice de Pobreza Multidimensional incluíam questões materiais de primeira ordem, como a aquisição de serviços (por exemplo, acesso à água, saneamento, habitação, eletricidade, gás de cozinha e utensílios domésticos), a falta de acesso à educação e saúde (ALKIRE; FOSTER, 2011). Sob esse enfoque, as privações sociais, de modo consistente a estudos anteriores (HILL; MARTIN; CHAPLIN 2012; HILL; MARTIN 2012), afetaram negativamente o processo de avaliação da satisfação com a vida. Indivíduos que vivem em sociedades com acesso limitado a bens e serviços básicos apresentam níveis mais baixos de satisfação com a vida. Em contraste, aqueles que vivem em sociedades menos restritas relataram maior satisfação com a vida.

Do mesmo modo, quando avaliado a partir do modelo de mediação, os resultados atestaram que as privações de oportunidades sistematicamente reduzem o nível de controle e de recursos disponíveis nas sociedades para os consumidores (HILL; SHARMA, 2020). Em geral, a pobreza, como ambiente de restrição social, marcado pela privação de oportunidades de consumo aos indivíduos, é uma variável importante neste contexto, pois impede aos indivíduos de agirem segundo suas próprias necessidades e desejos (SEN, 2013; HILL, MARTIN; CHAPLIN, 2012). Nesse sentido, ao reduzir o empoderamento do consumidor – as chances de uma pessoa moldar sua própria vida e atitudes no mercado –, ambientes sociais de restrição elevam as vulnerabilidades as quais os consumidores em estado de pobreza estão sujeitos (ALKIRE, 2007; 2005; HILL; SHARMA, 2020; BERG, 2015).

Em grande medida, essa associação pode estar relacionada ao fato de a restrição de consumo atuar como barreiras às agências individuais (SEN, 1999; NUSSBAUM, 2011). Desigualdades patentes nas disposições sociais de oportunidades de acesso a condições mínimas básicas ofertadas pelas sociedades reprimem o pleno exercício de funcionamentos humanos básicos (por exemplo, alimentar-se e ter saúde), os quais são fatores intrínsecos para a garantia de uma vida digna valorizada pelo indivíduo (NUSSBAUM, 2001).

De acordo com Nussbaum (2001), sociedades desiguais impelem a criação de ambientes sociais que não garantem aos indivíduos o pleno desenvolvimento de suas capacidades básicas, os quais os impossibilitam de alcançarem um plano de vida autônomo ou mesmo de realizarem de forma cabal sua condição de agente. Na visão da abordagem das capacidades (SEN, 2013), a falta de recursos e serviços básicos é prejudicial ao nível de agência, pois impede não só uma pessoa de buscar maiores recursos a partir da posse material (ter), mas também de alcançar seus funcionamentos, ou seja, o conjunto de ser e fazer em suas vidas (SEN, 1999; ALKIRE, 2005).

Em seguida, ao analisar a dimensão mais subjetiva da pobreza, a partir da visão das privações relativas sofridas, buscou-se investigar, inicialmente, através do modelo multinível a relação entre consumo adequado e satisfação com a vida. Como resultado, à semelhança do estudo de Martin e Hill (2012), a percepção do indivíduo da existência de um consumo inadequado - insuficiente para atender às necessidades pessoais – reduz significativamente sua satisfação com a vida. Isso mostra que o bem-estar não se deve apenas ao acesso a um conjunto de bens e serviços básicos oferecidos pela sociedade, mas também ao atendimento de um padrão mínimo de consumo subjetivo.

Compreendendo tal fenômeno dentro da abordagem das capacidades individuais de Sen (1985; 2013), a autopercepção de pobreza pode estar associada a um nível de privação de

meios sociomateriais experienciados pelos indivíduos. Estas restrições, por sua vez, apontam para a ausência de determinados instrumentos de ordem material ou social captados pelos sujeitos como importantes recursos para o pleno funcionamento de suas capacidades individuais, as quais, com sua escassez, expressam-se muitas vezes em um menor nível de bem-estar pessoal (SEN, 2013; MARTIN; HILL, 2011).

Ademais, esse relacionamento entre o mundo material de privações absolutas e a autopercepção de consumo adequado fica mais evidente a partir do modelo de mediação, cujos resultados atestam que o alto nível de privação material da sociedade pode intensificar a compressão individual de suas restrições vivenciadas (SEN, 1985; PRADHAN; RAVALLION, 2000). Nesse caso, assim como aduzido por Hill e Sharma (2020), em condições em que os consumidores não veem atendidas suas necessidades mais básicas, as vulnerabilidades experienciadas – identificadas pelo próprio indivíduo, como o consumo adequado – e as vulnerabilidades observadas – privações materiais patentes definidas através de instituições, como o caso da restrição de consumo – compartilham singularidades acerca das privações sofridas pelos consumidores.

Nesse sentido, a adequação do consumo ajuda a revelar a pobreza não apenas como um objeto materialmente definido, mas leva em consideração que a relação das pessoas com os meios materiais se expressa a partir de suas percepções subjetivas de escassez (PRADHAN; RAVALLION, 2000; FARREL; HILL, 2018). Não ter acesso a um conjunto de bens e serviços mínimos intensifica os sentimentos de pobreza entre as pessoas, levando-as aos efeitos consequentes de se autodefinirem como consumidores inadequados (BAUMAN, 2005; FARREL; HILL, 2018).

Não obstante, o consumo adequado ainda se qualificou como mediador da relação entre restrição social e o empoderamento do consumidor. Os indivíduos mais expostos à ambientes sociais com alto nível de restrição social externalizam, a partir de suas visões de consumo adequado, o ambiente de escassez socialmaterial que se organiza ao seu redor. Essa internalização, subsequentemente, leva a uma menor empoderamento do consumidor. Dessa forma, o resultado da mediação reflete o papel primordial estabelecido pelas oportunidades sociais, cujo fornecimento de maiores acessos a bens e serviços básicos – além de possibilitarem o maior alcance das capacidades individuais – reduzem sentimentos relativos de privação, favorecendo o alcance de maiores níveis de recursos e controle alcançados pelo consumidor (NUSBAUM, 2001; ALKIRE, 2007; SEN, 1985).

Portanto, esses achados reforçam, de início, a natureza pouco explorada do fenômeno da pobreza nos estudos de bem-estar, cujo escopo multidimensional permite avaliar

particularidades não consideradas pelas abordagens monetárias ainda dominantes (PEREDO; MONTGOMERY; MCLEAN 2018; YURDAKUL; ATIK; DHOLAKIA, 2017). Nesse sentido, um melhor acesso às oportunidades sociais por parte de consumidores em estado de pobreza os possibilita um desenvolvimento das competências individuais, de modo que lhes permita alcançar um maior empoderamento sobre decisões pessoais e um maior bem-estar subjetivo (SEN 2013; REGO; PINZANI, 2014; NUSSBAUM, 2001). Assim, a remoção de barreiras sociais, observadas e experienciadas, possibilitam uma maior capacitação dos consumidores em estado de pobreza a engajarem-se efetivamente nos mercados (ALKIRE, 2005; HILL; SHARMA, 2020).

Da mesma forma, este estudo fortalece o lado subjetivo da pobreza, com base nas percepções individuais da situação socioeconômica e da escassez. A adequação do consumo tem a vantagem de trazer revelar as condições sociais vivenciadas pelos indivíduos, a partir de julgamentos individuais sobre os bens e serviços mínimos necessários para satisfazer as condições de vida adequadas (HILL, 2005; FARRELL; HILL, 2018). Além disso, a pobreza como objeto de estudo não se limita às suas manifestações de carência material ou física, mas se desdobra em uma relação contínua entre o mundo material e o contexto sócio-histórico.

Além disso, a elevação do nível geral empoderamento do consumidor, uma vez que compreende o acesso de maiores níveis de recurso e de controle, reduz, de modo global, as vulnerabilidades das sociedades (HILL; SHARMAN, 2020). A geração de oportunidades sociais a partir da redução de restrições de consumo capacita as pessoas para que escolham de estilo de vida que de outra forma não estavam disponíveis (MARTIN; HILL, 2011). Do mesmo modo, o atendimento a um nível de consumo capacita as pessoas, criando oportunidades para orientá-las efetivamente nos mercados (ADKINS, OZANNE, 2005; BERG, 2015). Quando os indivíduos veem atendidos tais condições, suas oportunidades de moldar sua própria vida e a da sociedade aumentam (ALKIRE, 2007; NUSBAUM, 2011).

5. ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO – ETAPA QUALITATIVA

Mediante o processo de análise dos dados auferidos nas entrevistas, surgiram diversos elementos que influenciaram, ou proporcionaram, as experiências vivenciadas pelos consumidores em condição de pobreza. Através de entrevistas em profundidade, obteve-se uma descrição detalhada das realidades sociomateriais das pessoas, cujo procedimento permitiu, além de assegurar o direito à voz, o reconhecimento do indivíduo enquanto sujeitos protagonistas de suas histórias e vivências (REGO; PINZANNI, 2014). Desta forma, a partir da análise do conteúdo latente e manifesto das narrativas dos entrevistados, a qual foi guiada pela abordagem das capacitações de Sen (2013), identificou-se a presença de três temáticas recorrentes principais, a saber: i) privações sentidas; ii) sonhos de consumo e valorações; iii) estratégias de enfrentamento à pobreza.

Primeiramente, buscando compreender as privações vivenciadas por consumidores em condição de escassez sociomaterial, o exame das privações de consumo possibilitou que estes definissem eles mesmos os aspectos pertinentes de suas condições (FARRELL; HILL, 2018; BLOCKER et al., 2013). A partir da compreensão de que as vulnerabilidades não decorrem apenas de circunstâncias materiais inerentes à pobreza, mas abrange um componente intersubjetivo, os próprios indivíduos foram a base primária para determinação do nível de consumo considerado adequado para si (FARRELL; HILL, 2018). Assim, foi perceptível através das falas dos entrevistados a recorrência de privações a nível de controle e de recursos em suas vidas, cuja persistência remetiam a existência de problemas estruturais de longo prazo.

Ademais, o processo de autoavaliação dos consumidores possibilitou adentrar à compreensão do bem-estar e das circunstâncias de vida almejadas pelos indivíduos. Esse exame demonstrou-se pertinente, pois, de acordo com Sen (1988), avaliar as condições de vida dos consumidores pobres a partir de uma métrica universal da sociedade de consumo, como em estudos anteriores (e.g. YURDAKUL; ATIK; DHOLAKIA, 2017; HILL, 2002; 2005), pode ser problemática em sociedade onde a condição de pobreza parece ser a norma. Segundo Sen (1988), se tais padrões de consumo contemporâneos são amplamente compartilhados, as respostas dos indivíduos acerca de suas condições, após uma reflexão adequada, não divergiriam ao referencial de consumo praticados na sociedade. Entretanto, a abordagem da autoavaliação possibilitou um resultado dissonante àqueles expressos na literatura da pobreza no campo da Administração (SEN, 1988).

Assim sendo, o conteúdo dos sonhos e das valorações individuais emergiu enquanto categoria temática relevante para análise anterior às estratégias dos indivíduos. Nessa categoria,

as falas dos entrevistados ressaltavam a valoração que o conjunto do “ser” (estado de existência), do “fazer” (ação de realizar os funcionamentos) e do “ter” (bens materiais) tem suas vidas (MAGALHÃES et al., 2011; SEN, 1988). Apesar disso, mapear essas valorações dos consumidores não foi uma tarefa simples, pois o intuito dessa etapa constituiu em adentrar aos tipos de vidas valorizados caso não estivessem submetidos em circunstâncias adversas (MAGALHÃES et al., 2011). Ao invés de elencar preferências de consumo e de desejos pessoais, as respostas dos entrevistados se concentraram em descrever a importância da execução plena de seus funcionamentos objetivos, ou seja, o conjunto de “ser-fazer-ter” eram entendidas pelos indivíduos como dimensões valiosas para se alcançar uma “vida melhor” e, assim, um maior bem-estar pessoal (SEN, 1999; 1988).

Em seguida, a última categoria emergida a partir da análise dos dados qualitativos foi as estratégias de enfrentamento à pobreza utilizadas pelos consumidores diante de sua vulnerabilidade sofrida. A temática das estratégias manifestou-se a partir das narrativas dos entrevistados de como lidavam com as privações sentidas no cotidiano, as quais caracterizaram-se enquanto respostas às adversidades que vivenciavam. Nesta perspectiva, para classificação dessas estratégias, seguiu-se a tipologia empregada por Hill e Stephens (1997), a qual gerou dois subtópicos: estratégias emocionais e comportamentais.

Por fim, faz-se necessário discutir acerca do aparato conceitual proporcionado pela abordagem das capacitações. De início, salienta-se que a compreensão acerca dos funcionamentos e das capacidades individuais foram utilizadas apenas com fins descritivos, isto é, foram identificadas apenas com o intuito de observar como as pessoas valoram seus funcionamentos e, assim, ampliar a base informacional acerca dos contextos de vida dos consumidores (SEN, 2013). Esse processo de construção do percurso interpretativo possibilitou, portanto, uma discussão mais geral acerca do fenômeno da pobreza, de modo que podem ser assinalados dois pontos referenciais centrais que permearam essa análise, a saber: i) conjunto de privações enfrentadas; ii) condição de agência dos sujeitos.

A partir de tais referenciais, foi possível observar que o conjunto de privações sofridas pelos consumidores em estado de pobreza transpassam a simples noção de escassez pecuniária elencadas por abordagens monetaristas dominantes (PEREDO; MONTGOMERY; MCLEAN, 2018). Ademais, ao se observar a condição de agência dos consumidores foram verificadas a existência de distintos funcionamentos valiosos, de maneira que se ressaltou, a partir das falas dos informantes, a importância da capacidade dos sujeitos em realizarem ações (REGO; PINZANI, 2014).

5.1 Privações Sentidas

Escutar voz dos indivíduos em estado de pobreza como método de avaliação de suas próprias circunstâncias é fundamental para compreensão de suas visões de mundo, bem como aspectos latentes de sua situação (REGO; PINZANI, 2014). Desse modo, obter uma descrição em primeira pessoa de seus contextos de escassez sociomaterial possibilitou construir relevantes informações acerca de suas experiências de consumo, assim como de que forma essas circunstâncias interferem no seu cotidiano. Isso revela-se pertinente haja visto a discussão fomentada no primeiro estudo, cuja autopercepção das privações é interdependente às privações materiais patentes sofridas pelos sujeitos (PRADHAN; RAVALLION, 2000; SEN, 1985).

Todavia, apesar da pobreza apresentar em seu cerne questões particulares às suas localidades, padrões comuns acerca das formas de privações emergiram das experiências dos entrevistados. De início, a partir das narrativas das difíceis vivências experienciadas pelos entrevistados, a ausência de recursos, isto é, a escassez de ativos utilizáveis para que as pessoas alcancem seus estados desejados (HILL; SHARMA, 2020) foi um aspecto compartilhado entre a maioria dos sujeitos. Neste âmbito, o dinheiro, enquanto item viabilizador das demandas individuais (REGO; PINZANNI, 2014), foi um dos recursos pessoais mais escassos relatados pelos entrevistados:

“A minha dificuldade é financeira. Eu me sustento não chega nem a um salário-mínimo. Eu me sustento com R\$ 480,00 reais por mês. Desses quatrocentos, eu tenho que me virar para pagar água, luz [...]. E a minha maior dificuldade é a financeira. Com o dinheiro que eu ganho eu não me dou ao luxo de dizer que vou sair para um canto ou vou comprar uma roupa nova, não dá” (Entrevista 1).

“Como aqui eu não estou mais vendendo como vendia antes, a venda aqui parou, caiu total [a renda]. Aí todo dia você fica pensando: ‘tem que ter o arroz, tem que ter o pão’, né? Aí eu me preocupo” (Entrevista 6).

“Difícil foi o desemprego do marido, que ele ganhava um dinheirinho. Agora está indo, como é que se diz? Como Deus quer, né? (Entrevista 11).

A ausência de recursos financeiros é frequentemente referenciada na literatura de vulnerabilidade como uma das principais restrições dos consumidores, a qual os impedem de alcançar bens e serviços desejados (HILL; SHARMA, 2020; HILL; STEPHENS, 1997). Isso deve-se ao fato do dinheiro – por encontrar-se no cerne de qualquer decisão doméstica de consumidores pobres – ser a medida pela qual os consumidores imprimem seu acesso a outros bens materiais essenciais para sua sobrevivência (HAMILTON; CATTERALL, 2006a; 2006c).

Como agravado, a questão da escassez pecuniária revela feições ainda mais severas das privações individuais. A partir dos relatos dos entrevistados, foi possível observar que as dificuldades financeiras estiveram relacionadas, concomitantemente, a uma condição de insegurança alimentar, cujos indivíduos viram-se impedidos de acessar uma alimentação suficiente para manutenção de uma vida saudável e ativa. Em economias mercantis, o acesso diário aos alimentos requer dos indivíduos um certo nível de poder aquisitivo, cuja o não alcance a esse nível traduz-se em uma situação de insegurança alimentar (HOFFMANN, 1995). Nesse caso, condições para que sejam assegurados o básico na alimentação diária – como água, energia, gás e os próprios alimentos para consumo – tornam-se grandes dilemas no cotidiano de indivíduos em situação de pobreza e são refletidos constantemente em suas vivências. Tais condições de insegurança alimentar podem ser identificadas nos excertos a seguir:

“Não está do jeito que eu queria que tivesse. [...] Em termos financeiros, assim, bem melhor que dê para comprar as coisas. Por enquanto está dando para comprar só o necessário. E eu queria melhorar, assim, de colocar o ‘mais’ aqui dentro de casa” (Entrevista 6).

“[...] [Quando] falta uma fruta né? Aí vem um dinheirinho ali e a gente compra uma fruta. Aí, depois se acaba e não tem mais. Aí, vem a preocupação com o gás, com água, com luz para chegar o dia do dinheiro e a gente já ter para pagar, com medo de cortar” (Entrevista 11).

Nesse sentido, tais circunstâncias de insegurança alimentar refletem aspectos mais severos relacionadas à condição de pobreza. A partir da visão de Sen (2013), para além de uma situação monetária insuficiente, a questão da insegurança alimentar acomoda em si uma manifestação estrutural desse fenômeno, a qual reflete a escassez de oportunidades e capacidades dos indivíduos. Nesse caso, a insegurança alimentar relaciona-se a uma escassez pecuniária, a qual espelha um componente atinente à pobreza visível. Todavia, em seu cerne, a condição de insegurança revela um problema social, jurídico e econômico mais abrangente de nossas sociedades, cujo problema de rendimentos reflete a presença de obstáculos para os indivíduos exercerem de modo adequado suas capacidades e, assim, alcançarem renda para comprarem suas demandas cotidianas.

Não obstante, Hill e Sharma (2020) observam que as vulnerabilidades experienciadas pelos consumidores não se delimita apenas pela ausência de dinheiro ou produtos acessados por estes. As privações de recursos inter-relacionam-se ao nível de controle do indivíduo, ou seja, abalizam a capacidade das pessoas de atingirem certos resultados intencionais em suas decisões de compra (ADKINS, OZANNE, 2005; HILL; SHARMA, 2020;

ALKIRE, 2007). Nesse sentido, a ausência de recursos financeiros fora, por vezes, relatada pelos entrevistados como um inibidor para o alcance de seus objetivos de consumo:

“Assim, porque o meu dinheiro eu fazia o que queria, comprava o que queria, tinha o que queria. Aí eu não vou estar pedindo pra eles (filhos) [...] outro dinheiro fora o que eles já me ajudam né? Por causa que eu não tenho e eles (filhos) já tem a despesa deles” (Entrevista 9).

“Por exemplo, eu estava em casa, sem fazer nada, 6:00 horas da noite queria dormir, mais aí eu pensava: ‘ah, eu podia ir pra academia’. Mas não tinha dinheiro para pagar a academia. Então ficava em casa. Esse tipo de coisa: de querer fazer alguma coisa no meu tempo livre, mas qualquer coisa que você faz, você precisa pagar para fazer, e aí eu não tinha. Então eu ficava o tempo só querendo dormir” (Entrevista 5).

“Não tem mais o dinheiro para pagar as contas. Não tem mais dinheiro para comprar o que você gosta. [...] É ruim demais você não ter assim: ‘querer comprar uma coisa e não ter dinheiro pra comprar’” (Entrevista 10).

Desta forma, assim como observado por Alkire (2007), as restrições materiais e o nível agência geralmente movem-se juntos, de maneira que a escassez pecuniária priva os indivíduos de agirem segundo suas próprias necessidades e desejos. Todavia, é importante ressaltar que, além de um sentimento de perda de controle, a falta de recursos levava os consumidores a assumirem reações socioemocionais prejudiciais (HILL; STAMEY, 1990; HAMILTON; CATTERALL, 2005; CHAKRAVARTI, 2006; NARAYAN, 2002). Indispor de uma seguridade financeira ou mesmo um trabalho regular não possui impacto meramente material – de garantir maiores recursos alimentícios à família –, mas também psicológico e emocional (REGO; PINZANNI, 2014; SEN, 2013; BLOCKER et al., 2013). Quando questionados como a ausência de renda ou um emprego fixo afetava o seu bem-estar, os entrevistados indicavam:

“Afeta com certeza [...] Bicho, eu me sinto um inútil o dia todo. Não, muito pesado. Já faz um bom tempo que eu tenho tomado uns remédios controlados, e tal, antidepressivos. [...] Enfim, cada dia é um dia. Tem dia que a gente amanhece bem, tem dia que não. E afeta bastante meu psicológico. Eu sinto uma pressão muito grande de procurar qualquer coisa que apareça” (Entrevista 3).

“A gente fica triste, né? Porque a pessoa pelo menos trabalhando é uma coisa fixa. A gente sabe que vai ter aquele dinheirinho todo mês” (Entrevista 6).

“Ninguém fica satisfeito estando ‘liso’ não. Doido para arranjar um trabalho para mim” (Entrevista 10).

Assim como exposto na primeira parte da pesquisa, onde a ausência de um consumo adequado em questões de renda, alimentação e comida geravam uma redução no bem-estar do indivíduo (MARTIN; HILL, 2011), nesta segunda fase também foi observado os efeitos

prejudiciais da ausência de uma renda monetária regular. Reações emocionais adversas evidenciam a perversidade do fenômeno da pobreza aos consumidores, manifestando, além de questões puramente econômicas, uma sensação geral de “mal-estar” devido sua existência.

Logo, a presença de renda é um importante meio no qual os indivíduos, sobretudo em ambientes sociais com alto nível de restrição social, utilizam para satisfazer suas necessidades de consumo de primeira ordem, ter acesso a bens e serviços mais essenciais (HILL; MARTIN; CHAPLIN, 2012; HILL; GAINES, 2007). Além do atendimento a questões pessoais, o dinheiro possibilita também a construção de uma base material da autonomia, haja visto sua relevância para o atendimento de recursos de controle para o indivíduo (REGO; PINZANNI, 2014; ALKIRE, 2005; 2007).

Entretanto, a oportunidade dos consumidores em estado de pobreza de alcançarem maiores recursos para si defronta-se diante de forças e circunstâncias de ordem objetiva das quais não possuem controle (HILL; SHARMA, 2020; REGO; PINZANNI, 2014). Com base nos relatos dos entrevistados e a partir da abordagem das capacitações, observou-se que alguns obstáculos estruturais para que os informantes acessassem melhores condições de vida foram identificados. Nesse sentido, uma das limitações para os entrevistados alcançarem maiores níveis de recursos estava relacionado a dificuldade em estabelecer de modo adequado seus intitamentos⁵ econômicos, isto é, não ter recursos ou dotações para participar de relações de troca no mercado (SEN, 2013).

De acordo com Sen (2013), a principal forma das pessoas aumentarem seus intitamentos é a partir da venda de suas forças de trabalho, o qual, entre os entrevistados, variou para o nível educacional e qualificação profissional. Entretanto, boa parte dos sujeitos pesquisados encontravam-se em situação de desemprego quase crônico, com acesso irregular a renda derivante de um trabalho regular. As alternativas, neste caso, encontradas pelos entrevistados ou seus familiares para garantir uma renda para casa foram a procura de trabalhos em mercados paralelos, os quais diversificaram-se entre: realizar alguns “bicos” – trabalhos temporários com baixa remuneração –, como ajudante de servente, porteiro, lavanderia (por exemplo, entrevistados 10, 11 e 12); ou a partir da abertura de pequenos negócios, como a venda de dindins, mercearias, venda de salgados etc. (por exemplo, entrevistados 1, 3, 6 e 7).

⁵ Nesse ponto é necessário referenciar que o intitamento compreende não apenas recursos e dotações pessoais, mas é assumido por Sen (2013, p. 57) como o “conjunto de pacotes alternativos de bens que podem ser adquiridos mediante o uso de vários canais legais de aquisição facultados pelas pessoas”. Nesse sentido, Sen (1985), ao analisar o processo de fomes coletivas no século XX, aduz que os intitamentos refletem a forma como as pessoas usam seus ativos para adquirirem mercadorias e, para tanto, isso dependeria de determinadas dotações, como recursos produtivos, possibilidade de produção e relações de troca. A consecução de mais intitamento, portanto, possibilitaria ao indivíduo um aumento de bem-estar e ampliaria as suas liberdades individuais (SEN, 2013).

Identificar essas barreiras e entraves para que o indivíduo execute de modo adequado seu intitlamento é relevante, pois essas restrições representam, em si, privações estruturais sofridas pelos indivíduos (SEN, 2013). Desse modo, a partir da fala dos entrevistados foi possível identificar a inobservância de determinadas disposições sociais de oportunidades para que os indivíduos tenham a capacidade de viver livremente, a saber: i) a ausência de facilidades econômicas para encontrar emprego; ii) barreiras de educação; iii) barreiras de saúde.

De início, a ausência de facilidades econômicas foi descrita como uma dificuldade em acessar um emprego, haja visto que o desejo de trabalhar de modo regular foi uma das valorações mais manifestados pelos entrevistados. Por vezes, essa dificuldade expressara-se através de metáforas, as quais sintetizam os estados dos indivíduos de estar sem emprego na sociedade: “a gente fica a ver navios” (Entrevista 2) ou como um “peixe fora d’água” (Entrevista 10). Do mesmo modo, a luta para conseguir um trabalho remunerado fora retratado em algumas ocasiões como algo frustrante:

“A procura de trabalho ela está meio, assim, escassa. Aí você agenda um SINE da vida, é basicamente perca de tempo, pois as coisas estão muito difíceis” (Entrevista 2).

“A gente procura [emprego] e aí não tem o que a gente é capaz de fazer. No momento não tem. Aí fica difícil. Tem muito aí no SINE para negócio de engenheiro civil e não sei o que mais. Mas, para minha categoria não tem, não” (Entrevista 10).

A partir das assertivas expostas anteriormente, evidencia-se que a ausência de disposições de oportunidades nas sociedades limita a participação efetiva dos sujeitos em atividades econômicas. De acordo com Sen (2013), a ausência de garantias sociais, como a privação de oportunidades sociais para os indivíduos exercerem seus intitlamentos, gera privações de ordem econômica, o qual reforça ainda mais as desigualdades socioeconômicas, assim como promove a criação de mercados paralelos para busca de empregos (DAVIS, 2015). Do mesmo modo, a ausência de facilidades para que os indivíduos exerçam seus intitlamentos não só restringe os seus ganhos monetários, como também limita sua liberdade substantiva de o indivíduo viver uma vida melhor (SEN, 2013).

Em seguida, outro aspecto latente de deficiências estruturais enfrentadas pelos indivíduos fora a falta de qualificação, haja visto o baixo nível de escolaridade relatado pelos entrevistados. Embora seja reconhecido os ganhos econômicos da educação bem como de sua relação com o nível de agência (SEN, 2013), o espaço de escolha dos indivíduos perante as privações econômicas manifestadas, entretanto, não são tão fáceis para estes. Restrições

materiais são um forte revés para a educação, de modo que a garantia da sobrevivência assume a prioridade sobre qualquer outro compromisso (REGO; PINZANI, 2014; BANERJEE; DUFLO, 2012). Nesse caso, fora comum ouvir relatos dos entrevistados acerca do abandono de seus estudos em busca de auferir renda para melhorar seus estados de vida:

“E tempo para estudar eu não tive. Eu tive que escolher: ou eu trabalhava ou eu estudava. Não era tão fácil como é hoje, né? Era mais difícil. Faculdades eram mais difíceis. Vestibulares eram mais difíceis. E também nem tentei. Terminei o terceiro ano entre trancos e barrancos, né? Porque às vezes eu trabalhava fazendo hora extras, para ganhar um dinheirinho a mais. Aí não ia para aula, porque tinha que trabalhar até mais tarde” (Entrevista 7).

“Eu estava sofrendo muita pressão dentro de casa, está ligado? Tipo, o trabalho da minha mãe já estava tendo uns probleminhas, estava dando umas oscilações entre as vendas e o que eles estão conseguindo arrecadar, etcetera. Aí minha mãe começou a me pressionar para eu trabalhar, né? Ela não botava muita fé no meu curso e eu também não tinha conseguido nenhuma bolsa até o momento, aí ela começou a me pressionar para eu trabalhar. Aí eu me chateei e simplesmente larguei o curso, não tranquei nem nada, e comecei a trabalhar” (Entrevista 3).

“Eu não terminei nem a oitava série, porque cedo eu tive que sair de casa para trabalhar para ajudar minha família. Porque eu tenho 10 irmãos comigo, e a gente morava no interior. As coisas lá era tudo muito difícil e eu vim [para Fortaleza] para ajudar minha família” (Entrevista 4).

Apesar da escolha entre estudar e trabalhar seja penosa, essa relação de *trade-off*, por sua vez, costuma criar condições para a existência de uma “armadilha de pobreza” (BANERJEE; DUFLO, 2012; MULLAINATHAN; ELDAR, 2016). Embora o retorno financeiro do trabalho imediato compense desproporcionalmente as demais opções de escolhas no presente, a ausência de qualificação, todavia, terá impactos futuros significativos, pois a capacidade dos indivíduos de exercerem seus intitamentos econômicos de forma adequada tornar-se-ão mais esparsas e mais difíceis (BANERJEE; DUFLO, 2007; 2012).

Por último, a questão da saúde foi uma das razões evocadas pelos consumidores para explicar sua retirada do mercado de trabalho. A partir da abordagem as capacitações, é relevante notar que um estado de morbidez é referido por Sen (2013, p. 121) como uma redução no papel ativo desempenhado pelo indivíduo, de modo que isto produz uma condição de “pobreza real”, isto é, reduzir as capacidades reais dos sujeitos e não apenas no espaço de suas rendas. Esse caso relaciona-se à história do Entrevistado 8, o qual viu-se impedido de continuar a ocupação de padeiro como desejava em decorrência de um acidente no local trabalho:

“Eu parei [de trabalhar] porque eu tinha levado uma queda na panificadora quando estava fazendo limpeza no final de semana. Aí eu caí, aí afetou meu fêmur. Aí eu fui internado, né, na Santa Casa. Aí teve que fazer uma cirurgia né, mas não deu, porque

eu estava muito fraco, né? [...]Aí me médico recomendou assim: ‘você não vai poder mais trabalhar não, vai ter que recorrer ao INSS’” (Entrevista 8).

Não obstante o infortúnio ter-lhe retirado a capacidade de trabalhar, esse evento não lhe gerou privações econômicas mais agudas devido o benefício da seguridade social que lhe permitiu o acesso a uma aposentadoria com direito a um salário-mínimo. Entretanto, essas mesmas garantias sociais não foram obtidas por outros entrevistados que, de modo similar, perderam seus principais intitamentos econômicos inesperadamente e de modo súbito em decorrência de problemas de saúde:

“Eu não posso trabalhar fora devido uns problemas de saúde. Porque eu fazia faxina e apareceu um nódulo na minha mama. E eu não pude mais trabalhar fora. Até mesmo os trabalhos de casa é fazendo, mas com um pouco de dificuldade. Depois que eu fiz essa cirurgia eu sinto muitas dores. Eu não fui mais a mesma depois dessa cirurgia” (Entrevista 6).

“[...] Antes eu já tinha parado já de trabalhar. Mas, depois da doença [Covid-19], aí meus filhos acharam que eu não precisava mais trabalhar [...] aí eles disseram: “não precisa mais a senhora está trabalhando. Se quiete em casa que é melhor”. Aí eu fiz o que eles pediram, né?” (Entrevista 9)

À vista deste último caso da Entrevistada 9, é importante ressaltar, em virtude do contexto ao qual o estudo foi realizado, o fato de a pandemia de Covid-19 ter sido um dado informacional usualmente relatado pelos entrevistados. Com intuito de saber como esse choque macrossocial afetou suas vidas e as dificuldades enfrentadas no dia a dia, a resposta dos entrevistados, de modo inesperado, foi de que o evento desencadeado pelo Covid-19 pouco afetou o contexto das oportunidades que já eram escassas para si.

“Não, filho, não. Não alterou não. Não alterou muita coisa não [a minha condição]. Na pandemia só o que me prejudicou sabe o que foi? Foi porque eu tive que me preparar para isso sem eu ter condições financeiras de arcar” (Entrevista 1)

“Assim, na época da pandemia eu parei de procurar, sabe? Porque eu estava morando com a minha mãe ainda, eu estava com medo do vírus no começo. Mas, eu acho que, nos últimos meses que eu tenho procurado mais, mas, assim, antes eu não tinha conseguido emprego e até agora eu não consegui também. Então, aparentemente não mudou nada. As ofertas aparentemente estão as mesmas. Talvez estatisticamente não, mas assim pelo menos visualmente, né?” (Entrevista 3).

A pesar de Viswanathan et al. (2020) observarem que choques macrossociais como crises pandêmicas aumentam sobremaneira a vulnerabilidade de uma sociedade como um todo, o relato dos entrevistados, no entanto, atenta ao fato de a pandemia, de modo global, pouco alterar os riscos e os problemas já enfrentados nos seus cotidianos. De acordo com Banerjee e

Duflo (2012, p. 179), consumidores em estado de pobreza possuem a “impressão de viverem a cada ano uma grande crise financeira”, pois enfrentam em seu cotidiano problemas aos quais já estão acostumados, como a escassez de oportunidades para exercerem seus intitamentos econômicos e a dificuldade em auferir rendas.

Todavia, há de se ressaltar que o espaço de análise aqui implementado acerca da pandemia foca-se sobre as reais oportunidades individuais de alcançar alguma renda monetária, não se desviando a uma análise centrada apenas ao espaço das rendas individuais. Apesar disso, a maioria dos entrevistados relataram ter obtido acesso durante a pandemia a um auxílio emergencial garantido a partir da Lei 13.979/2020, cujos valores recebidos variaram entre R\$ 300,00 e R\$ 1.200,00 (BRASIL, 2020). Porventura, a garantia do auxílio possibilitou, de acordo com os entrevistados, adquirir um potencial para compras de alimentos e outras necessidades básicas durante a pandemia, o qual certamente não seriam obtidos sem a sua existência.

No entanto, apesar de o auxílio emergencial ter reduzido o espaço das desigualdades econômicas ao menor índice já registrado (c.f. DUQUE, 2020), Sen (2013) atenta a este fato como forma de entender o contraste entre a diferença da perspectiva da renda e da capacidade no contexto de avaliação das desigualdades. Embora as privações econômicas tenham sido aliviadas durante a pandemia, as desigualdades de oportunidades sociais observadas pelos indivíduos não foram decorrentes de um evento situacional como o caso da pandemia. Para além de um evento contingencial, as privações sentidas na pobreza advêm de problemas sistêmicos de longo prazo (FARREL; HILL, 2018), de maneira que choques macrossociais como estes pouco agravam suas árduas condições (BANERJEE; DUFLO, 2012).

Mesmo assim, eventos situacionais ainda continuam sendo relevantes para o cômputo das vulnerabilidades de consumidores em estado de pobreza (BAKER; GENTRY; RITTENBURG, 2005). Como exemplo, o problema do processo inflacionário dos alimentos foi uma das dificuldades mais destacadas nas narrativas dos consumidores, cujo efeito evidenciou uma privação percebida na sobrevivência de curto prazo dos sujeitos:

“É que a gente vai comprar as coisas e tudo é caro. A gente compra um quilo de arroz por cinco reais e trinta centavos, que a gente não comprava, né? Tudo isso é uma dificuldade a mais. Porque a gente tem que ralar para conseguir as coisas, né?” (risos) (Entrevista 9).

“Com certeza. Você nem imagina. Eu estou me segurando, porque eu sou perseverante mesmo. Mas, todo comerciante que trabalha com comida, eu quero que você veja, eles não tão conseguindo segurar a onda não (dos preços). Está muito difícil [...] o custo de vida assim para trabalho está meio complicado, está difícil” (Entrevista 1).

“Rapaz, a gente não quer aceitar não (o aumento dos preços), mas é difícil, né? Tem que aceitar” (Entrevista 6).

De acordo com Sen (2013), processos inflacionários como estes afetam sobremaneira os intitamentos dos consumidores, pois reduzem as condições de troca no mercado, isto é, a capacidade de comprar e vender bens a um determinado nível de preços. Nesse caso, a sobrevivência dos consumidores a curto prazo é sustentada pelo equilíbrio do preço de troca, de modo que consumidores empobrecidos são mais vulneráveis a uma elevação acentuada destes preços. Além disso, esse fenômeno inflacionário realça um efeito restritivo particular aos consumidores empobrecidos, pois, assim como aduzido por Narayan (2002), essas circunstâncias criam uma privação de poder já que a sua capacidade de realizar compras fica cada vez mais limitada.

Portanto, através desses relatos, é possível observar que os consumidores em estado de pobreza enfrentam várias restrições de recursos e de controle no seu dia a dia. Ao invés de um fator contingente ou singular, os estados das vulnerabilidades experienciadas pelos entrevistados apresentam diversas nuances e inter-relacionam-se aos diversos níveis de recursos e de controle alcançados aos indivíduos (HILL; SHARMA, 2020).

Assim como apresentado na primeira etapa, a presença de restrições de consumo e de um consumo inadequado, ao passo que reduzem as experiências de satisfação com a vida e de suas necessidades (MARTIN; HILL, 2011), são orientações complementares às medições tradicionais baseadas apenas em privações de renda (FARREL; HILL, 2018; PEREDO; MONTGOMERY; MCLEAN 2018). Para além de um fenômeno restritivo de acesso a bens desejados, as privações tolgem as capacidades dos indivíduos de buscarem, sobretudo, os objetos e os estilos de vida dotados de valor para si (SEN, 1985).

Dessa maneira, enquanto houver necessidades intrínsecas aos sujeitos a serem satisfeitas, não há, de modo efetivo, liberdades substantivas para se ter acesso uma vida digna (NAUSBAUM, 2001; SEN, 2013). Nesse caso, a vulnerabilidade, desde sua esfera global, não decorre apenas da escassez pecuniária momentânea; tampouco de seu inter-relacionamento com a ausência de controle para os indivíduos exercerem seus funcionamentos no mercado. Muito além disso, a vulnerabilidade emerge de condições estruturais recrudescedoras que minam constantemente a capacidade dos indivíduos de exercerem suas liberdades e suas condições de agência de forma plena.

5.2 Sonhos de Consumo e Valorações

Ao passo que a compreensão das privações sentidas tem a possibilidade de imergir ao conjunto de privações sociomateriais experienciadas pelos indivíduos, um exercício de autoavaliação das condições vivenciadas requer, por extensão, a compreensão do indivíduo acerca de seus padrões de vida almejados. Muito além de criar um quadro referencial de ordenação das preferências de consumo e de desejos pessoais, essa autoavaliação busca acessar as valorações, isto é, o conjunto de “ser-fazer-ter” valorizados pelos indivíduos (SEN, 1999; 1988; MAGALHÃES et al., 2011).

Assegurar essa questão valorativa é fundamental para um exercício avaliatório acerca dos padrões de vida dos indivíduos, pois seu mérito consiste, além de auscultar a importância do agente na sua própria avaliação, evita questões de um julgamento implícito, como assumidas por teorias utilitaristas (SEN, 2013). De acordo com Sen (1985), uma análise que se concentra apenas na condição de bem-estar do indivíduo – aduzindo a maximização da utilidade através da realização dos desejos pessoais – pode ser particularmente restritiva principalmente em investigações que possuem foco em indivíduos em situação de desvantagem social. Isto, pois, o bem-estar pode ser facilmente influenciado por condicionamentos mentais e atitudes adaptativas, de modo que os desejos pessoais se ajustam às circunstâncias sociomateriais experienciados pelos sujeitos, sobretudo como forma de tornar a vida, diante das situações adversas sofridas, mais suportável (SEN, 1988; KERSTENETZKY, 2000; MAGALHÃES et al., 2011).

De fato, a partir da análise dos relatos dos entrevistados evidenciou-se que o escopo dos desejos de consumo pessoais se encontra circunscritos às necessidades básicas do indivíduo para a manutenção de sua vida diária, como questões de moradia e melhoria do padrão de vida. Nesse aspecto, os relatos a seguir demonstram os principais sonhos de consumo dos entrevistados:

“[...] Eu não sou muito sonhadora não, sabe? Mas, ultimamente, eu queria ter minha casinha ajeitada, porque, olha, eu não tenho uma televisão [...] que está com oito dias que quebrou, é uma de 14 polegadas de tubo. Minha casa está toda desbocada, eu queria assim... Meu sonho era pegar um dinheiro bem bom e dar uma rebocada bem bonita. Meu sonho é ver minha casa ajeitada” (Entrevista 1).

“Meus sonhos são tão poucos. Eu tenho o sonho de melhorar minha casa, que está com os caíbo tudo ‘coisado’, as paredes caíndo. Tenho o sonho de ter uma máquina para poder costurar [...]. E é só isso mesmo” (Entrevista 11).

“Uma das coisas também que eu quero muito é ter minha casinha ajeitada, por enquanto assim que a gente não está tendo condição. Eu queria muito ajeitar minha casinha. Dar o melhor par o meu filho. Dar assim uma roupinha melhor (para o filho)” (Entrevista 6).

Cabe ressaltar que compreender de antemão essa distinção em contextos de escassez sociomateriais é particularmente pertinente, pois esses achados acerca da limitação das preferências de consumo dos sujeitos contrastam com a concepção hegemônica de pesquisas realizadas em sociedades mais afluentes – cujo conjunto de bens e serviços básicos para manutenção da vida encontram-se mais universalizados (YURDAKUL; ATIK; DHOLAKIA, 2017; HILL, 2002; 2005). De acordo com Hill (2002) e Hill e Gaines (2007), em virtude da cultura de consumo encontrar-se vigente em toda a sociedade, as aspirações e padrões de consumo refletir-se-iam de modo homogêneo entre as distintas classes sociais, sugerindo que as necessidades materiais são uniformes e independem da condição socioeconômica.

Entretanto, é relevante notar que, apesar da condição de agência, os desejos de consumo manifestados pelos consumidores encontram-se alienados ao tangível e ao material presente em seu cotidiano, não sendo exposto aspirações de consumo de segunda ordem. A despeito disso, Sen (1988) aduz que ambientes sociais com elevados níveis de privações podem comprometer sobremaneira as expectativas futuras e os desejos das pessoas, de modo que estes renunciam aos seus sonhos em favor daquilo que consideram mais exequível, como, por exemplo, evocados nas sentenças acerca de “ter a casa ajeitada”.

Com efeito, e de modo não incomum, foi recorrente nas falas de alguns entrevistados expressarem um nível de contentamento acerca de suas condições de vida, embora, e ao mesmo tempo, relatarem um descontentamento geral acerca de suas privações sofridas: “a gente é pobre, mas vive bem, Graças a Deus” (Entrevista 11); “Agora avalio boa [minha situação], graças a Deus! [...] Não fico, assim, aperreada com nada, Graças a Deus!” (Entrevista 9); “Aquela história: não vou dizer que estou 100%, mas tenho do que reclamar não” (Entrevista 12).

Desse modo, utilizar como padrão de avaliação de bem-estar apenas pela satisfação dos desejos materiais pode emudecer as vozes dos sujeitos em circunstância de pobreza, pois o uso de uma “medida mental do prazer ou do desejo é maleável demais para constituir-se como um guia confiável para compreender o bem-estar de pessoas em situação de desvantagem ou de privação social” (SEN, 2013, p. 89). Nesse interim, a alternativa empregada para evitar uma “métrica interpessoal da satisfação dos desejos” (SEN, 1985, p. 191) para julgar o bem-estar dos sujeitos foi a compreensão das valorações pessoais, ou seja, os tipos de vida almejados pelos indivíduos caso não estivessem submetidos às circunstâncias restritivas de consumo, o qual nasce a partir um processo reflexivo da compreensão dos padrões de vida almejados (MAGALHÃES et al., 2011).

Assim sendo, a partir da análise dos relatos das entrevistas observa-se que o fim último valorizado nas falas dos entrevistados é o sonho de alcançar uma “vida melhor”, a qual muitas vezes estão relacionados às supressões das dificuldades e privações enfrentadas em seu dia a dia, como por exemplo uma vida com condições financeiras mais favoráveis: “Meu sonho é me aposentar [...] ter todos os meses o meu dinheiro” (Entrevista 9); “Eu não queria ser muito rico não, queria só ter dinheiro pra viver a vida. Um dinheirinho para viver desesquecido” (Entrevista 10); “No curto prazo, [meu sonho] seria conseguir vencer essa barreira do desemprego e, se não um concurso público, pelo menos ingressar no mercado privado” (Entrevista 2).

Embora seja relevante notar que o recebimento de uma renda monetária regular é compreendido como um meio de acessar uma “vida melhor” ou que traga uma maior tranquilidade às pessoas no curto prazo (REGO; PINZANNI, 2014), é, entretanto, importante destacar que as respostas dos entrevistados não se limitam apenas ao “ter” enquanto forma de vida almejada (KERSTENETZKY, 2000; MAGALHÃES et al., 2011). Ao contrário, o matiz conceitual da representação de uma “vida melhor” revela que conquistas econômicas não correspondem de modo cabal o referencial ansiado pelos indivíduos.

As valorações individuais para o alcance de uma qualidade de vida desejada acompanham, concomitantemente e de modo intrínseco, a realização plena de funcionamentos valiosos para as pessoas (SEN, 1985; 1988). Haja visto que condições de vida representam, de certo modo, estados de existência, o conteúdo da fala dos entrevistados ressalta o papel valorativo do conjunto de funcionamentos (“ser” e “fazer”) essenciais para uma “vida melhor”:

“Eu não sou muito ganancioso. Para minha vida mesmo eu espero muito mais uma conquista pessoal familiar, e tal, do que uma conquista financeira: ter emprego muito bom, ter estabilidade financeira. Eu prefiro mil vezes ter um cantinho de boas com minha esposa e meu filho, e tal. Poder dar a oportunidade para ele como tive oportunidade” (Entrevista 3)

“Uma vida perfeita não é só você ter o do bom e do melhor não. É você ter sua saúde, porque você tendo saúde você tem força e vigor para trabalhar” (Entrevista 6).

“Primeiro a saúde e depois ter o que fazer na vida. [...] Porque sem a saúde você não consegue fazer nada não. [...] E, o segundo, sem ter o que fazer você não tem dinheiro para fazer o que você gosta” (Entrevista 10).

“Viver bem é isso: com saúde, com paz e que nunca Deus deixe de faltar alimento e nem dinheiro pra pagar minhas contas” (Entrevista 12)

Nesse caso, as falas dos entrevistados não ressaltam apenas um processo valorativo de escolha de itens ou bens valorizados, mas refletem o conjunto de funcionamentos para

execução de seu nível de agência como forma de alcançar uma realização pessoal ou uma vida mais digna. À vista disso, os relatos vão ao encontro da concepção da abordagem das capacitações (SEN, 1985; 1999), no qual não se valoriza um tipo específico de vida, mas sim a oportunidade e a capacidade de escolher entre os tipos de vida diferentes a partir do conjunto capacitário “ser-fazer-ter”.

Para os entrevistados, a saúde enquanto uma qualidade do “ser”, apresentando-se como uma condição essencial para garantir sua condição de agência e alcançar os fins que possuem razão de buscar. Ao passo que a saúde é algo valorizado intrinsecamente pelos indivíduos, é importante notar que em virtude das condições pandêmicas a demanda por saúde também pode ser entendida por uma condição instrumental inerente a sua demanda. Esse aspecto pode ser melhor compreendido pelo modelo desenvolvido por Grossman (1972), cujo autor ressalta que o desejo por saúde não se apresenta apenas enquanto um bem necessário, mas algo demandando em virtude de suas consequências positivas oferecidas aos indivíduos.

Nesse sentido, o realce destacado à saúde pelos sujeitos ressalta os diversos benéficos de sua existência para estes. Apesar da condição imanente de sua natureza, a saúde é algo valorizado e requerido pelos consumidores por expressar a manutenção de sua condição de agência. De igual modo, a saúde traz benefícios funcionais que permitem aos sujeitos garantirem maior bem-estar para participarem do mercado de trabalho ou de atividades de lazer, por exemplo. Sobre essa última perspectiva, a realização do “ser” – em plena forma física e mental – abre a possibilidade para realização do “fazer”, isto é, efetuar a condição de agência, vinculada à ideia de trabalhar ou algo que proporcione uma renda fixa. Em decorrência do atendimento desses estados, há a abertura para o indivíduo lograr o “ter”, manifestado através de ter uma condição financeira e material mais confortável para, assim, conquistar uma “vida melhor”.

Logo, o “ter” representa apenas uma dimensão do bem-estar perquirido por consumidores pobres, sendo um dos sustentáculos ao qual se assenta o conjunto capacitário humano (SEN, 1985; 1999; KERSTENETZKY, 2000; MAGALHÃES et al., 2011). A satisfação das necessidades para se ter acesso a uma “vida normal” (BAUMAN, 2005) são bastante díspares entre as sociedades, sobretudo a partir da ótica fornecida pela abordagem das capacitações (RAVALLION, 1994; SEN, 1983; 1988). Enquanto em sociedades mais afluentes os consumidores em estado de pobreza buscam realizar o funcionamento de pertencimento à sociedade de consumo (e.g. YURDAKUL; ATIK; DHOLAKIA, 2017; HILL; GAINES, 2007), as necessidades buscadas em sociedades com elevados níveis de restrições sociais são baseadas no alcance de bens que garantam o pleno funcionamento de capacidades básicas para o

exercício de sua condição de agente, como estar saudável, ter um emprego e alimentar-se (NUSBAUM, 2001; SEN, 1985; REGO, PINZANI, 2014).

5.3 Estratégias de Enfrentamento à Pobreza

Na presença de condições de escassez sociomateriais, assim como de circunstâncias decorrentes do impacto econômico da crise de saúde global em curso com o novo coronavírus (COVID-19), os consumidores buscam formas de resistir ou enfrentar as privações sentidas em seu cotidiano. Como Blocker et al. (2013) ressaltam, estudos acerca das estratégias de consumo na pobreza são primordiais, pois possibilitam compreender como consumidores com reduzidos níveis de recursos e de controle conseguem lidar com suas adversidades. Logo, a adoção de mecanismos que os salvagam nessas situações pode ser verificada a partir de estratégias de cunho emocional ou comportamental, cujo objetivo volta-se, sobretudo, à administração ao alívio e estresse e à garantia de uma melhor situação socioeconômica.

Ademais, é importante ressaltar que a orientação das estratégias de enfrentamento, haja visto que são entendidas como formas de melhoria dos quadros de vida dos consumidores, não se referem apenas a um escopo utilitário de satisfação dos desejos pessoais (LAZARUS; FOLKMAN, 1984). Enquanto uma atitude reflexiva do indivíduo, as atitudes individuais procuram um fim último de uma “vida melhor”, embora haja percalços cotidianos que limitam sobremaneira a capacidade dos indivíduos de escolherem a vida que valorizam, como a ausência de oportunidades de ter um emprego, baixa escolaridade, entre outros.

Assim, a análise das estratégias individuais a partir do aporte teórico da abordagem das capacitações demonstra-se relevante, pois a realização destas esteve de modo intrínseco relacionado às capacidades dos indivíduos (SEN; 1988; 1999; MURRAY; ALI, 2017). Do mesmo modo, o entendimento acerca das valorações mostra-se útil para compreensão das estratégias dos indivíduos. Muito além de uma garantia de estados de sobrevivência, as estratégias são entendidas como estados de ações (“fazer”), o que representa ser demonstrações da capacidade do indivíduo em agir em prol de seus objetivos (SEN, 1985; 1988). Enquanto atitudes valorizadas e almeçadas pelos indivíduos, as estratégias possuem, portanto, um papel relevante acerca da manifestação do exercício da condição de agência pelo indivíduo (MURRAY; ALI, 2017), o que exterioriza uma forma de bem-estar do indivíduo (VITA, 1999). Logo, as seções a seguir buscam refletir os modos pelos quais os indivíduos lidam com as dificuldades e privações no dia a dia.

5.3.1 Estratégias Emocionais

Assim como discutido por Folkman e Lazarus (1980), as estratégias de enfrentamento focadas na emoção são mecanismos cognitivos adotados pelos indivíduos como forma de reduzirem seu nível de estresse decorrente das vulnerabilidades percebidas. À vista de um sentimento de desesperança acerca de suas perspectivas futuras, os indivíduos voltam-se à religião e recorrem a comparações sociais em busca de alívio para os seus estresses cotidianos. O objetivo sumário dessas estratégias é a geração de uma explicação para seus estados de existência, criando uma autoaceitação e autoconsolo aos indivíduos acerca da perpetuação de seus estados de existência (HILL; STEPHENS, 1997; HILL; SHARMA, 2020).

5.3.1.1 *Religião*

A religião e a espiritualidade desempenham na vida dos entrevistados um papel fundamental para sustentação de suas lutas diárias. Frente as privações sentidas, os entrevistados buscaram lidar com as situações estressoras por meio de crenças religiosas, as quais lhes providenciavam um entendimento acerca de suas circunstâncias a partir de um conforto psicológico e emocional (SILVA et al., 2016; YURDAKUL; ATIK, 2016). Ao refletirem sobre essas circunstâncias, os informantes relataram acerca de como a religião lhes ajuda no dia a dia:

“Para mim é ótimo [a religião]. É de onde eu tiro forças, sabe? Para mim é bom demais. Me sinto bem.” (Entrevista 4).

“Eu falo com aquele homem lá de cima. Mesmo eu estando doente, eu não sei ficar deitada. Às vezes o corpo pede. O nosso corpo pede, né? [...] Mas eu tiro assim uns 20 minutos e me deito, antes de eu sair [para trabalhar]. Porque meu corpo pede. Então, ali eu estou pedindo a Deus, que me dê forças, que me dê saúde e eu agradeço esse meu jeito de ser” (Entrevista 7).

Ademais, é interessante notar que a religião não traz apenas um conforto emocional e um sentimento de bem-estar aos indivíduos, mas traduz, conjuntamente, o grau de controle expressado pelos indivíduos acerca do que acontece de bom e de ruim em suas vidas. A identificação de que certos eventos na vida estão orientados pelos desígnios de uma força divina pode ser entendido como uma forma de *locus de controle*, ou seja, o grau de entendimento dos indivíduos acerca de sua capacidade em controlar os eventos que os afetam (KARANIKI; HOOG, 2016). De modo semelhante aos achados de Karanika e Hoog (2016), o envolvimento

dos sujeitos em crenças religiosas pode ser entendido como uma forma de lócus de controle externo, pois, ao gerar explicações sobre como seus cotidianos se organizam de modo independente de suas ações, ressalta a incapacidade dos sujeitos em controlar certas situações em seus cotidianos de escassez.

Essa percepção de controle é particularmente relevante, pois é determinante ao conjunto de respostas dos indivíduos. A expectativa de que nada se pode fazer para evitar as consequências de suas condições os tornam mais condescendentes com suas realidades de escassez. Nesse sentido, a orientação religiosa dos indivíduos é utilizada enquanto uma forma de explicação para seu cotidiano, ajudando os informantes a preservarem seus estados de agência de modo continuarem exercendo seus funcionamentos. Assim, para lidar com o sentimento de desordem os entrevistados projetavam em suas orações estímulos para criar uma motivação interna para enfrentarem suas experiências difíceis.

Apesar da sensação de ordem e controle proporcionado pelas suas crenças religiosas, há de se ressaltar, por sua vez, que as narrativas dos entrevistados paralelamente trouxeram consigo a visão da religião como um apoio alienante, na qual esta é vista pelos sujeitos como a única forma de “salvação” para o enfrentamento de suas circunstâncias (SILVA et al., 2016). Nesse sentido, a falta de controle geral sobre seus contextos de vida leva o discurso religioso a coadunar-se, por vezes, em crenças fatalistas, a partir da conformação de seus estados de existência.

“A minha fé está firme no Senhor. Então, assim, quando falta uma coisa eu não me preocupo, porque eu confio e sei que, Deus, ele dá o escape. Muitas vezes não precisa nem a gente pedir, por meio da fé o Senhor já providencia o que está em falta” (Entrevista 6).

“Eu vivo o hoje. Claro que a gente sempre tenta ter uma vida melhor. Eu queria, né? Mas, Deus não me deu e eu sou conformada com isso. Já me disseram que eu me conformo com o pouco e eu dou é graças à Deus” (Entrevista 7).

“Eu não tenho muito do que me queixar [da minha condição financeira]. Umas horas me dá umas fraquezas, mas eu digo: ‘Senhor, eu não posso fraquejar. É passageiro, vai passar. Você vai mandar [ajuda]’” (Entrevista 12)

Essas declarações revelam a religião enquanto uma forma de internalização das condições de pobreza, isto é, de aceitação passiva das circunstâncias de escassez sociomaterias (YURDAKUL; ATIK, 2016). Todavia, apesar do contexto de resignação – aceitação das circunstâncias e não se rebelar diante dessas dificuldades –, a religião configura-se enquanto um “escape” para resolução de seus problemas, a qual lhes proporcionam uma sensação temporária de alívio (KARANIKI; HOGG, 2016; REGO; PINZANI, 2014). Como observado

por Yardakul e Atik (2016), a religião ajuda os indivíduos a pacificarem as tensões entre suas realidades de escassez sociomateriais e os seus sonhos de vida.

Dessa maneira, voltar-se à religião caracteriza uma forma de enfrentamento focada na emoção, pois apresenta uma perspectiva de perseverança e de resignação como resposta dos indivíduos aos eventos estressantes presentes em seu cotidiano. Por um lado, a religião ajuda os consumidores a enfrentarem as circunstâncias de pobreza ao promover empoderamento e condição de agência para os sujeitos enfrentarem suas experiências difíceis (KARANIKA; HOGG, 2016; YURDAKUL; ATIK, 2016). Por outro, a aceitação fatalista de sua sina, a partir de um estado de contentamento com a existência, reflete o escapismo proporcionado pela religião, a qual os ajudam a preservar recursos psicológicos e tornarem seus estados de existência aceitáveis (SILVA et al., 2016; REGO; PINZANI, 2014).

5.3.1.2 Comparação social

Outra forma empregada pelos informantes para sentirem-se confortáveis acerca de suas circunstâncias são as realizações de comparações com outros indivíduos para avaliação de suas condições de vida. Como forma de reduzir os sentimentos de insatisfação de suas circunstâncias, os informantes buscaram comparar seus estilos de vida com pessoas em escalas sociais mais baixas ou com dificuldades financeiras mais graves que suas situações (HILL; STEPHENS, 1997; HILL, 1991; HAMILTON; CATTERALL, 2008). Esse fenômeno comparativo pode ser identificado nas seguintes citações:

“Imagine assim: nós ainda temos aqui um pedaço de pão, um arrozinho para comer. Tem muita gente aí que não tem nem isso. Vive mesmo porque Deus quer. [...] Na frente deles aí a gente é rico. Na frente desse pessoal aí nós somos ricos” (Entrevista 10).

“Rapaz quando eu olho para isso [para favela] eu digo assim: ‘Senhor, eu estou é na benção’. Porque, graças a Deus, em meio a essa dificuldade, todo dia a gente tem o que comer aqui. Você acredita? Que essa situação difícil de a gente não está trabalhando, mas todo dia a gente tem nosso alimento. Então assim, para mim eu estou é bem na frente de pessoas que lá [na favela] eu vejo que não têm” (Entrevista 6).

De acordo com Castilhos (2007), o processo de comparação social ocorre de maneira perene à vida dos consumidores pobres, os quais, a partir desse processo, refletem uma visão de mundo hierárquica, à semelhança da organização da sociedade brasileira. Em contrapartida a Hill, Martin e Chaplin (2012), os quais afirmam que essa estratégia de comparação descendentes estaria restrita apenas a consumidores mais abastados, as descobertas

da pesquisa evidenciam que os consumidores em estado de pobreza também se envolvem em comparações descendentes (KARANIKA; HOGG, 2016; CASTILHOS, 2007). Esse processo comparativo torna-se notável, pois a identificação de grupos de referência aquém dos padrões dignos considerados pelos informantes possibilita reconhecer a existência de estados relativos de pobreza, onde um mesmo ambiente de escassez sociomaterial produz a origem de vários níveis de pobreza distintos (NARAYAN, 2002; CASTILHOS, 2007).

Entretanto, ao passo que a Castilhos (2007) sugere que o processo de comparação e distinção social decorre do acúmulo de capital social ou econômico, é necessário ressaltar que os componentes comparativos utilizados pelos indivíduos não se configuram acerca apenas do acúmulo de capital, mas, sobretudo, relacionados ao nível de realização da condição de agência. A partir da visão de Sen (1988), identificou-se que a capacidade de executar os seus funcionamentos básicos – como a capacidade de alimentar-se ou ter uma moradia – foram os parâmetros utilizados pelos informantes como forma de avaliarem suas condições frente a grupos sociais identificados em piores estados.

Do mesmo modo, importa saber que o engajamento dos indivíduos em tais comparações revelaram-se não como atitudes ameaçadoras aos indivíduos (HILL; 1991; HILL; STEPHENS, 1997), mas sim enquanto atitudes compassivas, cujos seus esforços comparativos buscavam facilitar um autoconsolo (KARANIKA; HOGG, 2016). A realização de comparação descendentes, como assinalado por Hill, Martin e Chaplin (2012), são estratégias adotadas pelos indivíduos como forma de manutenção seu nível de bem-estar, controle e autodeterminação. Assim sendo, o conhecimento de que existem pessoas em dificuldades financeiras mais graves e de que existem outras mais abaixo na escala social é usado de modo a promover uma autoaceitação de seu reduzido nível de consumo ou da valorização de sua condição de agência (HAMILTON; CATTERALL, 2005). A adoção dessas atitudes pode ser identificada nas falas dos entrevistados 6 e 12.

“Às vezes, tipo, quando meu filho reclama: ‘ah, mãe, é isso aqui para comer?’. Aí eu olho para ele e digo assim: ‘olha, tem criança que não tem nem o que comer, está comendo uma comidinha do lixo’. Aí vai e dói na consciência dele. Aí ele para e aceita aquilo ali” (Entrevista 6).

“[...] A gente se reclama né, mas tem gente pior do que eu. Pelo menos lá em casa tem água, tem suco na geladeira. Tem gente que nem água tem. Eu não tomo água da Cagece, eu tomo água mineral. Tá faltando? Eu dou meu jeito meu jeito de comprar uma água mineral [...] Mas é isso, como pobre, minhas condições tão melhor do que de muitas pessoas” (Entrevista 12).

Ao invés de realizarem comparações descendentes buscando um distanciamento de seus pares como forma de preservarem sua autoestima – como proposto por Hill e Stamey (1990) –, as comparações por consumidores em estados de pobreza não são vistas como ameaçadoras às suas identidades. À semelhança dos achados de Karanila e Hogg (2016), o engajamento em comparações descendentes ajuda os indivíduos a enfrentarem suas dificuldades vivenciadas, gerando um consolo e autoaceitação a partir da lembrança da existência de pessoas em piores condições (KARANILKA; HOGG, 2016; HAMILTON; CATTERALL, 2005).

5.3.2 Estratégias Comportamentais

Apesar das difíceis circunstâncias de vida, os consumidores procuram, adicionalmente, enfrentar suas dificuldades por meio de seus próprios esforços pessoais. Diferente das estratégias de enfrentamento emocional, o escopo das estratégias comportamentais caracteriza-se enquanto ações deliberadas direcionadas a resolução de problemas cotidianos, na tentativa de mudá-los ou dirimir suas consequências (FOLKMAN; LAZARUS, 1980; HILL; SHARMA, 2020).

Dessa forma, a partir do uso de estratégias comportamentais, os informantes buscaram melhorar suas combinações de controle e de recursos sobre determinadas circunstâncias em seu cotidiano (HILL; STEPHENS, 1997; HAMILTON; CATTERALL, 2005; HILL; SHARMA, 2020). De modo mais específico, foram empregadas um conjunto de estratégias de consumo com intuito de melhorar suas condições de vida, a saber: a gestão do consumo familiar, a administração das preferências de consumo, a elevação de suas finanças pessoais e o engajamento em uma “vida simples”.

Todavia, quando analisadas a partir da lente teórica da abordagem das capacitações de Sen (2013), observa-se que as estratégias são tidas como mecanismos valiosos aos indivíduos. Ao invés de entendê-las enquanto mecanismos inteiramente instrumentais para obtenção de maiores recursos, as estratégias possuem uma importância intrínseca, cujo valor extrapola o resultado realmente alcançado (SEN, 1999; 1988). Interrelacionando-se à condição de agência do indivíduo, a sua execução está associada, em grande medida, à liberdade efetiva de exercer os principais funcionamentos dos consumidores, os quais são as principais formas de controle fomentadas em seu cotidiano. Tomando como base a fala da entrevistada 1, observa-se a pertinência de se considerar a condição de agência nessa análise:

“A pior pobreza é aquela que você pode e não corre atrás. Embora que você não ganhe, mas você lutou. Essa é a pobreza, de você ter um sonho, mas não correu atrás, não lutou que ‘ah, não deu certo aqui, mas não vai dar nesse’. Isso que é pobreza. Agora aquele que diz que ‘eu sou pobre’, botou na cabeça que é menor do que o outro e pronto. Esse não sobe nunca” (Entrevistada 1).

Nesse sentido, entender as estratégias dentro do escopo da condição de agência humana possibilita o entendimento não só dos ganhos econômicos aos agentes (“ter”), mas também de seus estados de ações (“fazer”). Muito embora em alguns momentos os entrevistados relataram uma lacuna entre o planejamento de suas ações e as suas conquistas (*achievement*), o poder de originar ações, para um determinado objetivo, fora, na compreensão dos indivíduos, um estado valorizado. Assim como observado por Sen (1999, p. 76), as próprias estratégias, ao evidenciarem a liberdade do indivíduo em exercer seus estados de ação, “pode ser valorizada não meramente auxilia a realização, mas também em razão de sua própria importância, extrapolando o valor do resultado realmente alcançado”.

É necessário pontuar, ademais, que a compreensão da condição de agência é desenvolvida sobre o uso de estratégias comportamentais e não acerca das estratégias emocionais devido ao entendimento de que o procedimento de emprego destas foram distintas (FOLKMAN; LAZARUS, 1984). A partir das narrativas dos entrevistados, as estratégias emocionais estão relacionadas a um processo de autoconsolo e de internalização de seus estados (YURDAKUL; ATIK, 2016; KARANIKI; HOGG, 2016), enquanto as estratégias comportamentais apresentam em seu escopo uma tendência de resistência e de enfrentamento pelos consumidores a seus estados de existência (HILL; SHARMA, 2020). Esse comportamento é nitidamente sintetizado a partir da fala do Entrevistado 10, o qual mesmo em um contexto de escassez adota atitudes para melhorar sua situação: “não é porque é difícil que a gente tem que parar não”.

Pode ser útil ver essa distinção transportando-a para o contexto da abordagem das capacitações, cujo uso dessas estratégias pode ser visualizado a partir da discussão de Sen (1985) acerca das liberdades individuais acessadas, que, para o autor, se distinguem em dois tipos, a saber, a liberdade de bem-estar e a liberdade de agência. De acordo com Sen (2000), liberdade de bem-estar compreende funcionamentos que geram um estado de contentamento ou de felicidade direto aos indivíduos. A liberdade de agência, por sua vez, é identificada a partir de “funcionamentos materiais” – funcionamentos ligados a execução de ações que se expressam no mundo físico, como se alimentar, ter um trabalho etc. (SEN, 1988, p. 26) –, os quais refletem os estados de ações dos indivíduos, ou seja, o conjunto de fazer empregados pelos indivíduos com intuito de alcançar suas valorações (SEN, 1985).

Embora para o autor ambos possuam uma importância intrínseca ao bem-estar pessoal, observa-se que o emprego das estratégias emocionais, dentro desse contexto, compreende uma liberdade de bem-estar acessada pelo indivíduo, pois reflete-se no exercício de funcionamentos que lhe geram um conforto emocional, um estado de contentamento ou de satisfação (SEN, 1988). Por outro lado, as estratégias comportamentais refletem de uma melhor forma tudo o que a pessoa deseja alcançar como um 'agente', pois carrega em seu cerne aquilo que é considerado valioso aos indivíduos, como a capacidade de realizar ações de modo independente e continuadas, o que compreende o seu conjunto “fazer” (SEN, 1985; 2000).

5.3.2.1 Gestão do Consumo Familiar

Em virtude das privações sofridas, o consumo na pobreza fica circunscrito ao limite das receitas financeiras das famílias (HAMILTON; CATTERALL, 2008). A presença de uma escassez pecuniária impele aos consumidores uma dificuldade em alcançar um nível de consumo para além de suas necessidades mais básicas, como pagamento de contas e alimentos. À vista desse processo, os entrevistados buscaram lidar com a sua escassez monetária a partir de um comportamento contínuo de adaptação de seu consumo, cujo processo compreende a realização de alguns sacrifícios para evitar déficits financeiros (HILL; STEPHENS, 1997; HAMILTON; CATTERALL, 2006c; HAMILTON; 2009; HAMILTON; CATTERALL, 2008).

“[...] A gente tem que fazer tudo conforme a condição. Não adianta, tipo, eu pegar R\$ 20,00 reais sendo que eu posso comprar o frango de R\$ 8,00 reais e fazer no almoço e deixar para janta, do que R\$ 20,00 comprar carne e vir só aquele pinguinho de carne. Então assim, a gente tem que nos dias difíceis de hoje quanto mais você optar por uma coisa mais em conta melhor ainda” (Entrevista 6).

Assim como Karanila e Hogg (2016), o autoajuste às circunstâncias de vida na pobreza é uma forma de autoaceitação de suas condições, ou seja, o indivíduo busca lidar de forma compassiva a partir das tensões externas enfrentadas, compreendendo que a saída de suas dificuldades envolve reconhecer as limitações impostas a si. Entretanto, esse fenômeno não ocorre de modo homogêneo entre todos os consumidores. A assimilação do consumidor a um novo estilo de consumo pode suscitar um processo emocionalmente negativo, sobretudo àqueles que detinham um poder de compra que lhes permitiam um acesso às oportunidades de consumo desejáveis (HAMILTON; CATTERALL, 2006a).

Um exame detalhado desse processo de adaptação é relatado pelo Entrevistado 3, o qual teve que modificar todo seu estilo de consumo após sua mãe perder o emprego em 2016. Acostumados com um nível de consumo mais elevado, o processo de queda a um nível de pobreza levou-o a um sentimento de desalento, o qual teve que reavaliar os bens considerados importantes para si. Frente a essa nova situação de desvantagem, fora necessário adaptar não só seu consumo, mas também a forma como lidava com seu orçamento financeiro, de maneira que implementou algumas estratégias para enfrentar as novas circunstâncias.

“Se a gente fosse no mercantil, a gente ia comprar alguma marca específica, era o melhor leite, era o melhor arroz, era o melhor feijão. Tipo, marcas que a gente sabia que a gente gostava e comprava, sem precisar olhar o preço. Nosso mercantil dava bastante caro? Dava, mas a gente conseguia consumir tudo que a gente queria e um pouco mais. Aí depois que ela [mãe] perdeu o emprego, aí a gente já teve que controlar mais um pouquinho isso aí. Na verdade, não. A gente foi para o básico mesmo. Sempre procurando o mais barato, sempre procurando promoção. Em relação à carne foi do mesmo jeito. Nossa, faz tanto tempo que a gente não chega assim no mercantil e compra o mês de carne, sabe? Hoje é só frango lá em casa, que é a única coisa que não aumentou exponencialmente” (Entrevista 3).

Nesse caso, a rotina de consumo para indivíduos que experienciam escassez sociomateriais adquire novos hábitos. A queda de renda limita sobremaneira o escopo de bens consumidos, de modo que produtos de marcas não são opções usualmente consideradas em seus orçamentos. Nesse sentido, o preço dos produtos reflete a principal forma encontrada pelos informantes para definir suas compra (TACH; AMORIM 2015; HAMILTON, 2009; HAMILTON; CATTERALL, 2008; KARANIKA; HOGG, 2016). Para enfrentarem suas restrições econômicas, os entrevistados relataram que se envolviam em uma ampla busca por mercados para realizar as suas compras de bens essenciais (comida, roupas etc.), procurando a melhor relação custo-benefício a partir da procura de promoções e pesquisas de preços dos produtos. Essas estratégias de consumo para pagar menos são descritas nas seguintes passagens:

“Eu vou no supermercado que é mais em conta. Eu gosto de pesquisar. [...] Olha, eu vou para o Assaí, vou para o Centerbox, eu vou para o Cometa, vou para o Atacadão. Onde estiver R\$ 1,00 a menos, pode ter certeza de que eu fico ali” (Entrevista 1).

“[...] Desde cupom de desconto de primeira, segunda, terceira de não sei quantas viagens. Qualquer coisa. Vou comprar uma roupa e eu chego lá, eu boto na internet para ver se tem alguma promoção. [...] Sempre faço isso: procuro uma forma de pagar menos” (Entrevista 5).

A garantia do acesso a preços mais baratos em suas compras influencia não só a forma pela qual os consumidores planejam suas compras, mas também a quantidade consumida. Uma vez identificados o baixo preço, os entrevistados buscaram estocar logo os produtos

comprados para o mês todo, de modo a evitar ir com recorrência às compras: “Eu procuro comprar muito. Se está no preço, eu compro logo muito” (Entrevista 7); “Então basicamente é Atacadão, Assaí, esses cantos assim, que a gente faz a compra do mês e segura o mês todinho. [...] Porque no atacado você compra 10 produtos, você já ganha um desconto em cima dos produtos que você comprou, então a gente procura fazer isso” (Entrevistado 3). Assim como observado em pesquisas anteriores (GENTRY; HUBBARD, 2004; TACH; AMORIM, 2015; VISWANATHAN et al., 2020; GERHARD et al., 2017; CASTILHOS, 2017), essas estratégias de preço evidenciam a tentativa de maximizar as quantidades de bens consumidos dentro de seus orçamentos limitados.

Nesse caso, é importante salientar que o processo de compra não decorre senão através de um intenso esforço dos indivíduos. Para que a condição de agência seja posta em prática é necessário, para além de uma intencionalidade, uma dedicação plena nessas tarefas, o que em algumas situações pode levar a um desgaste físico e mental dos indivíduos (ADKINS; OZANNE, 2005). Dessa maneira, alguns informantes relataram que essa busca incessante pelo menor preço nos supermercados gerou alguns estresses ou cansaços durante suas experiências de compras.

“É, demora [para finalizar as compras], porque a gente tem que ir para um supermercado, aí vai para outro, aí vai para lá. Às vezes eu até digo para minha filha: ‘Filha, isso a gente anda demais, mulher’. Aí ela: ‘Não, mas a gente tem que procurar os cantos mais baratos, porque tem canto que é um absurdo, mãe’. Aí a gente tem que procurar os cantos mais baratos” (Entrevista 9).

“Eu só compro no mesmo [supermercado]. Eu não sou de estar estando aqui, pesquisando ali. Porque eu acho que é um gasto maior. É um estresse maior, entendeu? Então eu compro perto aqui da minha casa, que eu posso ir a qualquer hora” (Entrevista 7).

De acordo com Tach e Amorim (2015), a escolha dos locais de compras para bens de necessidades básicas em ambientes de escassez decorreria em virtude de uma restrição geográfica, a qual impediria aos indivíduos acesso a outros locais de compra. Entretanto, os relatos supracitados revelam um matiz conceitual diferente das conclusões dos autores, pois a percepção dos consumidores acerca da acessibilidade aos supermercados decorreu mais pela comodidade que locais mais próximos proporcionam, e não devido a questões restritivas. Ademais, outro fator citado pelos entrevistados para realizar suas compras em locais mais próximos fora a avaliação de que não havia, de modo geral, grandes disparidades nos preços dos produtos. Em grande medida, essa percepção da homogeneidade do nível de preços esteve relacionada à inflação dos alimentos observadas pelos indivíduos, o que os levou a buscarem

supermercados mais próximos para realizarem as compras: “a gente compra no comércio vizinho [...] porque é mais perto de casa. E onde você for é tudo caro mesmo. Não tem nada mais barato” (Entrevista 10); “Onde eu compro, no Super Uchoa, muita gente diz: ‘vixe, aqui tá muito mais caro’. Mas, eu não vejo muita diferença não” (Entrevista 7).

Além disso, outra forma que os indivíduos utilizam para controlar suas compras, e, assim, não gerar déficits financeiros, é evitar o uso de crédito. Os informantes relataram que durante suas experiências de compras sempre que possível utilizavam dinheiro, pois o cartão de crédito foi identificado por estes como uma fonte de compra não segura. Assim como observado em pesquisas anteriores (KARANIKA; HOGG, 2016; HAMILTON; CATTERALL, 2008), para esses consumidores, o crédito, de modo geral, lhes arrematava a uma ilusão de compra e, como consequência, a uma ameaça de dívida que não poderiam pagar.

“O cartão deixa a pessoa afoita. [...] Porque você confia que tem dinheiro no cartão e exagera a comprar, comprar, comprar e quando vai pagar não dá mais” (Entrevista 10).

“É mais é a dinheiro [que faço as compras]. [...] É muito melhor. Negócio de cartão, cartão é só ilusão. Você compra, compra, chegar no dia você não tem o dinheiro. Aí pronto, você perde o cartão” (Entrevista 12).

Assim, essas estratégias revelam, de antemão, que, em vez de aceitarem um papel passivo de consumidores vulneráveis, na prática os indivíduos incorporam durante suas decisões de compras táticas manipuladoras e oportunistas disponibilizadas no mercado, de modo que, além de gerar um certo nível de empoderamento do consumidor (HAMILTON, 2012; HAMILTON; CATTERALL, 2008), mostra resiliência conquistada por estes (HILL, 2002; LEIPÄMAA-LESKINEN; SYRJÄLÄ; LAAKSONEN, 2016). Desta forma, os indivíduos desenvolvem estratégias para minimizarem custos, incluindo busca pelo menor preço, compra em grandes quantidades, ida a várias lojas para obter o menor preço para cada item, assim como estratégias para diminuïrem as tentações, como a compra somente a dinheiro.

Ademais, em virtude de os participantes não vislumbrarem uma melhora a curto prazo de suas condições financeiras, a adoção dessas estratégias foram relevantes mecanismos para se lidar com a escassez pecuniária. De modo mais específico, o emprego de tais estratégias podem ser interpretadas enquanto um esforço dos indivíduos em adotar um comportamento de compra mais utilitário, cuja objetividade e a diminuição dos riscos inerentes ao processo de consumo são valorizados (HILL; STEPHENS, 1997; TACH; AMORIM, 2015; WILLIAMS; WINDEBANK, 2001; GERHARD et al., 2017). A partir da concepção de Lazarus e Folkman (1984), o comportamento utilitário compõe, assim, uma estratégia de enfrentamento ao

problema, pois proporciona aos consumidores um autocontrole e autodisciplina necessários para evitar déficits econômicos em seus limitados orçamentos (HAMILTON; CATTERALL, 2006c; KARANIKA; HOGG, 2016).

Diferente da literatura clássica a qual advoga um nível de irracionalidade aos consumidores pobres em suas tomadas de decisão (BANERJEE; DUFLO, 2012; 2007), esses achados revelam que o caráter utilitário durante a compra orienta muito mais os indivíduos a consecução de seus objetivo de consumo. A busca pela eficiência da aquisição de um produto, quer pelo seu custo-benefício, quer pelo abandono de determinadas marcas, é priorizado ante a um comportamento de consumo hedônico isto é, que preconiza a busca de uma gratificação pessoal ou por motivações experienciais em suas decisões (BABIN; BABIN, 2001). Neste âmbito, o valor utilitário compõe a dimensão da racionalidade e o sentimento de tarefa cumprida cujo produto é comprado de forma eficiente, distanciando sua relação com a recreação e estreitando seu conceito com a necessidade (TACH; AMORIM, 2015; WILLIAMS; WINDEBANK, 2001; GERHARD et al., 2017).

5.3.2.2 Hierarquização e preferências de consumo

Outra forma de enfrentamento aplicada pelos consumidores para lidar com suas circunstâncias foi a maneira como administravam suas preferências de consumo. A partir dos relatos dos consumidores, observa-se que as decisões do consumo familiar estruturam-se ao redor do atendimento das necessidades primordiais da “casa”. Em virtude das restrições econômicas sofridas, os informantes relataram que o manejo de suas rendas destinavam-se principalmente para o pagamento das necessidades mais urgentes, sendo a “casa” entendida como cerne dos principais gastos.

“Primeiro, é para comida. O que sobrasse, pagava outra coisa. [...] Pagava internet, celular, comprava alguma blusa para mim e o resto comprava de cigarro” (Entrevista 10).

“Aqui a minha casa posso dizer que precisa de muita coisa. Eu nunca fui de dar luxo ao luxo. Meu negócio é comida na mesa. Por isso que digo: ‘eu trabalho é pra comer’” (Entrevista 7).

“O dinheiro que a gente pega [...] primeiro a gente paga a luz, a água e o gás. Ai pronto, o que sobrar aí a gente faz o mercantil” (Entrevista 11).

Dentro dessa perspectiva, o consumo doméstico é priorizado frente a demais gastos que eram identificados como “supérfluos”, como a compra de roupas ou gastos com lazer

peçoal. Todavia, a identificação da adoção de um padrão de preferência de consumo privado pelas famílias vai de encontro aos achados de Hamilton e Caterral (2006a; 2006b), as quais aduzem que as despesas familiares seguem, por outro lado, um padrão de visibilidade, na qual o consumo público e de visibilidade é priorizado em comparação despesas intrafamiliares (HAMILTON; CATTERALL, 2006b).

Em contrapartida, a forma com a qual os consumidores buscam alocar suas economias reflete a existência de uma “moralidade das despesas” domésticas como observado por Rego e Pinzanni (2014) e Castilhos (2017). À vista de seus limitados orçamentos, os indivíduos negociam os gastos com bens desnecessários, de modo a dar preferência ao que lhes é mais imprescindível, a manutenção das despesas domésticas. Logo, as famílias constroem uma hierarquia de gastos preferenciais – em grande medida caracterizado pelo pagamento de contas domésticas e de comida – e mais importantes para alocação do seu dinheiro, postergando a compra de outros bens pessoais (REGO; PINZANNI, 2014; CASTILHOS, 2017).

Além disso, outra forma pela qual os indivíduos enfrentam suas circunstâncias de escassez é lidando com suas decisões no tempo. A maioria dos entrevistados relaram que suas tomadas de decisão ficavam limitadas a horizontes de tempo de curto prazo. A ênfase foi colocada na gestão no presente (“agora”) e os entrevistados explicaram como viviam semana após semana, e mesmo dia após dia. Diante de uma continuidade das dificuldades sofridas no presente, o nível de controle do indivíduo em planejar um futuro torna-se cada vez mais limitado.

“O que importa é o agora. É o que estou vivendo no momento. E o futuro só Deus, né? A gente não sabe o dia de amanhã. A gente não sabe daqui alguns minutos, daqui à meia hora. Eu entrego a Deus” (Entrevista 7).

“Eu não sei planejar grandes coisas. Eu gosto de planejar o hoje para o amanhã. Essa semana para próxima semana. Mas não de planejar o ano inteiro. De planejar os próximos anos” (Entrevista 5).

“Minha meta hoje mais é viver um dia de cada vez” (Entrevista 2).

Acerca disso, a literatura econômica advoga que a ausência de um planejamento futuro pelos indivíduos mais pobres pode apresentar resultados maléficis em suas tomadas de decisão, cuja ausência de planejamento levaria os sujeitos a consubstanciarem seus desejos presentes, levando-os a um processo de armadilha da pobreza (BANERJEE; DUFLO, 2012; SHAH; MULLAINATHAN; SHAFIR, 2012; MULLLAINATHAN; SHAFIR, 2016). Isso, entretanto, não pode ser entendido como um exemplo de tomada de decisão irracional do indivíduo, pois de acordo com Banerjee e Duflo (2012) o ambiente social

de escassez é responsável por sobrevalorizar a utilidade das escolhas realizadas no presente.

Os consumidores em circunstância de pobreza realizam uma luta diária para que sejam atendidas suas necessidades básicas, de maneira que renunciam a criar expectativas acerca do futuro, que, para estes, é imprevisível (BANERJEE; DUFLO, 2012). Nesse caso, a pobreza limita o escopo das escolhas dos consumidores, de modo que a urgência do presente se faz impositiva sobre qualquer outra necessidade a ser imaginada pelo indivíduo. O presente é o único momento sobre o qual os indivíduos podem exercer seus mecanismos de controle, de modo que seus esforços são voltados para o atendimento de suas necessidades cotidianas (HILL; GAINES, 2007; HAMILTON; CATTERALL, 2006a).

5.3.2.3 Reorganização das Finanças

Para tentar melhorar suas condições financeiras, as pessoas buscam adotar estratégias que aumentem, de modo urgente, seus níveis de recursos. A partir do relato dos entrevistados, essa busca materializou-se, sobretudo, na tentativa de aumentar as finanças pessoais, cujas formas encontradas fora a partir da procura por empregos informais como forma de garantir um maior sustento à família (HILL; STAMEY, 1990; HILL, 1991; HAMILTON; CATTERALL, 2008). Ademais, outra forma identificada de superação da escassez pecuniária foi o hábito de economizar o máximo de dinheiro possível (HILL; STEPHENS, 1997; GENTRY, W. M.; HUBBARD, 2004; VISWANATHAN et al., 2020).

Para além da melhora de suas circunstâncias, a poupança era relatada pelos informantes como uma forma de lidar com as contingências de seus cotidianos. O ato de poupar foi a forma encontrada pelos consumidores para lidar, sobretudo, com a imprevisibilidade dos contextos sociais de escassez em que vivem. Nesse sentido, as passagens a seguir evidenciam como o ato de poupar lhes ajudaram a ter acesso às suas necessidades:

“[...] Eu gosto de guardar, [...] todo dia eu fui de guardar dinheiro. O gás por exemplo, tem muita gente que diz ‘ah, não tenho dinheiro’. Eu nunca tive esse problema. Graças a Deus, eu nunca tive esse problema, do meu gás faltar e eu pedir no vizinho ou pedir lá embaixo na minha sogra. [...] Eu tinha que ter [dinheiro]. Se eu estava guardando ali cinquenta centavos, dez centavos, eu ia lá e catava para conseguir o dinheiro do gás” (Entrevista 7).

“Eu gosto de poupar o meu dinheiro. [...] Porque às vezes a gente adocece. Aí a gente tem sempre que ter um dinheirinho guardado ali para quando precisar. Ninguém sabe, né?”

Entretanto, é importante ressaltar que o ato de economizar dinheiro, apesar de valorizada pelos entrevistados, requer um cumprimento e um engajamento perene, de modo que alguns limitantes para a sua consecução foram relatados pelos entrevistados, elucidadas a partir das seguintes passagens: “Gosto [de poupar], mas é muito difícil. Era para eu ter muito, mas a gente não pode muito. Eu mesmo não tenho muito não” (Entrevistada 7); “A gente não tem nem assim como juntar [dinheiro]. A gente sonha, sabe? Assim, quando isso tudo passar, da gente poder juntar um dinheiro para gente poder dar uma entrada numa casa” (Entrevista 4). Embora a intencionalidade represente o exercício da condição de agência (MURRAY; ALI, 2017), a sua execução, na prática, não possibilita aos consumidores transformações significativas em seus cotidianos.

À vista disso, outra estratégia crucial adotada pelos informantes para aumentarem os seus recursos foi a participação em redes sociais de apoio. Geralmente, essas redes são constituídas a partir de laços sociais construídos entre familiares, relações próximas de parentesco com a vizinhança ou a partir de associações religiosas. Muito além de providenciar a seus membros sentimentos de apoio, aumento da autoestima e percepções de controle (SILVA et al., 2016; YURDAKUL; ATIK, 2016; KARANIKI; HOGG, 2016), os relatos dos entrevistados evidenciaram que laços sociais se configuravam enquanto alternativos canais de acesso a recursos.

“Durante o período de pandemia, graças a Deus, nunca faltou a minha alimentação, porque a igreja me sustentou durante esse período e me sustenta: todos os meses eles me dão uma cesta básica. E a ajuda da minha mãe, foi crucial também” (Entrevistada 1).

“Eu tenho uns amigos da igreja que nos ajudam [...] [Por exemplo] ontem, eu recebi uns alimentos. Foi dividido uns alimentos que foram doados para igreja, aí eles [membros da igreja] foram e dividiram com a gente. Tinha bolacha, leite, açúcar e feijão” (Entrevistada 6).

“Rapaz, era assim, quando aparecia um filho de Deus para dar um prato de comida. Às vezes eu ia lá para casa da minha tia, no Conjunto Palmeiras, passava o dia por lá e comia. E assim eu ia levando” (Entrevistada 12).

Destaca-se nesse processo, sobretudo, o papel desempenhado pelas associações religiosas, a qual foi a forma de ajuda frequentemente descrita pelos entrevistados. Além de ser o principal ponto de interação social descrito pelos entrevistados, assim como de lazer, o apoio estabelecido por essas associações possibilitava também o acesso aos membros da comunidade religiosa a benefícios educacionais, ocupacionais e recursos econômicos. Dessa forma, o uso de estratégias que favorecem formação de laços sociais as associações religiosas ajudam em

melhorias a curto prazo na qualidade de vida de indivíduos em comunidades pobres, com a ajuda financeira e cestas básicas (YURDAKUL; ATIK, 2016; KARANIKA; HOGG, 2016).

Não obstante, é relevante ressaltar o papel que o suporte institucional proporciona aos indivíduos. Em decorrência da crise pandêmica, muitos entrevistados relataram que o acesso ao auxílio foi essencial para a garantia ao acesso a recursos básicos frente ao impacto desse choque macroeconômico em suas rendas. A assunção de ganhos monetários todos os meses, nos valores entre R\$ 300,00 e R\$ 1.200,00, deram aos indivíduos uma seguridade financeira para que suas tensões momentâneas fossem resolvidas. Os relatos a seguir ajudam a evidenciar o papel do auxílio emergencial na vida dos entrevistados.

“Foi uma ajuda. Porque foi um período difícil com a pandemia. Muitas portas se fecharam, porque o pessoal não estava tendo acesso para trabalhar. Então assim, foi uma ajuda. Foi uma ajuda muito grande, porque dificultou para muitas pessoas” (Entrevista 6).

“Ah foi uma ajuda muito boa, principalmente a gente, assim, que mora de aluguel. Você sabe que a gente ganha pouco. Então, ajudou bastante” (Entrevista 5).

“Foi muito bom. [...] Resolvi muitas coisas. Coloquei algumas contas em dia. Porque todo mês você tinha aquele dinheiro certo para comprar o seu alimento” (Entrevista 12).

“Porque [com o auxílio] a gente comprou as coisas da gente: uma alimentação boa, remédio, que eu tenho problema de osteoporose; marquei consulta. Aí pronto. Graças a Deus, foi uma benção” (Entrevista 11).

Desse modo, essas relações demonstram a função desempenhada tanto por laços sociais de reciprocidade como pelo suporte institucional em dirimir os efeitos das iniquidades sociais (ANSARI, S.; MUNIR, K.; GREGG, 2012; REGO; PINZANI, 2014; SILVA et al., 2016). O uso de estratégias que favorecem laços comunitários, além de fomentarem a agência individual, potencializam, por um lado, o desenvolvimento das capacidades pessoais – ao criarem vínculos participativos – e, por outro, amparados os indivíduos, facilitando o alcance a bens e recursos primários (SAATCIOGLU; CORUS, 2016; YURDAKUL; ATIK, 2016; SEN, 2013).

Ademais, a função desempenhada pelo Estado na tentativa de fornecer uma segurança financeira mínima ao indivíduo é primordial, sobretudo diante de uma crise pandêmica (REGO; PINZANI, 2014). Todavia, ao invés de tratá-lo enquanto um programa assistencialista, o suporte institucional é a garantia e o reconhecimento dos direitos e do potencial dos indivíduos de assegurarem um modo de vida considerado adequado para si (SILVA et al., 2016), assim como de exercerem algum controle sobre as realidades sociais com

as quais se encontram (SILVA et al., 2016; REGO; PINZANI, 2014; SRIDHARAN; BARRINGTON; SAUNDERS, 2017).

5.3.2.4 Engajamento em uma “vida simples”

De acordo com Hamilton e Catterall (2006c), estados contínuos de pobreza alteram a forma como os consumidores experienciam seus processos de compras. Os esforços empregados pelos indivíduos para adequarem-se às suas circunstâncias econômicas os levam, por vezes, a buscarem estilos de consumo desligados de crescentes aspirações de consumo (HAMILTON; CATTERALL, 2006c). Nesse caso, ao invés de buscarem uma elevação da autoestima a partir compra de objetos materiais com elevado valor simbólico e de identidade pessoal (KARANIKA; HOGG, 2016), os indivíduos em estado de pobreza, por seu turno, envolvem-se em estilos de vida mais simples como forma expressar uma oposição ao consumo exagerado (YURDAKUL; ATIK, 2016; HAMILTON; CATTERALL, 2006c).

Em desacordo a esse mundo material, os informantes buscaram expressarem sua desaprovação a modos de consumo exacerbados ao engajarem-se em estilos de “vida mais simples”, como não adquirindo coisas novas e não possuindo incontáveis objetos materiais (LEIPÄMAA-LESKINEN; SYRJÄLÄ; LAAKSONEN, 2016; YURDAKUL; ATIK, 2016). Em grande medida, as críticas sobre esse consumo foram dirigidas tanto a consumidores que, embora suas condições de desvantagens, buscavam imitar um nível de consumo de indivíduos mais afluentes da sociedade, como ilustra a seguinte citação:

“A minha dificuldade é a financeira, porque olha com o dinheiro que eu ganho eu não me dou ao luxo de dizer assim: ‘ah, eu vou sair para um canto ou vou comprar uma roupa nova’. Não dá, né? Mas, graças a Deus, isso não me faz falta. Eu não vou dizer a você que é uma coisa que me deixa triste. [...] E para mim é bom [isso], porque se você for pensar tem pessoas que vivem a roupa, um celular bom. Tem pessoas lá onde eu moro que são pobres que querem ter uma vida, sabe, que não é para ter. A gente vê que a pessoa não tem condição, mas ela quer ostentar, sem ter condições. Eu não, eu tendo meu pão de cada dia, eu pagando a minha água, eu pagando a minha luz” (Entrevista 1).

Essa declaração revela uma forma de resistência sutil à medida que as pessoas intencionalmente evitam consumir além das necessidades básicas de sobrevivência. Assim como discutido por Hamilton e Catterall (2006c), o entendimento de que posses materiais podem existir ou não em seus contextos de vida os fazem bem rápidos entenderem suas realidades e adaptarem às novas circunstâncias, de modo que desapego material emerge como uma forma de lidar com a pobreza.

Importa mencionar que esse engajamento se estrutura enquanto estratégia de enfrentamento, pois providencia uma forma de controle para que os indivíduos não desenvolvam estilos de vida mais exagerados do que seus orçamentos financeiros permitem (HILL; SHARMA, 2020; HAMILTON; CATTERALL, 2005; 2008). Isto é, a adoção de uma vida simples se qualifica como uma autodisciplina necessária imposta pelos indivíduos de modo a exercer um controle sobre o mundo material que os circundam (HAMILTON; CATTERALL, 2006c). Essa forma de autocontrole, de certo modo não voluntário, é demonstrada pela entrevistada 12, a qual para poder lidar com as circunstâncias escassas descreve a simplificação de suas posses, ao passo que critica consumidores descuidados com seus gastos ou que realizavam um superconsumo:

“Eu acho assim, se eu for fazer um suco, eu compro duas goiabas para fazer uma jarra de suco. Aquela jarra de suco, se ela não tomar muito, a minha filha, então ela já dá para hoje e amanhã. Aí com um maracujá, eu faço uma jarra de suco. É tudo assim regrado, porque eu acho exagero a pessoa pegar três, quatro goiabas para fazer uma jarra de suco. Eu acho um exagero. A não ser que seja para uma família grande. Mas, para duas pessoas, para que esse exagero? Eu faço uma medida de arroz, para mim e ela, às vezes ainda sobra. [...] E tem gente que pega meio quilo de arroz, aí faz só para estragar. Pelo amor de Deus. Aí amanhã vai fazer o quê? Então tudo é ali no controle, porque minha mãe sempre me ensinou desse jeito. Minha mãe sempre me mostrou: ‘tem que regrar. Não sabe se amanhã vai ter dinheiro para comprar.’ Aí para não ficar com fome, é melhor regrar” (Entrevista 12).

De acordo com Leipämaa-Leskinen, Syrjälä e Laaksonen (2016), esses hábitos de consumo de indivíduos em situação de desvantagem no mercado apresentam-se enquanto estratégias de anticonsumo não-voluntária. Para os autores, o voluntarismo é fundamental para compreender as formas tradicionais de anticonsumo, pois a adoção dessas práticas pelos indivíduos advém de uma simplicidade voluntária, isto é, uma alternativa autônoma do indivíduo em limitar seus gastos, concedendo atenção aos valores intangíveis (PENALOZA; PRICE, 1993).

Dessa maneira, enquanto anticonsumismo voluntário está relacionado a um processo ideológico de autoexpressão e de resistência ao mercado, o anticonsumo não-voluntário, por outro lado, mostra como consumidores em situação de pobreza resistem às tentações de consumo de modo sutil (LEIPÄMAA-LESKINEN; SYRJÄLÄ; LAAKSONEN, 2016). Nesse caso, outra conduta adotada pelos informantes para resistirem aos desejos de consumo foi empregando estratégias contrárias a um comportamento hedonista e de motivações materialistas por trás do consumo, como elucida a seguinte passagem:

“Eu não sou muito consumista não, sabe? É aquela coisa, se eu tenho dinheiro, se isso não interfere na minha saúde financeira, eu compro. Mas se também não tiver, se minha condição tiver que priorizar outra coisa, eu sempre priorizo pelo que vai deixar minha saúde financeira melhor. Então não sinto falta não, sabe? Assim, é chato que você está lá no shopping aí você vai olhar as camisas aí você: ‘caraca, essa camisa tá muito massa’. Aí você vai olhar o preço, R\$50 reais. Aí você pensa: ‘putz, R\$ 50,00 você compra 3 blusas básicas na outra loja que eu compro’, entendeu? É claro que se eu tivesse dinheiro eu compraria, mas eu não me sinto mal também por não comprar” (Entrevista 3).

Dessa maneira, esses achados revelam particularidades relacionados as experiências de consumo de indivíduos em condições de escassez pouco estudados ainda. Em complementariedade à discussão das valorações dos indivíduos, as descrições dos informantes ajudam a evidenciar que bem-estar não se encontra limitados apenas às posses materiais (*ter*), pois uma “vida simples” é entendida como suficiente (HILL; 2002; HAMILTON; CATTERALL, 2005;2006c).

Apesar de ser relevante considerar que o fomento dessas estratégias são reflexos das circunstâncias limitantes do seu dia a dia (LEIPÄMAA-LESKINEN; SYRJÄLÄ; LAAKSONEN, 2016), os engajamentos apresentados nas citações apontam para a resistência dos consumidores contra rotinas e convenções de consumo inquestionáveis, bem como os valores superficiais ligados à cultura de consumo vigente (YURDAKUL; ATIK, 2016; HAMILTON; CATTERALL, 2006c). Isto é, enxugar o excesso de bens materiais para permitir que apenas os objetos mais funcionais e práticos estejam envolvidos no seu cotidiano revelam uma forma de resistência sutil ao consumismo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que esta investigação buscou analisar os elementos constituintes pobreza que antecedem o contexto de vulnerabilidade e, em seguida, investigar como os consumidores em situação de escassez sociomaterial enfrentam suas vulnerabilidades experienciadas, constata-se que o objetivo geral foi alcançado. Explorando facetas além das manifestações monetárias, a pobreza revela-se, pela sua complexidade, nos diferentes contextos sócio-históricos e culturais inerentes à sua realidade territorial. Este estudo abarcou uma visão mais ampla desse fenômeno, possibilitando avançar em tal perspectiva ao considerar manifestações latentes da pobreza, como a ocorrência de restrições absolutas e relativas, enquanto um fenômeno antecedente das vulnerabilidades, as quais geram um conjunto de respostas e iniciativas de enfrentamento dos consumidores para superação desse problema.

Questionando-se, inicialmente, acerca das vulnerabilidades, o primeiro estudo buscou verificar a influência de restrições de ordem absoluta e relativas sobre a vulnerabilidade do consumidor. Nessa esteira, um estudo quantitativo possibilitou atentar-se ao papel das sociedades acerca do fornecimento de oportunidades sociais básicas para os indivíduos moldarem suas próprias vidas. Dessa forma, constatou-se que desigualdades patentes nas disposições sociais de oportunidades de acesso a condições mínimas básicas ofertadas pelas sociedades reprimem o pleno exercício do nível de empoderamento do consumidor.

Como contribuição teórica central da primeira etapa, o estudo mostra que resolver as barreiras sociais, como restrições de consumo, é particularmente relevante na avaliação de questões de justiça distributiva, objetivos de bem-estar e no empoderamento do consumidor. De modo geral, regiões com menores índices de restrições de consumo, tais como Colômbia e México, garantem um maior suporte ao bem-estar e de empoderamento do consumidor em comparações a regiões com maiores privações materiais, tais como Peru e Bolívia.

Da mesma forma, este estudo fortalece o lado subjetivo da pobreza, com base nas percepções individuais da situação socioeconômica e da escassez. Esta lógica permite uma abordagem das circunstâncias vividas em diferentes contextos sociais, a partir de julgamentos individuais sobre os bens e serviços mínimos necessários para satisfazer as condições de vida adequadas. Além disso, a pobreza como objeto de estudo não se limita às suas manifestações de carência material ou física, mas desdobra-se em uma relação contínua entre o mundo material e o contexto sócio-histórico.

Em seguida, buscando adentrar às formas com as quais os indivíduos lidaram com suas condições de escassez sociomateriais, o segundo estudo perscrutou compreender o

conjunto de privações vivenciados pelos consumidores, assim como investigar as estratégias de enfrentamento utilizadas pelos consumidores diante de sua vulnerabilidade sofrida. De acordo com os achados da pesquisa, os consumidores em estado de pobreza vivem em uma crise macrossocial constantemente. As vulnerabilidades dos consumidores não decorreram de questões circunstanciais, como uma redução momentânea de suas rendas. Ao contrário, a introdução da visão seniana possibilita entender que as privações sentidas também derivaram de condições estruturais recrudescentes de longo prazo, as quais compreendem a limitada capacidade dos indivíduos de exercerem seus intitamentos de modo adequado.

Apesar disso, é nesse contexto em que foram identificadas as principais formas encontradas pelos consumidores na procura de exercer algum controle sobre suas vidas ou de se adaptarem às realidades sociais com as quais se encontram. Como descoberta, os achados da pesquisa revelam que os indivíduos não assumem um papel passivo de consumidores vulneráveis. Ao contrário, os indivíduos incorporam durante suas decisões de compras diversas estratégias emocionais e comportamentais, as quais além gerar um certo nível de empoderamento evidenciam uma resiliência conquistada por estes.

Essa linha de investigação é pertinente, pois, teoricamente, revela como os consumidores pobres conseguem negociar com circunstância de escassez apesar de suas condições de baixo ou nenhum poder. Nesse sentido, destaca-se a importância do uso de determinadas estratégias para o enfrentamento do problema da pobreza, cujo emprego em contextos de escassez sociomateriais podem se configurar como alternativas viáveis de fomento da agência individual e promoção de bem-estar.

Ademais, tais constatações apresentam implicações gerais para o comportamento do consumidor. Haja visto que a condição pandêmica gerou várias restrições de consumo às sociedades em geral, o entendimento das circunstâncias de pobreza pode ajudar a perceber algumas das privações que devem ser experienciadas por consumidores de classes menos abastadas em virtude do prolongamento da crise pandêmica. Nesse sentido, tais achados poderiam ajudar a entender como os consumidores respondem de maneira resiliente às suas circunstâncias socioeconômicas e quais fontes de recursos e de geração de oportunidades ofertados poderiam contribuir para que esses consumidores fortaleçam suas capacidades de enfrentamento a tais condições.

Contudo, ressalta-se que esses recursos *per se* não garantem uma transformação por completo das privações sociomateriais experienciadas. As estratégias são utilizadas para a manutenção de sua vida diária, quer pela preservação emocional frente as dificuldades cotidianas, quer pela busca de melhorias pecuniárias a partir da reorganização financeira e

orçamentaria. Todavia, requer salientar que essas estratégias podem não possibilitar uma real sustentação capacitativa do indivíduo em termo de perpetuarem de modo deliberado alguns de seus funcionamentos básicos, como acesso a saúde, moradia e educação adequadas. A anuência da importância dessas estratégias, apesar de salvaguardarem as pessoas dos efeitos mais recrudescidos das privações, não isenta a responsabilidade de políticas públicas na diminuição das vulnerabilidades sociais. Ao contrário, essas políticas se qualificam como instrumentos imprescindíveis para promover a redução dos mecanismos de produção e reprodução das desigualdades sociais. Nesse sentido, são papéis basilares do Estado e da sociedade promoverem a contínua formação e o fortalecimento das capacidades dos indivíduos.

Não obstante, a defesa da abordagem das capacitações para análise de ambas as etapas da pesquisa possibilitou um ganho informacional ao expandir o debate acerca da pobreza. Um dos principais ganhos proporcionados pela abordagem seniana é o tratamento multidimensional da pobreza, o que reflete em uma noção, antes de tudo, política, pois introduz um benefício interpretativo acerca das privações enfrentadas pelos indivíduos, muito além apenas da dimensão monetária. Essa transferência de foco, portanto, permite atingir dimensões intrínsecas ao próprio consumidor. A transição da perspectiva dos resultados e ganhos para o foco das liberdades individuais evidencia a pertinência de se considerar a condição de agência para análise dos estudos da pobreza. Nesse caso, ao invés de restringir-se apenas sobre as satisfações pessoais por intermédio do consumo de bens ou recursos, a abordagem das capacitações permite uma nova orientação de como se analisar a pobreza, realçado a forma de como os indivíduos realizam suas ações e voltando-se às oportunidades disponíveis para que realizem suas escolhas.

É importante elucidar, todavia, que as contribuições produzidas por esta investigação devem ser ponderadas. Como limitação ao primeiro estudo, mencionamos algumas restrições das bases de dados secundárias que acessamos. Em primeiro lugar, as questões utilizadas para medir os construtos de bem-estar e empoderamento do consumidor podem não capturar totalmente as subjetividades dos fenômenos estudados, pois os itens restringiam-se apenas a uma ou duas questões gerais acerca do tema. Do mesmo modo, outra fragilidade refere-se à escala de consumo adequado, a qual mensurou apenas aspectos relacionadas a saúde, renda e alimentação, não incorporando outras dimensões básicas relevantes para análise do consumo, como a questão de moradia.

Ademais, acerca do segundo estudo, observa-se que o espectro do fenômeno da pobreza foi referente a um contexto urbano. Por caracterizar-se como um fenômeno multidimensional, acarreta-se que as descobertas encontradas podem não refletir contextos

sociais e culturais distintos à realidade territorial investigada nesse estudo. Contudo, a transferência dos principais achados deste estudo para outras pesquisas da pobreza, que possam emergir, pode ser estabelecida através de comparações analíticas dos principais tópicos que compõem as estratégias dos consumidores.

Para pesquisas futuras, são sugeridas novas comparações sociais, principalmente com estudos longitudinais, que reforçam a existência de relações nos ambientes de privação onde as pessoas vivem. Além disso, é possível estabelecer uma série de hierarquias de produtos e serviços sociais, para identificar o papel desempenhado pelos diferentes níveis de privação no bem-estar individual.

Por outro lado, é necessário explorar com maior afinco a natureza subjetiva da pobreza, a partir de como as pessoas pobres experienciam o mundo material que lhes cercam, compreendendo a influência do contexto social restrição na dinâmica dessa relação. Como primeiro passo, novas pesquisas podem atentar-se aos significados das posses materiais para consumidores em estado de escassez. Embora as limitações financeiras e a incapacidade de terem acesso a bens de ordem superior, os consumidores tendem a ter um maior vínculo aos poucos objetos que alcançam, acarretando um processo de sacralização a cada item de seu consumo.

Ademais, estudos adicionais no campo das estratégias podem se debruçar acerca da limitação das agências individuais enquanto formas expressas de inferioridade da autoestima. Apesar de pesquisas no campo da Administração terem explorado a baixa autoestima dos consumidores pobres vinculado a seus reduzidos níveis de consumo, a temática das estratégias, quando vistas dentro da teoria do complexo de inferioridade e da abordagem seniana, podem elucidar o papel desses mecanismos não só para compensar um déficit material, mas também enquanto uma reação a uma limitação das agências individuais.

REFERÊNCIAS

- ADKINS, N. R.; OZANNE, J. L. The low literate consumer. **Journal of Consumer Research**, v. 32, n. 1, p. 93-105, 2005.
- AHMED, F.; AHMED, N.; PISSARIDES, C.; STIGLITZ, J. Why inequality could spread COVID-19. *The Lancet Public Health*, v. 5, n. 5, p. 240, 2020.
- ALBADA, S. J.; ROBINSON, P. A. Transformation of arbitrary distributions to the normal distribution with application to EEG test–retest reliability. **Journal of neuroscience methods**, v. 161, n. 2, p. 205-211, 2007.
- ALEXANDER, A. C.; WELZEL, C. Empowering women: The role of emancipative beliefs. **European sociological review**, v. 27, n. 3, p. 364-384, 2011.
- ALKIRE, S. Measuring agency: Issues and possibilities. **Indian Journal of Human Development**, v. 1, n. 1, p. 169-175, 2007.
- ALKIRE, S. Subjective quantitative studies of human agency. **Social indicators research**, v. 74, n. 1, p. 217-260, 2005.
- ALKIRE, S.; FOSTER, J. Counting and multidimensional poverty measurement. **Journal of Public Economics**, v. 95, n. 8, p. 476-87, 2011.
- ALKIRE, S.; JINDRA, C.; ROBLES, G.; VAZ, A. “Multidimensional Poverty Index 2016: Brief methodological note and results.” **OPHI Briefing 42**. Oxford Poverty and Human Development Initiative, University of Oxford, 2016.
- ALKIRE, S.; KANAGARATNAM, U.; SUPPA, N. The Global Multidimensional Poverty Index (MPI) 2019. **OPHI MPI Methodological Notes 47**. Oxford Poverty and Human Development Initiative, University of Oxford, 2019.
- ALKIRE, S.; ROBLES, G. “Multidimensional Poverty Index 2015: Brief Methodological Note and Results.” Oxford Poverty and Human Development Initiative, University of Oxford, Briefing 31, 2015.
- ALKIRE, S.; SANTOS, M. E. “Acute multidimensional poverty: A new index for developing countries.” **Working Paper No. 38**. Oxford Poverty & Human Development Initiative, 2010. Disponível em: https://www.econstor.eu/bitstream/10419/48297/1/3_alkire.pdf. Acesso em: 10 nov. 2020.
- ALKIRE, S.; KANAGARATNAM, U. Multidimensional Poverty Index Winter 2017-18: Brief methodological note and results. **OPHI Methodological Notes 45**. Oxford Poverty and Human Development Initiative, University of Oxford, 2018.
- ANSARI, S.; MUNIR, K.; GREGG, T. Impact at the ‘bottom of the pyramid’: The role of social capital in capability development and community empowerment. **Journal of Management Studies**, v. 49, n. 4, p. 813-842, 2012.

ATLAS. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. [2013]. Disponível em: <<http://atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: 08 abr. 2020.

AZZAM, A. M.; RETTAB, B. A welfare measure of consumer vulnerability to rising prices of food imports in the UAE. **Food Policy**, v. 37, n. 5, p. 554-560, 2012.

BABIN, Barry J.; BABIN, Laurie. Seeking something different? A model of schema typicality, consumer affect, purchase intentions and perceived shopping value. **Journal of Business research**, v. 54, n. 2, p. 89-96, 2001.

BAKER, S. M.; GENTRY, J. W.; RITTENBURG, T. L. Building understanding of the domain of consumer vulnerability. **Journal of Macromarketing**, v. 25, n. 2, p. 128-139, 2005.

BANERJEE, A. V.; DUFLO, E. **A economia dos pobres: repensar de modo radical a luta contra a pobreza global**. Lisboa: Temas e Debates–Círculos Leitores, 2012.

BANERJEE, A. V.; DUFLO, E. The economic lives of the poor. **Journal of economic perspectives**, v. 21, n. 1, p. 141-168, 2007.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2006.

BAUER, M. W.; AARTS, BAS. A construção do corpus: um princípio para coleta de dados. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2008.

BAUMAN, Z. **Work, consumerism and the new poor**. New York: McGraw-Hill Education, 2005.

BERG, L. Consumer vulnerability: are older people more vulnerable as consumers than others?. **International Journal of Consumer Studies**, v. 39, n. 4, p. 284-293, 2015.

BERG, L. To Feel Empowered as a Consumer. **An interpretation of the Norwegian results from the Consumer Empowerment study: Special EUROBAROMETER**, n. 342, 2011.

BLOCKER, C. P.; RUTH, J. A.; SRIDHARAN, S.; BECKWITH, C.; EKICI, A.; GOUDIE-HUTTON, M.; ROSA, J. A.; SAATCIOGLU, B.; TALUKDAR, D.; TRUJILLO, C.; VARMAN, R. Understanding poverty and promoting poverty alleviation through transformative consumer research. **Journal of business research**, v. 66, n. 8, p. 1195-1202, 2013.

BONSU, S. K.; POLSA, P. Governmentality at the Base-of-the-Pyramid. **Journal of Macromarketing**, v. 31, n. 3, p. 236-244, 2011.

BRASIL. Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 7 fev. 2020.

CALTON, J. M.; WERHANE, P. H.; HARTMAN, L. P.; BEVAN, D. Building partnerships to create social and economic value at the base of the global development pyramid. **Journal of Business Ethics**, v. 117, n. 4, p. 721-733, 2013.

CAÑEQUE, F.; HART, S. **Base of the pyramid 3.0**: sustainable development through innovation and entrepreneurship. New York: Routledge, 2015.

CASTILHOS, R. B. Subindo o Morro: Consumo, Posição Social e Distinção Entre Famílias de Classes Populares. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 31, 2007. **Anais...** Rio de Janeiro: EnANPAD, 2007, p. 1-16.

CASTILHOS, R. B.; FONSECA, M. J.; BAVARESCO, V. Consumption, crisis, and coping strategies of lower class families in Brazil: A sociological account. **International Journal of Consumer Studies**, v. 41, n. 4, p. 379-388, 2017.

CEARÁ (Estado). DECRETO Nº33.928, de 10 de fevereiro de 2021. Dispõe sobre novas medidas preventivas à disseminação da covid- 19, no período de carnaval, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Ceará, Fortaleza, CE, ano 13, n. 34, p. 1-4, 10 fev. 2021.

CEPAL-FAO. **Cómo evitar que la crisis del COVID-19 se transforme en una crisis alimentaria**: Acciones urgentes contra el hambre en América Latina y el Caribe. [2020]. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45702/4/S2000393_es.pdf>. Acesso em: 18 set. 2020.

CHAKRAVARTI, Dipankar. Voices unheard: the psychology of consumption in poverty and development. **Journal of Consumer Psychology**, v. 16, n. 4, p. 363-376, 2006.

CHATTERJEE, S.; GUPTA, S. D.; UPADHYAY, P. Empowering women and stimulating development at bottom of pyramid through micro-entrepreneurship. **Management Decision**, 2018.

CHIAPPERO-MARTINETTI, E. Complexity and vagueness in the capability approach: strengths or weaknesses? *In*: COMIM, F.; M. QIZILBASH, M.; S. ALKIRE, S. (Eds.), **The capability approach**: concepts, applications and measures. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 268-309.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2006.

CHOWDHURY, R.; WILLMOTT, H. Microcredit, the corporatization of nongovernmental organizations, and academic activism: The example of Professor Anu Muhammad. **Organization**, v. 26, n. 1, p. 122-140, 2019.

CIDADE, B. B.; SILVA, L. B.; XIMENES, V. M. Pobreza e juventude: Implicações psicossociais, modos de vida e enfrentamento às adversidades cotidianas. *In*: XIMENES, V. M.; NEPOMUCENO, B. B.; CIDADE, E. C.; MOURA JUNIOR, J. F. (Orgs.). **Implicações psicossociais da pobreza**: diversidades e resistências. Fortaleza: Expressão gráfica e editora, 2016, p. 311-336.

CODES, A. L. M. **A Trajetória do Pensamento Científico Sobre Pobreza: Em direção a uma visão complexa.** Brasília: IPEA, 2008. (Textos para discussão nº 1332).

CRESPO, A. P. A.; GUROVITZ, E. A Pobreza como um Fenômeno Multidimensional. **RAE – Eletrônica**, v. 1, n.2, p. 1-12, 2002.

DAVIS, M. **Planeta favela.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

DEMBEK, K.; SIVASUBRAMANIAM, N.; CHMIELEWSKI, D. A. A systematic review of the bottom/base of the pyramid literature: Cumulative evidence and future directions. **Journal of Business Ethics**, v. 165, n. 3, p. 365-382, 2020.

D'ESPÍNDULA, T. S.; FRANÇA, B. H. S. Aspectos éticos e bioéticos na entrevista em pesquisa: impacto na subjetividade. **Revista Bioética**, v. 24, n. 3, p. 495-502, 2016.

DINIZ, I. S. F. N.; PEREIRA, R. D. C. D. F.; BELLINI, C. G. P. Limitações digitais em adolescentes: um estudo sob a perspectiva da teoria da vulnerabilidade do consumidor. In: ENCONTRO DE MARKETING DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, Porto Alegre, RS, Brasil, 6., 2014. **Anais...** Porto Alegre: EMA, 2014. p. 1-16.

DUHACHEK, A. Coping: A multidimensional, hierarchical framework of responses to stressful consumption episodes. **Journal of Consumer research**, v. 32, n. 1, p. 41-53, 2005.

DUQUE, D. 2020. **Uma avaliação do Auxílio Emergencial.** Disponível em: <<https://blogdoibre.fgv.br/posts/uma-avaliacao-do-auxilio-emergencial-parte-1>>. Acesso em: 24 jan. 2021.

ELMES, M. B. Economic inequality, food insecurity, and the erosion of equality of capabilities in the United States. **Business & Society**, v. 57, n. 6, p. 1045-1074, 2018.

FARRELL, J. R.; HILL, R. P. Poverty Research and Measurement: Making the Case for Consumption Adequacy. **Journal of Consumer Affairs**, v. 52, n. 3, p. 770-791, 2018.

FOLKMAN, S.; LAZARUS, R. S. An analysis of coping in a middle-aged community sample. **Journal of health and social behavior**, p. 219-239, 1980.

FORD, N.; TROTT, P.; SIMMS, C. Exploring the impact of packaging interactions on quality of life among older consumers. **Journal of Marketing Management**, v. 32, n. 3-4, p. 275-312, 2016.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Orgs.) **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** Petrópolis: Vozes, 2004.

GENTRY, W. M.; HUBBARD, R. G. Entrepreneurship and household saving. **The BE Journal of Economic Analysis & Policy**, v. 4, n. 1, 2004.

GERHARD, F.; SOUZA, L. L. F.; PEÑALOZA, V.; DENEGRI, M. Exploring utilitarian and hedonic aspects of consumption at the bottom of pyramid. **Revista Brasileira de Marketing**, v. 16, n. 3, p. 268-280, 2017.

GHANEM, S. M. S.; NADIA, A.; YACOUT, O. M. Consumption-Related Coping Strategies of Low-Income Consumers: A Literature Review. *In*: ROSSI, P. **Marketing at the Confluence between Entertainment and Analytics**: Proceedings of the 2016 Academy of Marketing Science (AMS) World Marketing Congress. Cham: Springer, 2017, p. 147-160.

HAERPFER, C.; INGLEHART, R.; MORENO, A.; WELZEL, C.; KIZILOVA, K.; DIEZ-MEDRANO J.; LAGOS, M.; NORRIS, P.; PONARIN, E.; PURANEN, B. et al. (Eds.). **World Values Survey: Round Seven—Country-Pooled Datafile**. Madrid, Spain & Vienna, Austria: JD Systems Institute & WVSA Secretariat, 2020. Disponível em: <https://www.worldvaluessurvey.org/wvs.jsp>. Acesso em: 08 nov. 2020.

HAIR, J. F.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L. **Análise Multivariada de Dados**. Porto Alegre: Bookman, 6ª ed, 2009.

HAMILTON, K. Consumer decision making in low-income families: The case of conflict avoidance. **Journal of Consumer Behavior: An International Research Review**, v. 8, n. 5, p. 252-267, 2009.

HAMILTON, K. Low-income families and coping through brands: Inclusion or stigma?. **Sociology**, v. 46, n. 1, p. 74-90, 2012.

HAMILTON, K.; CATTERALL, M. “I can do it!” Consumer coping and poverty. *In*: LEE, A. Y.; SOMAN, D. (Eds.). **Advances in Consumer Research 35**. Duluth: Association for Consumer Research, 2008.

HAMILTON, K.; CATTERALL, M. Consuming love in poor families: children's influence on consumption decisions. **Journal of Marketing Management**, v. 22, n. 9-10, p. 1031-1052, 2006a.

HAMILTON, K.; CATTERALL, M. Keeping up appearances: Low-income consumers' strategies aimed at disguising poverty. *In*: CRAIG, L. M.; DAVIS, T.; GREGORY, G. (Eds.). **Asia-Pacific Advances in Consumer Research 7**. Sydney: Association for Consumer Research, 2006b.

HAMILTON, K.; CATTERALL, M. Towards a better understanding of the low income consumer. **Advances in Consumer Research**, v. 32, n. 1, p. 627-632, 2005.

HAMILTON, K.; CATTERALL, M. Transitions into poverty: An exploratory study into how families cope when faced with income reduction and limited consumption opportunities. **The Marketing Review**, v. 6, n. 2, p. 123-136, 2006c.

HAMILTON, K.; PIACENTINI, M. G; BANISTER, E.; BARRIOS, A; BLOCKER, C. P; COLEMAN, C. A; EKICI, A.; GORGE, H.; HUTTON, M.; PASSERARD, F.; SAATCIOGLU, B. Poverty in consumer culture: towards a transformative social representation. **Journal of Marketing Management**, v. 30, n. 17-18, p. 1833-1857, 2014.

HAMMOND, A. L.; PRAHALAD, C. K. Selling to the poor. **Foreign Policy**, v. 142, p. 30-37, 2004.

HAYES, A. F. Model templates for SPSS and SAS. **Behavior Research Methods, Instruments, & Computers**, v. 36, p. 717-731, 2013.

HAYES, A. F. **Introduction to mediation, moderation, and conditional process analysis: A regression-based approach**. New York: The Guilford Press, 2017.

HECK, R. H.; THOMAS, S. L.; TABATA, L. N. **Multilevel and longitudinal modeling with IBM SPSS**. New York: Routledge, 2013.

HEMAIS, M. W.; BORELLI, F. C.; CASOTTI, L. M.; DIAS, P. I. C. Economia, marketing e indivíduos de baixa renda: O interesse após uma história de indiferença. **Revista de Ciências da Administração**, p. 49-64, 2014.

HEMAIS, M. W.; CASOTTI, L. M.; ROCHA, E. P. G. Hedonismo e moralismo: consumo na base da pirâmide. **Revista de Administração de Empresas**, v. 53, n. 2, p. 199-207, 2013.

HILL, R. P. Consumer Culture and the Culture of poverty: Implications for Marketing theory and Practice. **Marketing Theory**, v. 2, n. 3, p. 273-293, 2002.

HILL, R. P. Do the poor deserve less than surfers? An essay for the special issue on vulnerable consumers. **Journal of Macromarketing**, v. 25, n. 2, p. 215-218, 2005.

HILL, R. P. Homeless women, special possessions, and the meaning of "home": An ethnographic case study. **Journal of consumer Research**, v. 18, n. 3, p. 298-310, 1991.

HILL, R. P.; DHANDA, K. K. Globalization and technological achievement: Implications for macromarketing and the digital divide. **Journal of Macromarketing**, v. 24, n. 2, p. 147-155, 2004.

HILL, R. P.; FELICE, W. F.; AINSCOUGH, T. International human rights and consumer quality of life: An ethical perspective. **Journal of Macromarketing**, v. 27, n. 4, p. 370-379, 2007.

HILL, R. P.; GAINES, J. The consumer culture of poverty: behavioral research findings and their implications in an ethnographic context. **The Journal of American Culture**, v. 30, n. 1, p. 81, 2007.

HILL, R. P.; MARTIN, K. D. Absolute and relative restriction and consumer behavior: Implications for understanding global consumption. **Journal of Consumer Affairs**, v. 46, n. 1, p. 37-61, 2012.

HILL, R. P.; MARTIN, K. D.; CHAPLIN, L. N. A tale of two marketplaces: Consumption restriction, social comparison, and life satisfaction. **Marketing Letters**, v. 23, n. 3, p. 731-744, 2012.

HILL, R. P.; SHARMA, F. Consumer vulnerability. **Journal of Consumer Psychology**, v. 30, n. 3, p. 551-570, 2020.

HILL, R. P.; STAMEY, M. The homeless in America: An examination of possessions and consumption behaviors. **Journal of consumer research**, v. 17, n. 3, p. 303-321, 1990.

HILL, R. P.; STEPHENS, D. L. Impoverished consumers and consumer behavior: the case of AFDC mothers. **Journal of Macromarketing**, v. 17, n. 2, p. 32-48, 1997.

HOFFMANN, Rodolfo. Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil. **Estudos avançados**, v. 9, n. 24, p. 159-172, 1995.

HOLT, D. B. How consumers consume: A typology of consumption practices. **Journal of consumer research**, v. 22, n. 1, p. 1-16, 1995.

HUANG, F. L. Multilevel modeling myths. **School Psychology Quarterly**, v. 33, n. 3, p. 492, 2018.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO). **COVID-19 and the world of work: Impact and policy responses**. 2020. Disponível: <https://www.ilo.org/global/about-the-ilo/newsroom/news/WCMS_738742/lang--en/index.htm>. Acesso em: 05 abr. 2020.

JENKINS, R. Globalization, corporate social responsibility and poverty. **International affairs**, v. 81, n. 3, p. 525-540, 2005.

JOHNSON, N. D.; MISLIN, A. How much should we trust the World Values Survey trust question?. **Economics Letters**, v. 116, n. 2, p. 210-212, 2012.

JOVCHELOVITCH, S.; BAUER, M. A Entrevista Narrativa. *In*: BAUER, M; GASKELL, G. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, p. 89-111, 2002.

KABEER, N. Resources, agency, achievements: Reflections on the measurement of women's empowerment. **Development and change**, v. 30, n. 3, p. 435-464, 1999.

KARANIK, K.; HOGG, M. K. Being kind to ourselves: Self-compassion, coping, and consumption. **Journal of Business Research**, v. 69, n. 2, p. 760-769, 2016.

KERSTENETZKY, C. L. Desigualdade e pobreza: lições de Sen. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 42, p. 113-122, 2000.

KHAVUL, S.; BRUTON, G. D. Harnessing innovation for change: Sustainability and poverty in developing countries. **Journal of management studies**, v. 50, n. 2, p. 285-306, 2013.

KIMMITT, Jonathan; MUÑOZ, Pablo. Sensemaking the 'social' in social entrepreneurship. **International Small Business Journal**, v. 36, n. 8, p. 859-886, 2018.

KLEIN, J. G.; HILL, R. P. Rethinking macro-level theories of consumption: Research findings from Nazi concentration camps. **Journal of Macromarketing**, v. 28, n. 3, p. 228-242, 2008.

KOLK, A.; RIVERA-SANTOS, M.; RUFÍN, C. Reviewing a decade of research on the "base/bottom of the pyramid" (BOP) concept. **Business & Society**, v. 53, n. 3, p. 338-377, 2014.

LAI, M. H. C.; KWOK, O. M. Examining the rule of thumb of not using multilevel modeling: The “design effect smaller than two” rule. **The Journal of Experimental Education**, v. 83, n. 3, p. 423-438, 2015.

LANDRUM, N. E. A critical discourse analysis to explain the failure of BoP strategies. **Critical perspectives on international business**, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/cpoib-08-2018-0066>. Acesso em: 09 out. 2020.

LAZARUS, R. S.; FOLKMAN, S. Stress, appraisal, and coping. New York: Springer, 1984.
LEECH, N. L.; BARRET; K. C.; MORGAN, G. A. **SPSS for intermediate statistics: use and interpretation** (2nd ed.). Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 2005.

LEIPÄMAA-LESKINEN, H.; SYRJÄLÄ, H.; LAAKSONEN, P. Conceptualizing non-voluntary anti-consumption: A practice-based study on market resistance in poor circumstances. **Journal of Consumer Culture**, v. 16, n. 1, p. 255-278, 2016.

LEVY, S. J.; LUEDICKE, M. K. From marketing ideology to branding ideology. **Journal of Macromarketing**, v. 33, n. 1, p. 58-66, 2013.

LIVRAMENTO, M. N.; HOR-MEYLL, L. F.; PESSÔA, L. A. G. P. Valores que motivam mulheres de baixa renda a comprar produtos de beleza. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 14, n. 1, p. 44-74, 2013.

LONDON, T.; ANUPINDI, R.; SHETH, S. Creating mutual value: Lessons learned from ventures serving base of the pyramid producers. **Journal of Business Research**, v. 63, n. 6, p. 582-594, 2010.

MAAS, C. J. M.; HOX, J. J. Robustness issues in multilevel regression analysis. **Statistica Neerlandica**, v. 58, n. 2, p. 127-137, 2004.

MAAS, C. J. M.; HOX, J. J. Sufficient sample sizes for multilevel modeling. **Methodology**, v. 1, n. 3, p. 86-92, 2005.

MAGALHÃES, K.; COTTA, R. M. M.; GOMES, K. O.; FRANSESCHINNI, S. C. C.; BATISTA, R. S.; SOARES, J. B. Entre o conformismo e o sonho: percepções de mulheres em situação de vulnerabilidade social à luz das concepções de Amartya Sen. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 21, p. 1493-1514, 2011.

MARTIN, K. D.; HILL, R. P. Life satisfaction, self-determination, and consumption adequacy at the bottom of the pyramid. **Journal of Consumer Research**, v. 38, n. 6, p. 1155-1168, 2011.
MCLAFFERTY, S. Placing pandemics: geographical dimensions of vulnerability and spread. **Eurasian geography and economics**, v. 51, n. 2, p. 143-161, 2010.

MICK, D. G., PETTIGREW, S., PECHMANN, C., OZANNE, J. L. Origins, qualities, and envisionments of transformative consumer research. In: MICK, D. G., PETTIGREW, S., PECHMANN, C., OZANNE, J. L. (Eds.). **Transformative consumer research for personal and collective well-being**. New York: Routledge, 2012.

MIOT, H. A. Avaliação da normalidade dos dados em estudos clínicos e experimentais. **Jornal vascular brasileiro**, v. 16, n. 2, p. 88-91, 2017.

MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSKI, D. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n. 4, p. 731-747, 2011.

MULLAINATHAN, S.; SHAFIR, E. **Escassez**: uma nova forma de pensar a falta de recursos na vida das pessoas e nas organizações. Rio de Janeiro: Best Business, 2016.

MURRAY, P. A.; ALI, F. Agency and coping strategies for ethnic and gendered minorities at work. **The International Journal of Human Resource Management**, v. 28, n. 8, p. 1236-1260, 2017.

NARAYAN, D. The Subsistence Marketplace Initiative: Keynote Address at the 4th Subsistence Marketplaces Conference. **Journal of Macromarketing**, v. 34, n. 2, p. 227-230, 2014.

NARAYAN, D. **La voz de los pobres**: Hay alguien que nos escuche?. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa, 2002.

NASCIMENTO, P. T. S.; YU, A. S. O.; SOBRAL, M. C. As orientações estratégicas da inovação em produtos populares. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 12, n. 4, p. 907-930, 2008.

NUSSBAUM, M. C. **Women and human development**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

NUSSBAUM, M. C. **Creating capabilities**. Cambridge: Harvard University Press, 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO). **The State of Food Security and Nutrition in the World: transforming food systems for affordable healthy diets**. 2020. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/ca9692en/online/ca9692en.html>>. Acesso em: 29 set. 2020.

OTTONELLI, J.; MARIANO, J. L. Pobreza multidimensional nos municípios da Região Nordeste. **Revista de administração Pública**, v. 48, n. 5, p. 1253-1279, 2014.

OXFORD POVERTY AND HUMAN DEVELOPMENT INICIATIVE (OPHI). **Global multidimensional poverty index 2019: illuminating inequalities**. [2019]. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/2019-MPI>>. Acesso em: 20 out. 2020.

PARANHOS, R.; FIGUEIREDO FILHO, D. B.; ROCHA, E. C.; SILVA JÚNIOR, J. A.; FREITAS, D. Uma introdução aos métodos mistos. **Sociologias**, v. 18, n. 42, p. 384-411, 2016.

PENALOZA, L.; PRICE, L. L. Consumer resistance: a conceptual overview. **ACR North American Advances**, 1993.

PEREDO, A. M.; MCLEAN, M. Indigenous development and the cultural captivity of entrepreneurship. **Business & Society**, v. 52, n. 4, p. 592-620, 2013.

PEREDO, A. M.; MONTGOMERY, N.; MCLEAN, M. The BoP business paradigm: what it promotes and what it conceals. **Oxford Development Studies**, v. 46, n. 3, p. 411-429, 2018.

PEUGH, J. L. A practical guide to multilevel modeling. **Journal of school psychology**, v. 48, n. 1, p. 85-112, 2010.

PINHEIRO, V. C. Modelos de desenvolvimento e políticas sociais na América. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 12, 2009.

PINTO, M. R. **Os pobres e o Consumo: Uma Teoria Substantiva da Experiência de Consumo de Eletrônicos**. 2009. 314f. Tese (Doutorado em Ciências da Administração) - Centro de Pós-graduação e Pesquisa em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

PRADHAN, M.; RAVALLION, M. Measuring poverty using qualitative perceptions of consumption adequacy. **Review of Economics and Statistics**, v. 82, n. 3, p. 462-471, 2000.

PRADO, P. H. M.; KORELO, J. C.; SILVA, D. M. L. Análise de mediação, moderação e processos condicionais. **Revista Brasileira de Marketing**, v. 13, n. 4, p. 04-24, 2014.

PRAHALAD, C. K. **A riqueza na base da pirâmide**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

QURESHI, I.; SUTTER, C.; BHATT, B. The transformative power of knowledge sharing in settings of poverty and social inequality. **Organization Studies**, v. 39, n. 11, p. 1575-1599, 2018.

RAVALLION, M. **Poverty Comparisons**. Chur: Harwood Academic Publishers, 1994.

REGO, W. L.; PINZANI, A. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

SAATCIOGLU, B.; CORUS, C. Exploring spatial vulnerability: inequality and agency formulations in social space. **Journal of Marketing Management**, v. 32, n. 3-4, p. 230-251, 2016.

SAATCIOGLU, B.; CORUS, C. Poverty and intersectionality: A multidimensional look into the lives of the impoverished. **Journal of Macromarketing**, v. 34, n. 2, p. 122-132, 2014.

SAATCIOGLU, B.; OZANNE, J. L. Moral habitus and status negotiation in a marginalized working-class neighborhood. **Journal of Consumer Research**, v. 40, n. 4, p. 692-710, 2013.

SEN, A. On Economic Inequality. Expanded edition with a substantial annex by James E. Foster and Amartya Sen. Oxford: Clarendon Press, 1997.

SEN, A. Poor, relatively speaking. **Oxford economic papers**, v. 35, n. 2, p. 153-169, 1983.

SEN, A. Well-being, agency and freedom: The Dewey lectures 1984. **The journal of philosophy**, v. 82, n. 4, p. 169-221, 1985.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2013.

SEN, A. **Sobre ética e economia**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1999.

SEN, Amartya. **The standard of living**. Cambridge University Press, 1988.

SHAH, A. K.; MULLAINATHAN, S.; SHAFIR, E. Some consequences of having too little. **Science**, v. 338, n. 6107, p. 682-685, 2012.

SILVA, L. B.; FEITOSA, M. Z. S.; NEPOMUCENO, B. B.; SILVA, A. M. S.; XIMENES, V. M.; BONFIM, Z. A. C. Apoio Social como modo de enfrentamento à pobreza. In: XIMENES, V. M.; NEPOMUCENO, B. B.; CIDADE, E. C.; MOURA JUNIOR, J. F. (Orgs.). **Implicações psicossociais da pobreza: diversidades e resistências**. Fortaleza: Expressão gráfica e editora, p. 289-310, 2016.

SILVA, R. P.; BARROS, D. F.; GOUVEIA, T. M. O. A.; MERABET, D. O. B. Uma discussão necessária sobre a vulnerabilidade do consumidor: avanços, lacunas e novas perspectivas. **Cadernos EBAPE. BR**, 2020.

SIMMEL, G. **Georg Simmel: Les pauvres**. Presses universitaires de France, 1998.

SMITH, N. C.; COOPER-MARTIN, E. Ethics and target marketing: the role of product harm and consumer vulnerability. **Journal of Marketing**, v. 61, n. 3, p. 1-20, 1997.

SRIDHARAN, S.; BARRINGTON, D. J.; SAUNDERS, S. G. Markets and marketing research on poverty and its alleviation: Summarizing an evolving logic toward human capabilities, well-being goals and transformation. **Marketing Theory**, v. 17, n. 3, p. 323-340, 2017.

SUAREZ, M. C.; CASOTTI, L. M.; ALMEIDA, V. M. C. Beleza natural: crescendo na base da pirâmide. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 12, n. 2, p. 555-574, 2008.

SUMNER, A.; HOY, C.; ORTIZ-JUAREZ, E. **Estimates of the Impact of COVID-19 on Global Poverty**. UNU-WIDER Working Paper. UNU-WIDER: Helsinki, 2020.

TABACHNICK, B. G.; FIDELL L. S. 2001. **Using multivariate statistics**. Needham Heights, MA.: Allyn and Bacon, 2001.

TACH, L.; AMORIM, M. Constrained, convenient, and symbolic consumption: neighborhood food environments and economic coping strategies among the urban poor. **Journal of Urban Health**, v. 92, n. 5, p. 815-834, 2015.

TEMPLETON, G. F. A two-step approach for transforming continuous variables to normal: implications and recommendations for IS research. **Communications of the Association for Information Systems**, v. 28, n. 1, p. 4, 2011.

TRONCO, G. B.; RAMOS, M. P. Linhas de pobreza no Plano Brasil Sem Miséria: análise crítica e proposta de alternativas para a medição da pobreza conforme metodologia de Sonia Rocha. **Revista de Administração Pública**, v. 51, n. 2, p. 294-311, 2017.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP). Human Development Reports. [2019]. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/>>. Acesso em: 15 out. 2020.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2000.

VISCONTI, L. M. A conversational approach to consumer vulnerability: performativity, representations, and storytelling. **Journal of Marketing Management**, v. 32, n. 3-4, p. 371-385, 2016.

VISWANATHAN, M.; JAIKUMAR, S.; SREEKUMAR, A.; DUTTA, S. Marketplace literacy education and coping behaviors among subsistence consumer-entrepreneurs during demonetization in India. **Journal of Consumer Affairs**, 2020. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/joca.12300>>. Acesso em: 15 jun. 2020.

VISWANATHAN, M.; JUNG, K.; VENUGOPAL, S.; MINEFEE, I.; JUNG, W. Subsistence and sustainability: From micro-level behavioral insights to macro-level implications on consumption, conservation, and the environment. **Journal of Macromarketing**, v. 34, n. 1, p. 8-27, 2014.

VISWANATHAN, M.; ROSA, J. A. Product and market development for subsistence marketplaces: Consumption and entrepreneurship beyond literacy and resource barriers. **Advances in International Management**, v. 20, n. 1, p. 1-17, 2007.

VISWANATHAN, M.; SETH, A.; GAU, R.; CHATURVEDI, A. Ingraining product-relevant social good into business processes in subsistence marketplaces: The sustainable market orientation. **Journal of Macromarketing**, v. 29, n. 4, p. 406-425, 2009.

VITA, A. Justiça distributiva: a crítica de Sen a Rawls. **Dados**, v. 42, n. 3, p. 471-496, 1999.

WADSWORTH, M. E. Working with low-income families: Lessons learned from basic and applied research on coping with poverty-related stress. **Journal of Contemporary Psychotherapy**, v. 42, n. 1, p.17-25, 2012.

WILLIAMS, Colin C.; WINDEBANK, Jan. Acquiring goods and services in lower income populations: an evaluation of consumer behaviour and preferences. **International Journal of Retail & Distribution Management**, 2001.

WORLD BANK. **Poverty and shared prosperity 2018: Piecing together the poverty puzzle**. Washington, DC: World Bank, 2018.

YAPA, L. What causes poverty?: A postmodern view. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 86, n. 4, p. 707-728, 1996.

YURDAKUL, D.; ATIK, D. Coping with poverty through internalization and resistance: the role of religion. **Journal of Macromarketing**, v. 36, n. 3, p. 321-336, 2016.

YURDAKUL, D.; ATIK, D.; DHOLAKIA, N. Redefining the bottom of the pyramid from a marketing perspective. **Marketing Theory**, v. 17, n. 3, p. 289-303, 2017.

ZAIDI, A. Life cycle transitions and vulnerabilities in old age: A review. 2014. NDP Human Development Report Office. Occasional Paper. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2014_zaidi_final.pdf>. Acesso em: 01 set. 2020.

APÊNDICE A – METODOLOGIA DA REVISÃO SISTEMÁTICA

Para compor o banco de dados utilizado da revisão sistêmica, os artigos selecionados tiveram que cumprir os seguintes requisitos: i) Tipo de Fonte, artigos científicos de periódicos nacionais ou internacionais escritos em inglês ou português em revistas conceituadas; ii) Tipo de documento, artigos científicos revisados por pares; iii) Período, a partir de 1990; iv) Área do artigo, restrito apenas a periódicos acadêmicos da área de administração.

Para o levantamento dos artigos, foram selecionadas as bases de dados da Web of Science, Scopus e Scielo. Dessa maneira, os descritores utilizados foram: “Pobreza”, “Base da Pirâmide” e “BdP”, a qual refere-se à abreviação do termo Base da Pirâmide em português (BdP). Em inglês, os arranjos de busca se deram da seguinte maneira: “Poverty”, “Bottom of Pyramid”, “Base of the Pyramid” e seu termo abreviado “BOP”. Com base nesses requisitos, a extensão do termo de busca incluía o título, o resumo, as palavras-chave ou as demais seções do artigo científico.

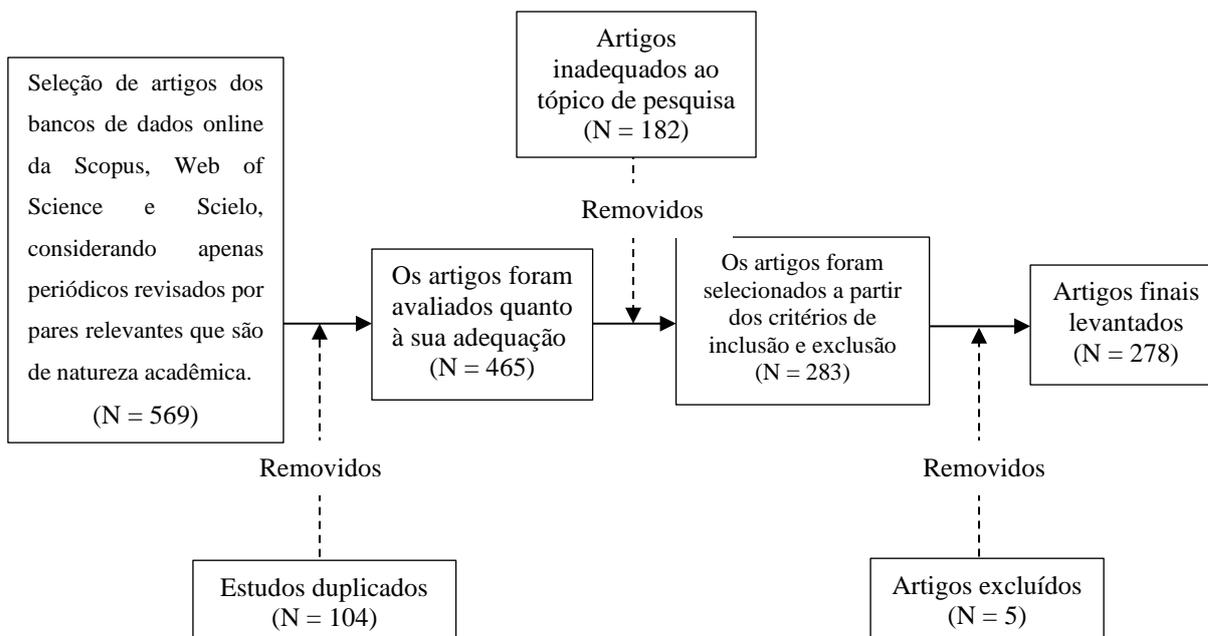
Como critérios de inclusão, foram selecionados apenas estudos primários, isto é, estudos originais em que se aborda a pobreza enquanto um fenômeno de estudo, quer como objeto a ser estudado, quer como amostra de pesquisa. Como critério de exclusão, foram descartados estudos em que não se abordava a pobreza como foco principal, estudos secundários – revisões sistemáticas e meta-análises – e artigos científicos em que não se foi possível obter acesso completo ao texto.

Destarte, os resultados gerais das buscas das três bases de dados retornaram um total de 569 artigos, cujo processo o percurso completo de extração pode ser identificado na Figura 9 abaixo. A distribuição de acordo com a base de dados foi a seguinte: na Web of Science, foram identificados de forma geral 286 artigos; na Scopus, foram obtidos 222 artigos; na Scielo, o levantamento retornou 61 artigos.

A partir do primeiro processo de filtragem, foram identificados 104 trabalhos duplicados, os quais foram removidos da análise. Em seguida, foram aplicados os critérios de exclusão e inclusão dos artigos, de modo que esse processo gerou a identificação de 182 pesquisas inadequadas ao tópico de estudo da revisão sistemática. Por fim, um pequeno número de artigos, ou seja, 5 dos 283 artigos restantes, foram excluídos em uma última análise, pois seu objetivo compreendia o cálculo e a identificação de linhas de pobreza (e.g. OTTONELLI; MARIANO, 2014; TRONCO; RAMOS, 2017). Apesar da relevância, foi observado que seu foco maior eram questões metodológicas, não possibilitando uma discussão mais abrangente

sobre o tema. Portanto, ao aplicar esses critérios de inclusão e exclusão, 278 artigos publicados foram considerados adequados para a revisão final.

Figura 9 – Etapas de inclusão e critérios de exclusão para selecionar o conjunto final de artigos para Revisão Sistemática



Fonte: Elaborado pelo autor.